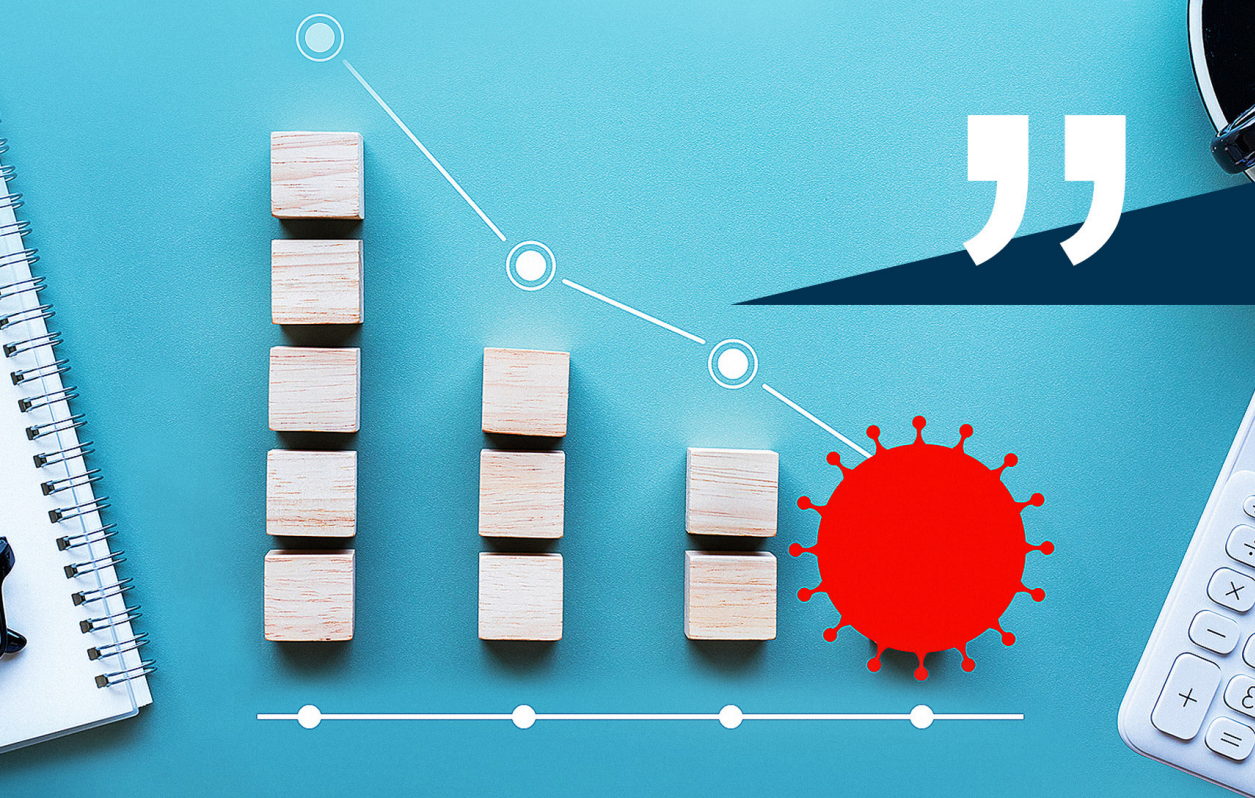


João Victor Souza da Silva
(Organizador)

COVID-19: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA CRISE



COVID-19:
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA CRISE

JOÃO VICTOR SOUZA DA SILVA (ORGANIZADOR)

© 2021 – Gradus Editora

SILVA, João Victor Souza da (Org). Covid-19: aspectos socioeconômicos da crise. 1ª Ed: Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2020.
ISBN 978-65-88496-20-6

Organizador

João Victor Souza da Silva

Ficha Técnica

Editor-chefe

Lucas Almeida Dias

Projeto Gráfico

Paulo Ricardo Cavalcante da Silva

Diagramação

Natália Huang Azevedo Hypólito

Revisão

Jancen Sérgio Lima de Oliveira

Comitê Editorial Científico – Gradus Editora 2020/2021

Dra. Janaína Muniz Picolo

Dr. Tiago Yamazaki Izumida Andrade

Dr. Vitor Sérgio de Almeida

Ma. Ana Lydia Sant’ Anna Perrone

Ma. Camila Mossi Quadros

Me. Dorgival Pereira da Silva Netto

Ma. Élide Cristina de Carvalho Castilho

Me. Filipe Pimenta Carota

Me. Jean Carlos da Silva Roveri

Me. José Augusto A. Rabelo

Me. Denise Leite Peruzzo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Covid-19: [e-book]: Aspectos
socioeconômicos da crise / organizador:
SILVA, João Victor Souza da.. – Bauru, SP:
Gradus Editora, 2020.
226p.. : il. (algumas color.) ; PDF.

Inclui bibliografias.
ISBN: 978-65-88496-19-0

1. Covid-19 – Brasil 2. Economia – Brasil. I.

CDD 310.00

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
---------------------	-----------

CAPÍTULO 1: CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA CHINESA E A CRISE DO NOVO CORONAVIRUS: ALGUMAS REFLEXÕES	19
--	-----------

CAPÍTULO 2: PANDEMIA DE COVID-19, CRISE DO CAPITALISMO E NEOLIBERALISMO	43
--	-----------

CAPÍTULO 3: DADOS ESTATÍSTICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA REFLEXÃO SOCIOECONÔMICA NO RS	63
--	-----------

CAPÍTULO 4: COMPARATIVO ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS E EMERGENTES NO COMBATE À CRISE A PARTIR DA TEORIA KEYNESIANA	77
---	-----------

CAPÍTULO 5: EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM SAÚDE DURANTE A COVID-19: UMA ANÁLISE DOS ESTADOS BRASILEIROS	99
--	-----------

CAPÍTULO 6: PROTEÇÃO SOCIAL E APROVAÇÃO DO GOVERNO: REFLEXÕES SOBRE O AUXÍLIO EMERGENCIAL NA CRISE DA COVID-19 NO BRASIL _____	111
---	------------

CAPÍTULO 7: MAPEAMENTO DOS FLUXOS DE ORIGEM E DESTINO DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES E EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA EM DECORRÊNCIAS DO COVID-19 _____	125
---	------------

CAPÍTULO 8: COVID-19 NO BRASIL: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA _____	139
--	------------

CAPÍTULO 9: CASOS DE COVID-19 NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A SOCIOECONOMIA ESTADUAL _____	151
---	------------

CAPÍTULO 10: COVID-19, QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O MERCADO DE TRABALHO: DIAGNÓSTICO (QUASE) SEM PROGNÓSTICO ____	167
---	------------

CAPÍTULO 11: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA MARXISTA _____	181
---	------------

CAPÍTULO 12:	
A PANDEMIA DE COVID-19, CONSEQUÊNCIAS NO RISCO DE	
SUICÍDIO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	199

SOBRE OS AUTORES	221
-------------------------	------------

Dedico esta obra a todos os profissionais da saúde, segurança e limpeza que encaram o quadro mais degradante da crise pela qual estamos passando.

Dedico também ao povo brasileiro, profundamente afetado pela miséria que o assola e humilha, agravada pela pandemia.

Por fim, dedico a todas as famílias afetadas direta ou indiretamente pelo vírus da Covid-19 e pelo vírus da desinformação.

APRESENTAÇÃO

O laboratório das ciências sociais e econômicas não tem portas ou fronteiras, é o próprio mundo em seu absoluto formato. A grande aflição do cientista está em deparar-se com um objeto com sua imagem e semelhança, dinâmico e imperfeito, sendo então privado da certeza e do isolacionismo, sujeitando-se às vicissitudes da sociedade enquanto campo aberto e inesgotável, em constante evolução.

O ano de 2020 é um ano histórico e determinante para o futuro da humanidade. Impossibilitados de simplesmente parar e analisar o mundo em sua volta, evidencia-se para os pesquisadores o desafio de compreender as crises sanitária, econômica, social e política da Covid-19 de modo dinâmico e em seus aspectos amplos, bem como interpelar um olhar interdisciplinar, multidimensional, incompatível com visões unívocas direcionadas para crises globais anteriores.

Em novembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, foi diagnosticado o primeiro caso de contaminação pelo novo Coronavírus. Em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decreta estado de pandemia e os períodos que se seguem são marcados pela incerteza em relação aos cenários multifacetários da crise e pela infeliz certeza de que o domínio do homem sobre a natureza nos últimos séculos apresenta um alto preço que certamente há de se manifestar em futuros e similares surtos.

Sob uma ótica interdisciplinar, este livro é fruto de esforços de pesquisadores de diversas áreas dentro das Ciências Humanas e Sociais com o intuito de compreender os aspectos socioeconômicos da crise provocada pela Covid-19. Não faz parte do objetivo desta obra limitar o assunto, tendo em vista primeiramente que a crise tende a manifestar novos aspectos enquanto não for apresentada uma solução de curto prazo a partir do desenvolvimento de uma vacina, bem como soluções de longo prazo pautada no rearranjo das formas de organização e sociabilidade humana. Objetiva sim, por outra via, instigar a discussão e contribuir para a formulação de soluções, com ênfase sobre o

protagonismo dos cientistas sociais na busca pela compreensão e transformação da sociedade, principalmente em tempos de crise.

Dividia em 12 capítulos, esta obra se propõe a abordar as várias facetas da crise socioeconômica provocada pela Covid-19. O Capítulo 1, de autoria de João Victor Souza da Silva, intitulado “Contradições Estruturais da Economia Chinesa e a Crise do Novo Coronavírus: Algumas Reflexões”, intenta compreender a crise como um fenômeno histórico característico das contradições estruturais do capitalismo, manifestadas na conformação da economia chinesa e sua influência internacional, em paralelo a outros surtos epidêmicos reflexos da inadequada relação estabelecida entre o ser humano e a natureza.

O Capítulo 2 é de autoria de Guilherme Nunes Pires e intitula-se “Pandemia da Covid-19, Crise do Capitalismo e Neoliberalismo”. O capítulo tem como foco apontar os limites de duas teses amplamente difundidas sobre a atual crise do Coronavírus: (1) que a Pandemia é o causador (exógeno) da crise econômica e (2) que a crise atual abalaria as estruturas fundamentais do Neoliberalismo.

O Capítulo 3 é denominado “Dados estatísticos em tempos de pandemia: Uma reflexão socioeconômica no RS” e tem como autores Andressa Petry Müller, Nelson Guilherme Machado Pinto e Daniel Arruda Coronel. O texto enfatiza a importância do acesso à informação em tempos de pandemia como modo de redução das incertezas e subsídio para formulação de ações estratégicas emergenciais para limitar os efeitos da crise. Com um estudo centrado no Rio Grande do Sul, os autores expuseram o mapeamento da doença no estado e deram indicativos para um estudo mais abrangente em outras regiões brasileiras.

O Capítulo 4 foi produzido por Gabriele Ferreira da Silva Monte e Júlia Barros Coelho com o título “Comparativo Entre Países Desenvolvidos e Emergentes no Combate à Crise a Partir da Teoria Keynesiana”. As autoras buscaram evidenciar a importância de políticas econômicas pautadas nas propostas teóricas de John Maynard Keynes como instrumento de amenização dos problemas econômicos causados pela crise da Covid-19 a partir de um estudo comparativo entre as ações de países desenvolvidos e emergentes diante do presente cenário.

O Capítulo 5, intitulado “Eficiência dos Gastos Públicos em Saúde Durante a Covid-19: Uma Análise dos Estados Brasileiros” de autoria de Fernanda Cigainski Lisbinski, Ronaldo Torres, Évilly Carine Dias Bezerra e Priscila Soares dos Santos, objetiva, a partir de um comparativo entre os estados brasileiros, dimensionar a eficiência da execução dos recursos públicos no controle da pandemia provocada pelo Novo Coronavírus, a partir da mensuração de indicadores socioeconômicos sob o contexto pandêmico.

O Capítulo 6, “Proteção Social e Aprovação do Governo: Reflexões Sobre o Auxílio Emergencial na Crise da Covid-19 no Brasil”, de autoria de Bruno Mello Souza e Priscilla Ribeiro dos Santos, tem como objetivo compreender a relação entre as políticas federais de proteção social e a aprovação do presidente da república em um contexto de crise agravado pela pandemia, no Brasil. Os autores desenvolvem seus argumentos a partir da identificação do eleitorado brasileiro e os possíveis efeitos do auxílio emergencial na melhora da atuação do governo.

O Capítulo 7 tem como título “Mapeamento dos Fluxos de Origem e Destino das Internações Hospitalares e em Unidade De Terapia Intensiva em Decorências do Covid-19” e foi produzido por Ronaldo Torres, Fernanda Cigainski Lisbinski, Évilly Carine Dias Bezerra e Priscila Soares dos Santos. Tal capítulo tem como principal objetivo identificar as principais redes de atendimento e pontos de tratamento da Covid-19 no Rio Grande do Sul, com o intuito de compreender como se deu o acesso à saúde no estado a partir do mapeamento do fluxo de pacientes em meio à pandemia.

O Capítulo 8, de autoria de Priscila Soares dos Santos, Fernanda Cigainski Lisbinski, Évilly Carine Dias Bezerra e Ronaldo Torres, intitulado “Covid-19 no Brasil: Análise da Relação Entre Condições Socioeconômicas e Probabilidade de Sobrevivência”, aborda a relação entre os problemas socioeconômicos que marcam a sociedade brasileira e a letalidade da Covid-19. A partir do uso de microdados do Ministério da Saúde, buscam compreender a probabilidade de sobrevivência de indivíduos com base no contexto socioeconômico em que estão inseridos.

O Capítulo 9 tem como título “Casos de Covid-19 no Brasil: Um Olhar Sobre a Socioeconomia Estadual” e foi produzido por Évilly Carine Dias Bezerra, Priscila Soares dos Santos, Fernanda Cigainski Lisbinski, Ronaldo Torres e João Victor Souza da Silva. Os autores se utilizaram de técnicas multivariadas, componentes principais e análise de Cluster para compreender a relação entre as estruturas socioeconômicas estaduais e os pacientes locais afetados pela Covid-19 no Brasil.

O Capítulo 10 intitula-se “Covid-19, Quarta Revolução Industrial e o Mercado de Trabalho: Diagnóstico (Quase) Sem Prognóstico” e é de autoria de Juliano Vargas. O autor examina os impactos provocados pela quarta revolução industrial sobre a ordem econômica e social como um todo, com ênfase sobre o mercado de trabalho brasileiro, contextualizado com a pandemia da Covid-19.

O Capítulo 11, de autoria de Hulda Lorena Nascimento Sousa e Júlio César de Sousa Silva, tem como título “A Precarização do Trabalho Durante a Pandemia de Covid-19 no Brasil: Uma Perspectiva Marxista” e discorre sobre o processo de desemprego e precarização do trabalho acelerado pela crise pandêmica da Covid-19, a partir do fenômeno da uberização. Os autores recorrem à contribuição teórica de Karl Marx para compreender o atual cenário brasileiro, com ênfase sobre a relação entre as crises capitalistas e a intensificação da exploração do trabalho.

O capítulo 12 finaliza a obra e aborda a temática dos aspectos psicossociais da crise provocada pela Covid-19. O texto de autoria de Jorge Fernando de Carvalho Leite Barros tem como título “A Pandemia de Covid-19, Consequências no Risco De Suicídio e Estratégias de Enfrentamento” e propõe analisar a relação ecológica entre indicadores socioeconômicos e de cobertura de saúde e a taxa média de incidência de suicídios nos municípios piauienses. A partir da análise, objetiva discutir as implicações e consequências para riscos de suicídios para a população diante do contexto de pandemia da Covid-19, bem como dar indicativos de estratégias que possam minimizar estas mazelas.

Por fim, um espaço é dedicado à apresentação dos autores, expressando a pluralidade dos esforços investigativos expressos

neste livro e reafirmando a centralidade das ciências econômicas e sociais no que cerne à compreensão e transformação da realidade no contemporâneo momento de crise. Pesquisadores nas áreas de Economia, Administração, Sociologia, Ciência Política, Educação Física, Psicologia, Direito, Agronegócios e Gestão de Recursos Humanos contribuíram diretamente para a realização deste trabalho, evidenciando o caráter multifacetário da crise da Covid-19.



CAPÍTULO 1:

CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA CHINESA E A CRISE DO NOVO CORONAVÍRUS: ALGUMAS REFLEXÕES

João Victor Souza da Silva¹

Introdução

Compreender o panorama de incerteza envolto sobre o ambiente econômico contemporâneo não é uma tarefa simples. A complexidade do cenário evidenciado, e não necessariamente gerado, pela pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)² exige uma análise ampla sobre o atual contexto de uma crise multifacetária. A evolução contraditória entre estruturas sanitárias, econômicas, sociais e políticas em crise nos trouxe ao atual estágio de crise e é sobre estas que devem se resguardar os esforços fundamentais em busca de soluções, para além da dor das perdas irremediáveis do curto prazo.

O capitalismo assume um caráter essencialmente histórico na medida em que as relações de mercado condicionam e são condicionadas pelas estruturas sociais e pelas forças contrapostas que impulsionam ou restringem os agentes em suas ações econômicas. Não há universalidade. Os ciclos e crises são marcas de seu próprio processo de evolução e indicam as diretrizes das novas composições sociais dali recorrentes (SCHUMPETER, 2006). Schumpeter evidenciou que as crises

1 Graduado em Ciências Econômicas (UFPI). Mestre em Economia e Desenvolvimento (UFSM). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí.

2 Em Março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia provocado pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov-2) no momento em que a doença, primeiramente identificada na China ainda em 2019, afetou mais de 100 mil pessoas em 114 nações, superando as 4 mil mortes. Desde então, os números infelizmente têm crescido e ainda não há solução imediata para contenção do vírus, da pandemia e consequentemente da crise.

exprimem janelas de oportunidades em processos de destruição criadora essenciais ao sistema. O que não previu, todavia, foi que nas entranhas do capitalismo do século XXI, este ciclo destrutivo partiria de um vírus e da necessidade humana de repensar sua busca pela sobrevivência.

A literatura estruturalista dentro da Ciência Econômica³ nos permite um olhar histórico sobre a evolução das estruturas econômicas de modo não linear, instável e contraditório, importante para apreender o papel ocupado pela economia chinesa em escala global a partir de seu dimensionamento interno. A contraposição entre estruturas que se retroalimentam e sustentam-se em desigualdade é marca de sociedades que sofrem processos de transformação estrutural. O século XX explicitou estas contradições a partir da dinâmica entre nações centrais e periféricas intensificado pelas corridas industriais, em franca oposição às composições produtivas rurais e sua especialização primária, característica dos países marginalizados. O confronto entre o urbano e o rural e a convivência em falsa harmonia marcam as principais economias emergentes, com destaque para a China, que mantém tradições milenares em harmonia conflituosa com as exigências tecnológicas delimitadas pela influência capitalista ocidental.

A economia chinesa contemporânea é a expressão desta contradição estrutural. Adam Smith já evidenciara suas particularidades e seu processo “natural” de expansão econômica a partir da manutenção de estruturas heterogêneas de produção interna e com significativa vocação ao mercado doméstico⁴ (mesmo que isso considerasse o não

3 Há destaque para as produções de Raúl Prebisch e Celso Furtado para compreensão do estruturalismo em seu caráter sócio histórico, superando a mera ênfase na dinâmica industrial característica dos estudos dos estruturalistas anglo-saxões. Para melhor entendimento, recomenda-se a leitura de Missio, Jaime e Oreiro (2012).

4 A Europa, por sua vez, praticara uma evolução antinatural centrada na intensificação das atividades industriais na economia doméstica e aberta para importação de alimentos, o que promoveu ganhos econômicos significativos porém limitados no longo prazo (SMITH, 1977). O erro de Adam Smith pode ter sido indicar que a China encontrara seu limite “natural” de crescimento em um estado estacionário, bem como não se atentar às contradições estruturais internas da economia chinesa entre atividades produtivas ligadas e não ligadas ao mercado, indissociáveis.



alcance de seu potencial máximo de crescimento)⁵. A história recente tem demonstrado o quão longe a China está do estado estacionário. O país representa o maior polo de atração econômica global, ao passo que abriga em si práticas de trabalho tão precárias quanto o eram em tempos pré-industriais, e estes termos apresentam franca sintonia com a crise provocada pela Covid-19, como pretende-se reiterar neste capítulo.

O surto pandêmico provocado pela proliferação da Covid-19 é marca da heterogeneidade estrutural e da convivência conflituosa do ser humano com o meio ambiente, pela demarcação de novas fronteiras entre o urbano e o selvagem, e mais que isso, fruto da necessidade de coexistência da precariedade do trabalho com as avançadas dinâmicas tecnológicas. A ênfase em seu impacto sobre as relações comerciais internas e internacionais, o desemprego gerado e o consequente caos social nos forçam a refletir sobre medidas que possam conter a paralisia econômica, reaver os canais de comércio e investimentos globais e reestabelecer as finanças públicas, ao passo que mascara o mais relevante: as condicionantes de sua propagação global e o descontrole que se evidencia sobre outras crises pandêmicas que severa e infelizmente hão de vir, fruto do descalabro entre o homem e a natureza. A regulação sobre as práticas econômicas deve promover a devida recuperação pós-crise, impedir o distanciamento econômico a nível global e fundamentalmente intervir sobre as práticas produtivas precárias que deem margem para novos surtos pandêmicos no médio e longo prazo.

Este trabalho tem como objetivo elucidar o caráter heterogêneo da economia chinesa contemporânea, que mescla tecnologias de ponta

5 Já no século XVIII, Smith considerara a China um país mais rico que qualquer outro na Europa. Todavia, em um estado estacionário não atingira seu potencial de crescimento em função de restrições institucionais e baixo intercâmbio com o mercado internacional. “China seems to have been long stationary, and had probably long ago acquired that full complement of riches which is consistent with the nature of its laws and institutions. But this complement may be much inferior to what, with other laws and institutions, the nature of its soil, climate, and situation might admit of. A country which neglects or despises foreign commerce, and which admits the vessels of foreign nations into one or two of its ports only, cannot transact the same quantity of business which it might do with different laws and institutions.” (SMITH, 1977, p. 136).

com práticas agrárias com baixos critérios sanitários, e como isto relaciona-se ao conjunto de crises sanitárias recentes e ao atual estágio de paralisia global provocado pelo surto pandêmico do novo Coronavírus. Com um enfoque teórico estruturalista, em franca aproximação aos olhares de Adam Smith e Joseph Schumpeter, intenta-se descrever a crise, delimitar suas bases e particularidades e apontar diretrizes de soluções não só de curto, mas fundamentalmente de longo prazo, tendo em vista a sua similaridade com outros surtos pandêmicos e em vistas das incertezas provocadas pelas aceleradas mudanças ambientais características do capitalismo contemporâneo⁶.

Com este propósito este trabalho constitui-se de três partes, somadas à introdução e às considerações finais. Primeiramente, será demonstrada sinteticamente a relevância da literatura estruturalista para compreender as características da China contemporânea que deram base para proliferação da Covid-19. Em seguida, será apresentada brevemente a evolução econômica da China com ênfase sobre as contradições e gargalos estruturais em seu processo de desenvolvimento, base para proliferação de pandemias. Em terceiro momento, discorre-se sobre práticas gerais adotadas para contenção das mazelas socioeconômicas e sobre a necessidade de se pensar em soluções de longo prazo, para além da Covid-19.

Aspectos Introdutórios sobre a Teoria Estruturalista do Desenvolvimento

É estranho diferenciar os ideais de desenvolvimento buscados no pós-guerra, das práticas políticas estruturalistas, enfaticamente nos países em desenvolvimento. Isto se reforça pelas particularidades da economia chinesa e pela necessidade de promoção de mudanças estruturais sob a responsabilidade de reassumir posição global de

6 Mike Davis nos dá indicativos do padrão entre crises sanitárias recentes e seu escalonamento global, com ênfase sobre a crise gerada pela gripe aviária e a precariedade das organizações sociais em convívio sanitário precário com animais no continente asiático. Para mais, recomenda-se a leitura de “O Monstro Bate à Nossa Porta”, em Davis (2006).



destaque. Nesta perspectiva, é pertinente que se compreenda a essência do olhar estruturalista na percepção e apreensão das estruturas que regem os fenômenos econômicos, conformados por polos antagônicos e auto alimentáveis, os quais são simultaneamente, base do desenvolvimento e da manutenção da desigualdade internacional, como frutos distintos de uma mesma árvore.

Schumpeter (2006) compreendia o capitalismo como um fenômeno essencialmente histórico e para além dos olhares simplistas sobre o processo de inovação. É possível inferir sua expressiva influência sobre pensamento estrutural do desenvolvimento econômico a partir de sua concepção de destruição criadora. Para o austríaco, com forte influência de Karl Marx, o sistema evolui de maneira essencialmente contraditória pautada em um conflito entre a modernização das forças econômicas e as mazelas sociais evidenciadas neste processo de transformação. A busca pelo lucro extra conforma uma corrida por melhorias produtivas a custas de intensificação de males sociais como desgaste ambiental, concentração ou desemprego. A sustentação social destas transformações se daria pela manutenção dos benefícios sociais gerados e minimização dos danos provocados pelo capitalismo, a partir da intervenção do Estado com o chamado “fim do capitalismo”.

Os autores estruturalistas apresentam um olhar similar, porém compreendem o Estado não somente como um elemento amenizador dos males sociais do capitalismo, mas fundamentalmente como um agente capaz de promover o desenvolvimento econômico a partir da superação dos gargalos estruturais. Conforme estes autores, os fenômenos econômicos são regidos por estruturas duais contraditórias que se alimentam ciclicamente e sua superação é condição fundamental para o desenvolvimento econômico. Estas estruturas (centro-periferia, urbano-rural, primário-industrial) são elementos explícitos nos países emergentes e se evidenciaram como gargalos e pontos de potencialidade da economia chinesa no século XX.

A perspectiva estruturalista se baseia em um olhar abrangente e sistêmico sobre os fenômenos econômicos, para além do individualismo metodológico. Os fenômenos são conformados de maneira ampla

e se conformam historicamente de modo evolutivo. Isto significa que compreender os objetos de análise sob esta perspectiva força o investigador a entender os aspectos sociopolíticos e ambientais acerca das variáveis econômicas e entender o desenvolvimento como fenômeno amplo de superação das contradições essenciais da sociedade (MISSIO, JAIME JR, OREIRO, 2012).

Pensando nas economias latino-americanas, mas ainda com base para interpretação da condição chinesa, Furtado (1974) atribui à difusão desigual do progresso técnico entre países centrais e periféricos, bem como entre centros urbanos e meios rurais, como condição de delimitação da desigualdade em termos internacionais. Para Prebisch (1959), somente um redimensionamento nas cadeias globais de valor, a partir de uma mudança de postura como primário exportador para produtor de tecnologias manufatureiras seria possível se pensar o desenvolvimento econômico. Estas medidas foram em muito perceptíveis na evolução econômica e mudança estrutural a economia chinesa no século XX.

Breves Considerações sobre as Contradições Estruturais da Economia Chinesa

A inexistência de registros precisos não nos permite tomar conclusões acerca da real evolução histórica da economia chinesa nos períodos referentes às revoluções industriais europeias⁷. Todavia, é amplamente assumido seu destaque entre as principais economias do mundo, apesar de seu relativo distanciamento do mercado exterior, desde bem antes de sua destacada expansão no século XX. A manutenção de atividades tradicionais é uma marca da economia chinesa, que se mescla com a modernidade tecnológica e galga com potencial protagonismo para o cenário econômico global no século XXI.

⁷ Refiro-me à primeira revolução industrial das máquinas a vapor ocorrida na Inglaterra em 1760 e à segunda revolução, característica da difusão da energia elétrica e do petróleo, ocorrida na segunda metade do século XIX em economias europeias e também nos Estados Unidos.



China has been long one of the richest, that is, one of the most fertile, best cultivated, most industrious, and most populous countries in world. It seems, however, to have been long stationary. Marco Polo, who visited it more than five hundred years ago, describes its cultivation, industry, and populousness, almost in the same terms in which they are described by travellers in the present times. It had perhaps, even long before his time, acquired that full complement of riches which the nature of its laws and institutions permits it to acquire (SMITH, 1977, p. 105).

A passagem da Riqueza das Nações expressa este entendimento. A economia chinesa apresentara um potencial inexplorado atrelado a um estado de letargia que perdurara séculos, até o “hoje” de Smith, em 1776. O século XIX, marcado por conflitos externos, principalmente com a Inglaterra e pela fragmentação política interna, não possibilitou que se dinamizassem atividades produtivas internamente ou a consolidação de um Estado coeso. Marx (1843) reforça a coexistência entre uma China rica com relativo dinamismo interno e a miséria viciada no ópio “inglês”. A necessidade de adiamento de uma crise que se desenhava na Europa “forçara” a Inglaterra a explorar o grande potencial consumidor chinês, às custas de manutenção de seu atraso relativo das condições paupérrimas da população rural fornecedora do “chá das cinco” inglês em contraste às camadas urbanas em sua lenta, mas progressiva, modernização do consumo.

Uma questão chama a atenção. Mesmo tendo as revoluções industriais ocorridas em território europeu, a China apresentara um relativo dinamismo interno e em condições consideradas “naturais” *a la* Adam Smith, contrariamente ao exemplo inglês. A revolução “industrial” na China, que contava com abundância populacional e escassez de capital (destacadamente inferior à Europa que gozava do privilégio da exploração americana e africana), se deu pelo estímulo a atividades produtivas intensivas em mão de obra, o que permitira, mesmo em que em um ritmo de crescimento mais lento, a sustentação entre interesses econômicos e sociais, ao passo que limitou-se a

manutenção demasiadamente baixa dos salários, pautado no padrão local, contribuindo para o início de um fragmentado desenho de uma economia nacional (ARRIGHI, 2007).

Entretanto, consolidação política da China somente possibilitou olhares nacionais para o desenvolvimento nacional após os períodos conflituosos bélicos da primeira metade do século XX. Somente pós 1949, o país apresentou um ritmo acelerado de crescimento e reafirmou-se como uma potência econômica a partir da ascensão do Partido Comunista em meio à Guerra Fria. A consolidação do território nacional e o suporte estratégico russo deram margem para o planejamento central e consolidação de estratégias nacionais para expansão industrial e integração do mercado doméstico (MONTEIRO NETO, 2005).

A proposta de integralização do território ganhou força com os ideais nacionalistas de desenvolvimento característicos do século XX, de modo que a heterogeneidade inerente à vastidão chinesa possibilitou a conformação de núcleos de desenvolvimento regional em proveito da grande oferta de mão de obra barata e dos estímulos geopolíticos característicos da Guerra Fria, como atratora potencial de capitais como jamais visto na era contemporânea.

O projeto de modernização chinês institucionalizou-se a partir de 1953 com a proposta de execução de três planos quinquenais com o intuito de consolidar o socialismo no país por via da industrialização e integração territorial. O primeiro quinquênio (1953-1957) foi marcado pelo planejamento central e desenvolvimento de indústrias pesadas, elementos centrais para segurança nacional em termos tecnológicos e energéticos. Entre 1958 e 1962, utilizou-se de investimentos descentralizados visando a diversificação industrial entre setores tradicionais e avançados. O último (1962-1965) visou ajustes e consolidações do projeto nacional de desenvolvimento e integração doméstica a partir da retomada da centralização econômica (HOWE; WALKER, 1989).

Dentro das perspectivas em torno do desenvolvimento econômico nacional generalizadas no período pós-guerras, se enfatizou na China a centralidade da indústria no processo de mudança



estrutural. Setores industriais seriam responsáveis pela atração de capitais, dinamização tecnológica, integração do mercado nacional via composição de demandas urbanas por bens agrícolas e fornecimento dos insumos necessários para dinamização das práticas produtivas rurais. Nesta perspectiva, o desenvolvimento industrial possibilitaria em consequência a elevação da produtividade no campo e estimular a consolidação de grandes empresas agroindustriais, ao passo que seria um forte elemento para restringir o êxodo rural (HOWE; WALKER, 1989). A indústria afirmava-se como um elemento capaz de romper com a dicotomia rural-urbano e, centrado nos grandes produtores, romperia com os atrasos ainda existentes entre a economia chinesa e as grandes potências globais.

Contraditoriamente, o período caracterizado pela modernização produtiva nas cidades e nos campos, foi também marcado pela massificação de miseráveis em comunas, “meios urbanos” sem condições sanitárias mínimas. Muito compostas pelos que retornavam das guerras ou pelos frutos do êxodo rural marcado pelo processo de industrialização acelerada, as comunas caracterizaram a precariedade dos meios de vida e de consumo em reafirmação da coexistência necessária entre estruturas avançadas e atrasadas no processo de modernização industrial chinês. Esta marca se fez evidente até a abertura nos anos 1980, quando foi exponenciada, porém nos meios urbanos e com outros fins (DAVIS, 2006a).

Em meados da década de 1970, com uma economia semi-industrial intensiva em mão de obra e com o setor agrário heterogêneo, marcado por grandes conglomerados em coexistência com atividades primárias de pequeno porte e precária tecnologia, a China apresentou condições interessantes para incorporação externa de capitais sob o controle central do Estado (o qual praticara uma política quase neocolonialista), reinserindo-se em escala global como um franco exportador de bens industriais de baixo valor agregado e potencializando seu papel como importador de capitais e materiais primas (MEDEIROS, 2008). Todavia, mesmo com a franca importação de alimentos, principalmente

pós-abertura dos anos 1980, a manutenção das estruturas produtivas agrárias de menor porte e em muito inseguras em termos sanitários, com tecnologia obsoleta, foi importante para garantia da coesão social frente a complexa demanda por alimentos apresentada no país.

O iminente fim da guerra fria e as pressões por abertura política e econômica forçaram um rearranjo institucional e estrutural da economia chinesa em fins dos anos 1978, e, apesar do crescimento médio desde o período de elaboração dos planos quinquenais até a abertura (entre 1953 e 1978) ter sido superior a 6%, o crescimento vertiginoso do dragão chinês se deu nas décadas prévias ao século XXI. Lin (2011) atribui o sucesso da abertura chinesa ao seu gradualismo e ao pragmatismo, a partir do controle gradual do Estado e da flexibilização gradual dos preços, em contraponto à doutrina de choque russa, como bem reforça Kotz (2005).

China's transition strategy has included the following elements: 1) gradual lifting of price controls; 2) a long postponement of privatization of state enterprises; 3) maintenance of state direction of the decisions of large state owned enterprises for some time; 4) expansion of state spending, particularly state investment both in state enterprises and in infrastructure; 5) generally expansionary monetary policy; 6) keeping the banking system in state hands; 7) state control over cross-border trade and capital movements (KOTZ, 2005, p. 7).

O sucesso chinês em seu processo de abertura pode se dar por conta de sua não adesão generalizada e abrupta aos preceitos políticos e ideológicos neoliberais, posto que o Estado se manteve como regulador do mercado bancário e as privatizações ocorreram sob forte coordenação de instituições públicas e de modo gradual. Neste momento, as contradições chinesas se manifestam em sua heterogeneidade doméstica contrastada ao novo mundo democrático e globalizado ocidental pós guerra fria. A dificuldade de manter os interesses coletivos nacionais em consonância com as exigências competitivas externas não impossibilitou a China de crescer, porém evidenciaram as desigualdades regionais internas e influência crescente de empresas multinacionais sob a organização das forças produtivas chinesas.



A economia chinesa não mais se permite permanecer alheia às dinâmicas globais, como bem observou Marco Polo em suas viagens, e a busca pelo dinamismo requer pensar na superação do atraso industrial preservando bases tradicionais da ocupação rural no país. Por outro lado, é exigido que o país busque recondicionar-se enquanto periferia frente aos parceiros centrais, sob o conforto de um sistema híbrido não estabelecido sobre o capitalismo ou o socialismo soviético, e fundamentalmente, estabelece-se uma preocupação com a promoção do dinamismo tecnológico aliado ao estímulo à geração de empregos, não atenuando ainda mais a extensa massa populacional disponível, porém aproveitando-se como instrumento de manutenção dos baixos salários reais. A expansão chinesa conformou-se sobre estruturas paradoxais internas as quais não foram plenamente superadas, pelo bem ou pelo mal.

O vertiginoso crescimento chinês em fins do século XX implicou em mudanças em sua conformação demográfica e urbana, o que intensificou sua demanda por alimentos e matérias primas. A partir dos anos 1990 e principalmente no início dos anos 2000, a economia chinesa passou a dinamizar todo o processo de globalização econômica, conformando-se como principal demandante de *commodities* e principal ofertante de bens manufaturados, e consequentemente, grande receptor e fornecedor de capitais. Nesta via, como um balizador internacional, variações no crescimento chinês impactam significativamente tanto sobre nações primário-exportadoras pobres quanto entre países ricos e emergentes (MEDEIROS, 2006).

Não é razoável desconsiderar a relação entre o exponencial crescimento chinês e sua impulsiva demanda por alimentos, ao processo de reorganização urbana e à consequente expansão da marginalização e pobreza decorrente das reformas liberais e da modernização produtiva, que expuseram grande parcela da população à condição de desemprego, aos danos ambientais gerados principalmente a partir das poluições urbanas e do convívio inadequado com a natureza, principalmente no que se refere ao criatório de animais para consumo (DAVIS, 2006a, 2006b; GLAESER, 2011). A expressão máxima destas contradições são o reflexo histórico nos distúrbios ambientais

que criam condições para crises epidêmicas, a exemplo da Covid-19 e de outras que segura e infelizmente, hão de vir.

Da Crise Sanitária à Crise Econômica Global

Evidenciou-se, contrariamente ao crescimento industrial e tecnológico chinês, inclusive em agroindústrias rurais produtoras de alimentos, a condição precária dos pequenos produtores de aves. Grandes conglomerados urbanos desordenados se formaram em muito influenciados pela flexibilização nas leis sobre migração e pelo afrouxamento do mercado de trabalho em consequência da abertura e modernização produtiva poupadora de mão de obra, o que intensificou a favelização. Especificamente ao que se refere ao setor de alimentos, verificou-se a segmentação da demanda por alimentos “exportáveis” e aqueles voltados ao mercado doméstico das camadas mais baixas da população. Esta ruptura estrutural no próprio seio da produção alimentícia chinesa expôs a fragilidade dos pequenos produtores frente às grandes multinacionais e, fundamentalmente, expôs o mercado alimentício local a condições de significativa precariedade sanitária, reconhecida causa de recorrentes surtos de enfermidades com potenciais epidêmicos ou mesmo pandêmicos (DAVIS, 2006a, 2006b)

Há uma linha tênue entre as desigualdades e fragilidades produtivas dos pequenos produtores de alimentos na China, a influência das multinacionais em meio ao processo de liberalização e abertura econômica, os fluxos globais de capitais e as crises sanitárias com potencial pandêmico. Isto se evidencia pelo histórico recente de surtos e o jogo político que o envolve. Davis (2006b) aborda a grande influência⁸ das multinacionais alimentícias sobre a economia chinesa,

8 Esta pressão se acentua quando se atenta à importância dos investimentos externos para a economia chinesa e à necessidade de manutenção da boa imagem e parceria estratégica com grandes multinacionais e financiadores, mesmo às custas do risco de exposição a doenças letais. Medeiros (2006) reforça o caráter chinês de receptor de capitais de curto e longo prazo em destaque já em fins do século XX e acentuado no início do século XXI quando o país se assenta como grande motor do crescimento global.



não só por sua importância acerca da captação de capitais ou por seu impacto no dimensionamento nas cadeias de valor chinesas, mas muito pela capilaridade de investimentos em outros setores e o consequente respaldo político que angariam internamente ou frente os parceiros externos. Isto se refletiu em 2004 quando empresas multinacionais, com informações privilegiadas junto ao governo central, ocultaram informações sobre surtos epidêmicos que se alastraram a partir da contaminação de aves para abate, sob o risco de prejudicarem a imagem internacional dos produtores chineses. Isto ganha maiores proporções quando se toma em medida o exemplo histórico de crises recentes que se manifestaram também na Ásia e também pela contaminação de aves para o consumo doméstico.

Quando se toma em conta que os responsáveis pela criação das aves são os pequenos produtores vinculados ao mercado das multinacionais e que esses não possuem informações adequadas ou instrumentos de controle, fica evidente a relação entre as desigualdades econômicas e a exposição às crises sanitárias. Quando, por outro lado, se observa o perfil das vítimas, atenta-se que a desigualdade também é latente neste sentido. Nesta perspectiva, é fundamental que se considere quais as condicionantes socioeconômicas para proliferação e agravamento de crises pandêmicas, bem como seu impacto sobre a sociedade e os mercados, condicionando por conseguinte também crises econômicas.

Traçando um paralelo com pandemias anteriores, Davis (2006b) infere que em geral as pandemias são agravadas, em termo de contaminados e em vítimas fatais, pela miséria, subnutrição e pela precariedade do saneamento básico, e que medidas de contensão básicas como isolamento social e uso de máscaras podem ser impraticáveis pelas camadas mais pobres da população, o que agrava a relação entre pobreza e a gravidade pandêmica. Tomando exemplo da Índia sob surto da gripe espanhola, o autor reforça que uma segunda onda de contaminados foi mais severa em função da precariedade dos serviços públicos de saúde em meio a uma crise de desabastecimento de alimentos, o que mais

uma vez aproxima as discussões acerca de crises sanitárias e estrutura de produção e fornecimento de bens alimentícios.

De certo a crise provocada pela Covid-19 apresenta particularidades e similaridades com eventos cíclicos anteriores. A comparação evidente em termos epidemiológicos se faz com a gripe espanhola (que não teve origem ou destaque na Espanha e foi assim cunhada pela associação às mídias neutras da Espanha no processo de divulgação durante a Primeira Guerra Mundial), enquanto em termos econômicos são comuns os comparativos, ainda que prematuros em virtude da incerteza da real magnitude da atual crise, entre o presente e a Crise de 1929 e a Crise de 2008, dois momentos mais trágicos da história do capitalismo contemporâneo.

A gripe espanhola foi desastrosa e contaminou cerca de 500 milhões de pessoas em todo o mundo, com taxa de mortalidade próxima de 10%, números felizmente muito superiores aos da Covid-19 que supera os 29 milhões de casos com mais de 930 mil mortes em setembro de 2020. Uma outra diferença fundamental entre os dois surtos se dá pela subnotificação e baixa informações características do início do século XX, bem como pela fragilidade dos meios de comunicação da época, dos recursos tecnológicos disponíveis e do relativamente baixo fluxo de pessoas característico de um mundo em guerra e sem o dinamismo das sociedades atuais. Davis (2006b) aponta que os números de contaminados e mortes da gripe espanhola podem ser ainda maiores, porque muitos casos eram notificados como causa desconhecida do óbito ou por pneumonia (doença muitas vezes letal se concomitante a pacientes com a gripe, principalmente em se em condições de pobreza e precariedade sanitária).

Tabela 1: Surtos Epidemiológicos Contemporâneos

Período	Origem	Subtipo do vírus
1890	Guangdong (China)	H2N2
1990	Desconhecida	H3N8
1918-57	Kansas (EUA)	H1N1
1957-68	Yunnah (China)	H2N2

1968-presente	Guangdong (China)	H3N2
1977-presente	China ou URSS	H1N1
1997	Guangdong (China)	H5N1

Fonte: Adaptado de Davis (2006b).

A Tabela 1 indica a regularidade com que surtos epidemiológicos têm se manifestado na contemporaneidade e é notável que a grande parte é originariamente diagnosticada na China. A análise que se faz não é necessariamente sobre o país asiático, é fundamentalmente sobre os riscos assumidos pelo contato inadequado com a natureza. O crescimento acelerado da economia chinesa foi marcado pela heterogeneidade estrutural entre setores urbanos com modernização progressiva, conformação de conglomerados agroindustriais em paralelo à marginalização da população campesina e à favelização dos trabalhadores urbanos, ambos submetidos à precariedade sanitária e constante exposição a vírus desconhecidos que se manifestam de tempos em tempos. Fundamentalmente, as informações apresentadas nos alertam sobre a infeliz previsibilidade de que ocorrerão outros surtos com potencial pandêmico e possivelmente vindos de regiões onde há difusão de práticas inadequadas de manejo sanitário e ambiental (DAVIS, 2006b).

Nesta perspectiva e tomando por base a regularidade da ocorrência de surtos com potencial pandêmico, em fins do ano de 2019 na cidade de Wuhan, na China, foi diagnosticado o primeiro caso da Covid-19. Em virtude do alto nível de proliferação e da significativa letalidade, assumiu proporções epidêmicas que logo chamaram a atenção das autoridades, sob a ameaça de uma lástima desconhecida, e optou-se pela prática convencional com o decreto do *lockdown* na cidade e pouco depois em toda a China. A paralisação nas atividades chinesas impactou direta e indiretamente em todo o mundo, seja por critérios econômicos de redução dos níveis de circulação de bens e capitais, ou pelo contágio da doença que assumiu caráter pandêmico em março de 2020.

O Coronavírus faz parte da mesma família dos vírus que causam outras gripes com sintomas que levam à pneumonia, febre e dificuldade

de respirar. É um vírus que afeta o sistema respiratório, mas que, como tem sido verificado recentemente, também afeta o sistema nervoso e o cardiovascular, não sendo ainda possível dimensionar seu real impacto sobre o organismo humano. O que se sabe é que é um vírus comum em outras espécies de animais silvestres, como morcegos, que coexistem como hospedeiras. O convívio inadequado do ser humano com estes animais em criatórios para produção de alimentos com critérios sanitários duvidosos e muito condicionados à condição de miséria da população consumidora, atrelado à destruição de seu habitat decorrente dos desgastes ambientais característicos da urbanização acelerada chinesa, têm sido apontados como responsáveis pelo contágio e descontrole de sua difusão entre seres humanos, assumindo caráter pandêmico (ADHIKARI et. al, 2020).

The WHO announced that the official name of the 2019 novel coronavirus is coronavirus disease (COVID-19). And the current reference name for the virus is severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2). It was reported that a cluster of patients with pneumonia of unknown cause was linked to a local Huanan South China Seafood Market in Wuhan, Hubei Province, China in December 2019 (ADHIKARI et. al, 2020, p. 2).

O início do ano de 2020 foi marcado pela generalização da incerteza em todas as esferas da sociedade. Qual a natureza do vírus? Quais suas formas de proliferação? Quais são os tratamentos? Como afetará o convívio urbano e as atividades econômicas? Se considerarmos que a incerteza era algo inerente já ao ano de 2019, pela guerra comercial entre Estados Unidos e China (LIU, WOO, 2018; KWAN, 2020), inclusive por seus efeitos sobre países emergentes (CARVALHO, AZEVEDO, MASSUQUETTI, 2019), a crise da Covid-19 trouxe elementos novos na tensão econômica global. Baker et al (2020) destaca que as incertezas que se acendem transcendem as questões sanitárias e refletem diretamente sobre as expectativas dos agentes econômicos e seu condicionamento global. A medida primeira proposta, bem como Mike Davis defende



como prática universal em meio a pandemias, se deu pela prática do *lockdown* que culminou na paralisia econômica de Wuhan e em pouco tempo da China, o que, em função de seu dimensionamento global bem como pelo medo que se alastrou no globo, congelou as atividades econômicas de todo o mundo, condicionando uma crise econômica não vislumbrada por Joseph Schumpeter.

A crise da Covid-19 emerge como algo novo, contraditório e explícito, cíclico e pontual. Emerge do seio do capitalismo contemporâneo ao passo que não tem sua origem em fenômenos econômicos em si, tampouco em fenômenos políticos como argumentariam alguns críticos das políticas keynesianas nos anos 1980. O processo de destruição criadora se deu pela intensificação de práticas econômicas incompatíveis com a evolução “sociológica da sociedade” (como diria Schumpeter) e foi contraditório na medida em que evidenciou a precariedade sustentada das práticas agrárias em meio à modernidade chinesa, condicionada pela manutenção da tradição em muitos aspectos em meio a pressões e influências liberais globais. Cíclico e previsível como se resultado de práticas há muito já conhecidas e encobertas de convívio inadequado com a natureza, a exemplo dos surtos de menor periculosidade e danos econômicos verificados outrora. Pontual pela novidade e incerteza dela trazida, incerteza esta que se alastra em todos os meios do convívio social e põe à prova a retroalimentação cíclica do capitalismo.

Mckbbin e Fernando (2020) argumentam que a crise epidemiológica assumiu um caráter econômico global a partir da centralidade internacional da economia chinesa, de sua capacidade de afetar fluxos de capitais, e consequentemente, dinâmicas econômicas de países fortemente ou sem ligação direta com sua economia. Conforme os autores, a pandemia da Covid-19 impactou diretamente sobre o mercado de trabalho global, seja em virtude das mortes decorrentes da doença ou por possíveis invalidezes entre os recuperados, isto, por sua vez, reduz a demanda agregada o que acaba implicando em riscos sobre as intenções de investimentos privados e também nos riscos nos sistemas financeiros nacionais frente os capitais cada vez mais escassos.

Por sua vez, a escassez de capitais encarece os investimentos, o que tende a agravar ainda mais a crise. Seguindo o raciocínio dos autores e levando em conta a grande influência assumida pela economia chinesa, é razoável supor que a paralisia econômica se deu em níveis globais e imprevisíveis.

Por outro lado, Kouam e Kingsly (2020) enfatizam os impactos da crise provocada pelo Novo Coronavírus sobre as cadeias globais de valor, com ênfase para a situação dos países primário-exportadores e sua dependência do mercado chinês. Nesta perspectiva, mesmo que centrada especificamente na China, a Covid-19 traria sérias consequências econômicas para os demais países. As autoras apontam que a crise evidenciou um problema crônico destes países que decorre de sua especialização produtiva e exportadora. A baixa diversificação e dependência do mercado chinês fazem com que cada decréscimo na expectativa de crescimento da China reduza significativamente a perspectiva de crescimento de seus parceiros e que isso force que se estimulem práticas produtivas que tanto se voltem a outros países como para consumo doméstico, a vistas de promover maior autonomia e, conseqüentemente, sofrer menos em possíveis crises futuras.

A crise da Covid-19, na medida em que exige o distanciamento social e a consequente paralisia das atividades econômicas, expõe as atividades que necessitam de aproximação física para funcionamento e, em menor medida, abre janelas de oportunidade em setores que são impulsionados pela expansão antecipada da rotina generalizada em meios digitais. Ozili e Arun (2020) reconhecem que a crise gerou transbordamentos negativos por conta das incertezas geradas e da retração encadeada de demandas em vários setores em âmbito global. Setores de serviços foram os mais afetados, principalmente os relacionados ao turismo e esportes. Setores financeiros também foram severamente afetados em função da redução dos fluxos globais de capitais. Em termos de cadeias globais de valor, verifica-se um peso significativo sobre os países com forte dependência externa, seja como o Japão que mesmo com alto padrão tecnológico apresenta grande dependência de importação principalmente de insumos e



alimentos, ou como países primário-exportadores que viram o preço das *commodities* despencar nos primeiros trimestres do ano, em situação oposta à verificada em períodos recentes anteriores. Esta tendência, todavia, vêm se modificando em meados de 2020 em função do extraordinário crescimento apresentado pela economia chinesa no segundo trimestre do referido ano.

Conforme dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as principais economias do mundo tiveram redução na casa de 1,8% em média no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019, muito em função da pandemia, com destaque negativo para França (-5.8%), Itália (-4.7%) e Canadá (-2.6%). A China decresceu 6.8%. Todavia, se destaca a franca recuperação da economia chinesa no segundo trimestre, sendo destaque frente seus pares, com crescimento de 3.2% em relação ao segundo trimestre de 2019 e 11.5% em relação ao trimestre anterior. Países da Zona do Euro tiveram forte queda, em média 15% se comparados ao mesmo período de 2019, com destaque negativo para Espanha (-22.1%), França (-18.96%) e Itália (-17.96%).

37

Imerso neste ambiente de incerteza e sob as mudanças estruturais e institucionais exigidas pela pandemia, retomam-se as discussões acerca da regulação sobre o comércio internacional, pensando principalmente nas soluções de curto prazo para retomada global das atividades econômicas, em rever as políticas protecionistas características dos anos anteriores sob influência da guerra comercial entre Estados Unidos e China, e mais importante, faz-se pertinente discutir sobre regulações que reduzam as possibilidades de ocorrências de futuras pandemias com mortalidades e consequente crises econômicas e acentuação das mazelas sociais.

O crescimento isolado da economia chinesa já no segundo semestre de 2020 deve ser interpretado como resultado da eficácia das políticas internas de contenção da difusão do vírus atrelado a um aparato tecnológico que lhe insere de maneira satisfatória em meio às cadeias globais de valor. Países como o Brasil, franco exportador

de *commodities*, apresentam um crescimento pífio restrito à balança comercial e muito sustentado pela extraordinária e antecipada demanda chinesa, porém não é algo sustentado, bem como também não o é o comportamento chinês enquanto não se descobrirem e generalizarem métodos de tratamento e prevenção da Covid-19, dando margem para retomada segura das atividades econômicas em todo mundo.

Pensando nesta perspectiva, Kouam e Kingsly (2020) reforçam a necessidade de se pensar em medidas de curto e longo prazo para recuperação econômica, com ênfase sobre o posicionamento do país nas cadeias globais de valor e na dependência verificada em relação à economia chinesa. As autoras, pensando no caso camaronês, mas generalizando para o conjunto de países primário-exportadores dependentes da China e sujeitos às incertezas e crises de modo mais acentuado, apontam que no curto prazo é preciso fundamentalmente expandir o crédito estratégico para as micro e pequenas empresas geradoras de emprego e movimentadoras do comércio doméstico, bem como garantir minimamente a segurança social das camadas mais pobres da população. Pensando no longo prazo, é fundamental rever a postura de especialização exportadora primária e é preciso pensar em desenvolvimento de energias limpas alternativas ao petróleo, seja para não se sujeitar à sua volatilidade internacional, mas fundamentalmente para reduzir os desgastes ambientais que propiciam mazelas sanitárias com potenciais pandêmicos. Em outra medida, é necessário que se promova o desenvolvimento de serviços digitais como forma de garantir dinâmicas econômicas com menores custos e em tempos restritivos, bem como para se redimensionar nas cadeias globais de valor para além da exportação de commodities. Reitera-se que é fundamental rever a condição de precariedade das camadas mais pobres entre os países emergentes, pois toma como esta condição fundamental para evitar sua exposição ao vírus. Sem repensar a miséria social, é impossível que se contenha as crises que certamente hão de vir.

Pensando de forma mais ampla, é fundamental que se reveja a relação entre o homem e a natureza. A ênfase estabelecida entre a crise



da Covid-19 e a economia chinesa não expressa uma particularidade ou elementos negativos ou positivos deste país asiático, é algo além disso, expressa a fragilidade das relações capitalistas contemporâneas em superar gargalos estruturais que promovem crises cíclicas não somente dentro do sistema, mas fundamentalmente pelo desgaste ambiental e pela miséria que se evidencia e expõe as camadas mais pobres a surtos epidêmicos e potencialmente pandêmicos, a respeito da Covid-19.

Nesta linha de raciocínio, Rabello e Oliveira (2020) reforçam os riscos de um próximo surto pandêmico ser originado na região amazônica sul-americana, especialmente na brasileira. As autoras apontam que em função do desmatamento desenfreados, das queimadas e da exploração ilegal de minérios na região amazônica, um conjunto de animais silvestres, plantas e fungos têm sido expostos ao ser humano e conseqüentemente têm assumido potencial capacidade de exposição a vírus e bactérias passíveis de contaminação. Há expectativa de que, em função dos níveis irreversíveis de desgaste ambientais verificados no Brasil, este país seja o epicentro de um próximo surto pandêmico em um futuro próximo.

Considerações Finais

O capitalismo é uma forma complexa orgânica de organização social, marcada essencialmente pela mudança e transformações cíclicas, que implicam em progresso tecnológico e modernização produtiva, sob o preço de mazelas sociais que podem culminar em seu “fim”, como diria Schumpeter. Todavia, o fim entendido não é um caos em si mesmo, mas sim um rearranjo em torno da manutenção de interesses sociais para além das ações movidas por agentes privados. Pensar na defesa de seu fim, em meio ao surto pandêmico da Covid-19, pode ser a melhor forma de sua preservação.

A economia chinesa representa em grande medida o modelo teórico apresentado por Schumpeter e pode ser em muito compreendida para além da visível e notória expansão econômica das últimas décadas, mas fundamentalmente pela manifestação de seus gargalos e contradições

estruturais que balizam-se na coexistência de estruturas modernas e precárias, entre o tecnológico e o rudimentar, entre a miséria e a riqueza. Os danos ambientais não podem ser vistos somente como a visível e lamentável destruição das florestas, mas principalmente pelo manejo dos recursos invisíveis, dos vírus, que podem implicar em crises como jamais vistas na história da humanidade.

Nesta perspectiva, é fundamental que se questione os processos de inserção internacional pautados na devastação interna da natureza e manutenção das desigualdades e precariedades sociais, seja na China, berço da atual pandemia, ou seja no Brasil, potencialmente o próximo. Pensar na Amazônia como elemento central a ser preservado no mundo e como fonte de vida e progresso (não necessariamente em termos econômicos) é um desafio para os pesquisadores que busquem compreender os aspectos socioeconômicos de surtos pandêmicos para além da sorte ou azar do descobrimento de uma nova doença, como tem acontecido com cada vez mais frequência.

A regulação econômica internacional deve ter, fundamentalmente, um caráter sanitário, principalmente nos atuais tempos de incertezas que condicionam incertezas futuras, para além de questões meramente econômicas. Regular as práticas de saúde com vistas a reduzir os riscos de exposição inadequada à natureza é algo latente para se pensar não só no desenvolvimento econômico, mas, principalmente, na sobrevivência humana.

Referências

ADHIKARI, S.P. et al. Epidemiology, causes, clinical manifestation and diagnosis, prevention and control of coronavirus disease (COVID-19) during the early outbreak period: a scoping review. **Infectious Diseases of Poverty**, v. 29, p. 1-12, 2020.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing**: Lineages of the twenty-first century. Verso Trade, 2007.

CARVALHO, Monique; AZEVEDO, André; MASSUQUETTI, Angélica. Emerging Countries and the Effects of the Trade War between US and China. **Economies**, v. 7, n. 2, p. 45, 2019.

- DAVIS, Mike. **Planet of slums**. Verso, 2006a.
- DAVIS, Mike. **The monster at our door**: The global threat of avian flu. Macmillan, 2006b.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974
- GLAESER, Edward. **Triumph of the city**: How urban spaces make us human. Pan Macmillan, 2011.
- HOWE, Christopher; WALKER, Kenneth R. **The Foundations of the Chinese Planned Economy**: A Documentary Survey, 1953–65. Springer, 2016.
- KOUAM, Henri. KINGSLEY, Kelly Mua. **Economic Implications of COVID-19 and Key Lessons for Policymakers**. 2020.
- KOTZ, David M. **The role of the state in economic transformation**: Comparing the transition experiences of Russia and China. 2005.
- KWAN, Chi Hung. The China–US trade war: Deep-rooted causes, shifting focus and uncertain prospects. **Asian Economic Policy Review**, v. 15, n. 1, p. 55-72, 2020.
- LIN, Justin Yifu. **Demystifying the Chinese economy**. Cambridge University Press, 2011.
- LIU, Tao; WOO, Wing Thye. Understanding the US-China trade war. **China Economic Journal**, v. 11, n. 3, p. 319-340, 2018.
- MARX, Karl. Revolution in China and in Europe. **New York Daily Tribune**, v. 14, p. 1853-1860, 1853.
- MCKIBBIN, Warwick; FERNANDO, Roshen. The economic impact of COVID-19. In: **Economics in the Time of COVID-19**, v. 45, 2020.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, n. 3, p. 381-400, 2006.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, José Luis; SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos Aguiar. O. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Editora Record, Rio de Janeiro: 2008.
- MISSIO, Fabrício J.; JAYME JR, Frederico G.; OREIRO, José Luis. **A Tradição Estruturalista na Economia**. 2012.
- MONTEIRO NETO, Aristides. Dilemas do Desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais. **Rio de Janeiro: IPEA**, 2005.
- PREBISCH, Raul. **El Mercado Comum Latino-americano**. Quito: *Imprensa Del Banco Central*, 1959.
- RABELLO, Ananza Mara; OLIVEIRA, Danielly Brito de. **Impactos ambientais antrópicos e o surgimento de pandemias**. 2020.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalism, Socialism and Democracy. **New Yor: Routledge**, 2006.

SMITH, Adam. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. 1776. Reprint of 1904 edition. 1977.

OZILI, Peterson K.; ARUN, Thankom. Spillover of COVID-19: impact on the Global Economy. **Available at SSRN 3562570**, 2020.



CAPÍTULO 2:

PANDEMIA DE COVID-19, CRISE DO CAPITALISMO E NEOLIBERALISMO

Guilherme Nunes Pires⁹

Introdução

É inconteste que, no presente momento, a humanidade vem enfrentando uma dupla crise de gigantesca magnitude e incalculáveis consequências. Por um lado, a pandemia de COVID-19 ameaça a vida e a “normalidade” cotidiana da imensa maioria dos seres humanos do planeta, isto é, vivemos uma crise sanitária; por outro, a presente crise do capitalismo, cujas dimensões propiciam dizer que será a maior da história, afeta e violenta a mesma imensa maioria sob o ponto de vista econômico.

Essa dupla crise, no entanto, recebe tratamento teórico e empírico das mais variadas formas. A mais comum e difundida hegemonicamente claramente são as da ortodoxia econômica sobre a dinâmica do sistema econômico e a atual dupla crise que, mesmo diante da sua incapacidade teórica em compreender a sociedade, ganham notoriedade no debate público e nos meios de comunicação.

Por um lado, nesse prisma teórico, a pandemia de COVID-19 se apresenta como o fundamento único de causação para a atual crise econômica global. A partir do baluarte da ortodoxia econômica, essa perspectiva compreende que as crises econômicas do capitalismo são fenômenos exógenos a ele, portanto, toda manifestação da crise sempre recai sobre um fator externo ao próprio sistema econômico. No caso atual, a pandemia (fator exógeno) é o fenômeno de causação da crise econômica global que se alastra (WORLD BANK, 2020; FMI, 2020; MAVROUDEAS, 2020).

⁹ Doutorando em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC – ABC. E-mail: gnpires@hotmail.com.



Por outro lado, há a compreensão que a dupla crise enfrentada atualmente desferirá um duro golpe sobre os alicerces da ideologia do neoliberalismo e do padrão de acumulação de capital que dele deriva, abrindo possibilidades de mudanças significativas no papel do Estado na economia e na desarticulação das políticas neoliberais de austeridade (MAVROUDEAS, 2020; STIGLITZ, 2020; LAPAVITSAS, 2020).

Procuraremos demonstrar a invalidez dessas duas teses no debate atual sobre a pandemia e a crise do capitalismo. Por um lado, demonstraremos que a pandemia foi um gatilho e fenômeno intensificador da crise econômica que já se desenhava na transição do decênio. Por outro lado, buscaremos apontar os limites da tese do enfraquecimento do neoliberalismo. Ora, enquanto padrão hegemônico de acumulação de capital desde a década de 1970, o neoliberalismo oscila conjunturalmente sem perder a hegemonia. Mais do que isso, é justamente em períodos de crise de acumulação e níveis baixos de lucratividade do sistema que as políticas de austeridade e ofensiva do capital sobre o trabalho se intensificam. O capítulo está dividido em duas seções. A primeira trata da relação entre pandemia e crise do capitalismo, afirmando que a crise já estava se desenhando anteriormente. A segunda seção trata da crise atual e o neoliberalismo, demonstrando que a tendência é que o padrão de acumulação neoliberal não seja abalado.

Pandemia de Covid-19 e a Crise do Capitalismo

Na produção capitalista, “a valorização do capital é sua única finalidade”, disse Marx (1986, p. 183), indicando como consequência desse sistema o caráter expansionista da acumulação de capital. Esse caráter expansivo indica que o capital penetra não apenas nos poros do tecido social das diferentes sociedades, mas também força a expansão e invasão dos mais variados sistemas ecológicos e naturais (MÉSZÁROS, 2002). Essa necessidade de penetrar e se furtar nos poros dos ecossistemas possibilita um sem número de contatos entre



os seres humanos e as demais espécies, provocando possíveis mutações das mais variadas formas de vírus e microrganismos.

A pandemia de COVID-19 é resultado dessa necessidade do sistema do capital em expandir-se e se apoderar de sistemas sociais e ecológicos. Tendo seu desencadeamento inicial na China, ao que se sabe no momento¹⁰, a COVID-19 já afetou quase a totalidade dos países e se apresenta como uma pandemia capaz de impossibilitar qualquer futurologia rigorosa sobre seus desdobramentos futuros, seja do ponto de vista sanitário ou econômico.

Vivemos uma dupla crise que pode ser rastreada a um denominador comum: o sistema do capital. Por um lado, vivenciamos uma crise sanitária de gigantescas proporções pelo simples fato de os sistemas de saúde mundo afora não serem capazes e equipados para o atendimento mínimo dos seres humanos em momentos de generalizada necessidade de acesso a saúde. Esse problema decorre, se analisarmos em seus pormenores, da incapacidade do sistema do capital em atender as necessidades mais básicas da imensa maioria da população global, em decorrência de sua lógica de funcionamento ter como fundamento a valorização do capital e não o atendimento das necessidades humanas. Por outro lado, vivenciamos uma crise econômica que já pode ser considerada a maior da história do período moderno, tanto em termos absolutos quanto relativos. Milhões de pessoas perderam seus empregos, suas rendas, e permanecem em extrema vulnerabilidade sem que haja qualquer garantia que isso seja passageiro no curtíssimo prazo. Isso, por sua vez, está entrelaçado aos fundamentos que regem as sociedades fundamentadas pelo sistema do capital.

Apenas para termos ideia dos reais efeitos da atual crise basta um olhar atento para os dados de modo geral. A expectativa razoável para 2020 é que a economia global encolha mais de 5%, segundo projeções do mês de junho do Banco Mundial. As economias ditas avançadas, por sua vez, esperam uma queda de 7% para 2020. A única região no mundo que se espera crescimento do PIB é o leste asiático, 0,5%. Para

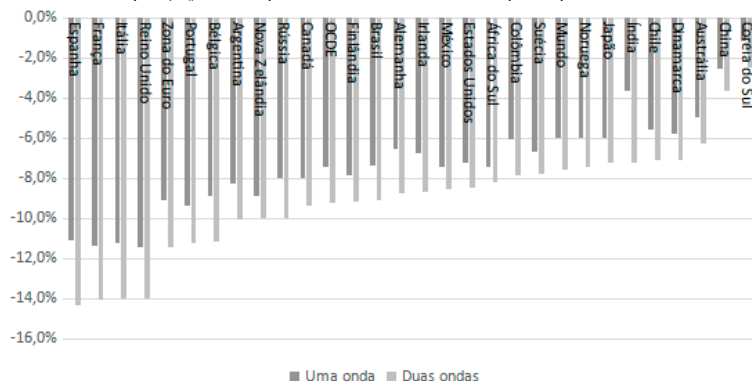
10 Entretanto, tal prerrogativa ainda não é unânime. Há indícios que, possivelmente, o vírus tenha se desenvolvido fora do continente asiático.



as demais regiões espera-se um cenário pessimista com a incerteza do futuro: América Latina e Caribe (-7,2%), África Subsaariana (-2,8%), Oriente Médio e Norte da África (-4,2%) e Europa e Ásia Central (-4,2%) (WORLD BANK, 2020).

As estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como pode ser visto no gráfico 1, levam em consideração dois cenários prováveis. Por um lado, faz projeções baseadas em uma onda de impacto da pandemia e, por outro lado, estimando uma segunda onda de impactos já para o ano de 2020. A paralização total ou parcial dos diferentes países demonstra o grande impacto negativo na produção global.

Gráfico 1 – projeção de queda do PIB em 2020 para países selecionados.

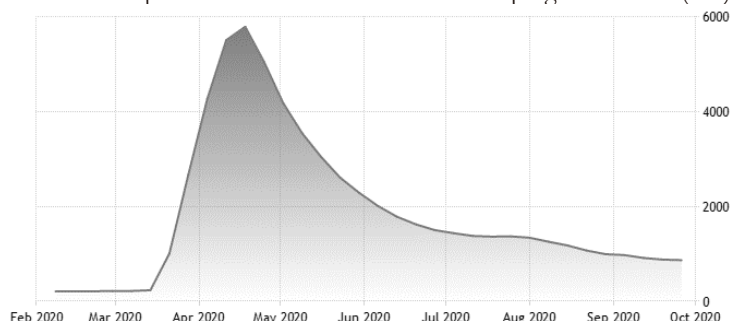


Fonte: elaboração própria com base nos dados da OCDE (2020).

Essa queda significativa do PIB global acarretará em reversões de quaisquer que sejam os mínimos avanços que tenham sido realizados nos últimos tempos. A expectativa é que milhões retornem para pobreza extrema. Do ponto de vista dos trabalhadores, naturalmente, a atual crise tem um impacto mais severo. Milhões já perderam suas fontes de renda em decorrência da paralização econômica e espera-se uma piora acentuada nos padrões de vida no mundo como um todo, mas especialmente na periferia do sistema capitalista como a América Latina. Especificamente nos EUA, para termos uma breve noção, em apenas quatro meses, entre março e final de setembro, mais de 63 milhões

de trabalhadores estadunidenses entraram com pedido de auxílio desemprego. Como mostra o gráfico 2, embora tenha desacelerado, o desemprego semanal ainda persiste.

Gráfico 2 – pedidos semanais de auxílio desemprego nos EUA (mil).



Fonte: Trading Economics.

Em uma rápida análise, no entanto, é possível perceber claramente a tentativa de estabelecer a pandemia de COVID-19 como o único determinante para a crise atual. Por exemplo, o mais recente relatório do Banco Mundial de junho de 2020 estabelece que a crise atual possui característica singular por ser resultado único de uma pandemia e suas consequências econômicas de controle: “A primeira conduzida *exclusivamente* por uma pandemia. A recessão COVID-19 é única, pois é o único episódio desse tipo, pelo menos desde 1870, que foi desencadeado apenas por uma pandemia e as ações tomadas para contê-la”¹¹ (WORLD BANK, 2020, p. 15, grifo acrescido). O último relatório do Fundo Monetário Internacional – FMI afirma a mesma tese (FMI, 2020). Evidentemente, aqui não trata de afirmar que o capitalismo possui intrinsecamente crises, mas a que está em andamento atualmente é exclusivamente consequência da pandemia. Para os economistas de mercado do Banco Mundial e FMI, obviamente, as crises econômicas ocorrem por fatores exógenos.

Além de instituições como o Banco Mundial, FMI e órgãos governamentais, praticamente todos os veículos de comunicação

11 Tradução livre de: “The first driven solely by a pandemic. The COVID-19 recession is unique as it is the only such episode, at least since 1870, to have been triggered solely by a pandemic and the actions taken to contain it”.

hegemônicos argumentam em favor da tese que a pandemia de COVID-19 é o fator causador exclusivo da crise atual. Basta olharmos para o noticiário internacional nos meios de comunicação como *The New York Times*, *CNBC*, *Fox News*, *ABC News* e *The Wall Street Journal*. No território brasileiro, os meios de comunicação hegemônicos, seguindo os economistas de mercado e a ortodoxia econômica, transparecem a mesma posição, como *Valor Econômico*, *Estado de S. Paulo*, *Veja*, *Globo News*, etc.

No entanto, mostraremos que a crise já estava se desenhando e a pandemia foi um gatilho e um fenômeno intensificador. Para isso, é fundamental compreender o capitalismo como um sistema instável permeado por contradições insolúveis. Essa perspectiva tem na crítica da economia política inaugurada por Marx sua maior expressão e poder explicativo.

De acordo com Marx (1986), a partir do engendramento das contradições próprias do sistema econômico capitalista, as crises recorrentes do sistema podem ser entendidas como soluções momentâneas e violentas para os entraves da superprodução de capital e quedas das taxas de lucro. Isto é, a partir das contradições insolúveis originadas no sistema produtor de mercadorias, as crises se apresentam como uma via de evitar o colapso do sistema por completo. Ou, sob a pena de Grespan (2012, p. 223), as crises aparecem como possibilidades efetivas “e não como simples acaso decorrente apenas de contingências externas ao sistema capitalista, mas também como realização de potencialidades imanentes do capital”. A crise, portanto, é a doença e, ao mesmo tempo, o remédio para o sistema do capital.

Dado o caráter expansivo desse sistema econômico, é natural que em algum momento os entraves para a acumulação de capital se apresentem de forma efetiva. De acordo com Grespan (2012), a partir de Marx, entende-se que o capitalismo se engendra a partir de ciclos econômicos que acabam por desembocar em crises recorrentes. Estas, por sua vez, ocorrem em diferentes circunstâncias, mas decorrem da manifestação de um mesmo fenômeno. Isso é, de acordo com Grespan (2012, p. 222), “as condições da crise estão presentes na expansão e vice-versa, atuando

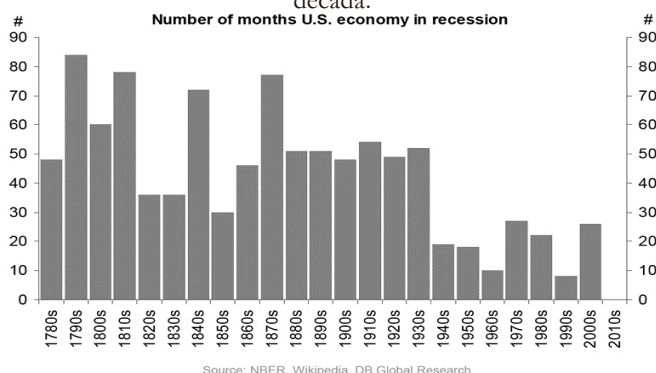


também simultaneamente umas sobre as outras e impedindo que cada uma se faça valer de modo puro em qualquer período”.

De acordo com Netto e Braz (2006), ao analisar atentamente a história do capitalismo, perceberemos que as crises são parte constitutiva do modo de funcionamento desse sistema econômico. Mais do que isso, é possível identificar que todo período de expansão da acumulação de capital, seja qual época analisarmos, é precedido por determinado período de crise econômica.

Do ponto de vista geral, a economia capitalista madura passou por 14 recessões globais desde 1870: 1876, 1885, 1893, 1908, 1914, 1917-21, 1930-32, 1938, 1945-46, 1975, 1982, 1991, 2008-9, e agora 2020 (WORLD BANK, 2020, p. 15). Do ponto de vista particular, o gráfico a seguir ilustra bem essa convicção no caso dos EUA e nos fornece subsídios para entender que a crise já estava se desenhando. O gráfico 3 demonstra o número de meses em que a economia dos EUA esteve em recessão por década. Desde sua fundação, intensos períodos de crise fizeram parte do cotidiano dos cidadãos estadunidenses, até mesmo em períodos de relativa estabilidade política e social.

Gráfico 3 – número de meses em que a economia dos EUA esteve em recessão por década.



Fonte: National Bureau of Economic Research (NBER).

Torna-se nítido, a partir do gráfico acima, que a crise não é um evento isolado e extraordinário, exógeno ao sistema econômico. Pelo contrário, em um sistema econômico instável e em desequilíbrio

constante, a crise é um fundamento intrínseco e ontologicamente constitutivo do capitalismo. Entretanto, o extraordinário desse gráfico não se refere aos constantes períodos de crise, mas sim a sua ausência na última década na economia dos EUA¹². Se observarmos atentamente, o ciclo econômico do período ainda não havia desacelerado ao nível fundamental para o surgimento da crise.

Esse fato notório se dá em decorrência do contínuo movimento de estímulos para a recuperação da grande crise de 2008, que proporcionou a marcha forçada da maior economia do planeta. Embora esse largo período ausente de crise estivesse sendo comemorado ou reforçado como um novo patamar de estabilidade pelos principais jornais do *mainstream* econômico, os economistas políticos já percebiam que esse movimento desembocaria numa grande crise. O fato fundamental é que a economia dos EUA bateu um recorde de uma década inteira sem ao menos um único mês em recessão (SCHULZE, 2019; MAROTTA, 2020).

No entanto, os EUA já se encaminhavam para uma recessão no limiar da década de 2020. Mais especificamente, já no mês de fevereiro de 2020 se iniciava a temida recessão, interrompendo o recorde único e singular de 128 meses sem crises em sua história econômica (SIEGEL, 2020; SMIALEK, 2020). Isto é, mesmo nos desdobramentos iniciais da pandemia do território chinês e antes da explosão da pandemia de COVID-19 em seu território e a impositiva necessidade de isolamento social, a crise já entrava na ordem do dia. Evidentemente, o efeito do isolamento chinês teve um impacto nesse fenômeno, mas os significativos entraves para a economia só apareceram pouco depois.

No caso brasileiro, isso é ainda mais evidente. Desde 2015, a economia brasileira enfrenta um contínuo depressivo, intensificado pelas consequências de um grande programa de austeridade fiscal (PINTO *et. al.*, 2019; MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2019). Atualmente, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a economia brasileira encolheu 1,5% no primeiro trimestre de 2020, já

12 Interessante notar também que o declínio no número de meses em recessão coincide com a expansão imperialista da economia dos EUA, exportando relativamente sua intensidade a partir da década de 1940; período que ficou também conhecido como Era de Ouro da acumulação.

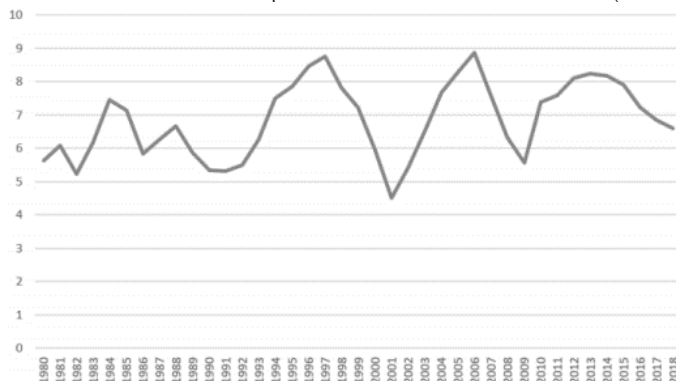


evidenciando o baixo dinamismo econômico no território nacional. A questão fundamental aqui é que o Brasil só entrou em isolamento parcial no final do mês de março, não colocando, portanto, entraves econômicos significativos entre os meses de janeiro e março, referentes ao primeiro trimestre. De acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ciclo expansivo da economia brasileira já havia terminado no último trimestre de 2019, indicando que o início de 2020 já apresentaria uma recessão econômica antes mesmo do início da pandemia (CODACE, 2020).

Se, como afirma Marx (1986, p. 183), “a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista”, é natural visualizar o evoluir da taxa de lucro para compreender as flutuações do sistema econômico capitalista. Uma breve análise dessa variável nos permite compreender que o atual ciclo econômico estava em fase de esgotamento.

De acordo com Lapavitsas (2020), a partir do gráfico 4, é perceptível que o novo ciclo econômico pós-crise de 2008 foi de retomada tímida da lucratividade, em comparação com o ciclo anterior. O aumento das taxas de lucro das empresas não financeiras nos EUA atinge o pico no ano de 2014 e passa a declinar a partir de então. Isto é, “o choque do coronavírus atingiu a economia dos EUA em um momento em que ela já se encontrava fraca e a acumulação mostrava sinais de exaustão” (LAPAVITSAS, 2020, p. 158-159).

Gráfico 4 - Taxa de lucro de empresas não financeiras nos EUA (1980 – 2018).



Fonte: Lapavitsas (2020, p. 158).

O caso chinês, embora com suas profundas diferenças na condução econômica em relação aos EUA, possui similaridades no esgotamento do ciclo econômico. Mesmo que a economia chinesa tenha mecanismo muito mais eficientes que atenuem as volatilidades do sistema econômico, o dragão chinês estava em um momento de desaceleração. Ainda segundo Lapavitsas (2020), “sua taxa média de lucro estimada (...) começou a declinar em 2014. Embora o desempenho chinês permaneça substancialmente mais forte do que o norte-americano, a fraqueza estrutural de seu padrão de acumulação também se dá nos demais indicadores”.

O caso da União Europeia é ainda mais emblemático. Imersa em políticas econômicas de austeridade, a União Europeia permaneceu estagnada no novo ciclo econômico que surgiu pós-grande crise de 2008. Essa estagnação, por sua vez, se deu tanto na dimensão da produtividade do trabalho (menos de 1%), quanto no crescimento econômico. Nessa precisa área geográfica, “o capital defendeu fortemente seus interesses. (...) Em resumo, assim como nos EUA e China, o coronavírus também atingiu a União Europeia em um momento de grande debilidade econômica” (LAPAVITSAS, 2020, p. 159).

A contínua redução das taxas de lucro do atual ciclo econômico e a queda no volume de transações globais em sua fase expansiva, a partir da retomada econômica da grande crise de 2008, já se colocavam como uma tempestade perfeita para o surgimento de uma nova crise. Seu desenrolar já estava em andamento, mas o gatilho acionado pela pandemia elevou a atual crise a um novo patamar de profundidade e consequência.

Neoliberalismo e Pós-Pandemia

A pandemia de COVID-19 e a consequente intensificação da crise fez com que os Estados-nação mundo afora intervissem de maneira expressiva em todos os ramos da economia. Essas intervenções serviram de base para atenuar a bancarrota geral que se seguiria caso não houvesse nenhuma ajuda estatal. Muitas das políticas econômicas



ortodoxas foram deixadas de lado, momentaneamente, com o intuito de salvar o setor privado do colapso. A austeridade fiscal, por exemplo, foi paulatinamente deixada de lado em nome da sobrevivência de setores inteiros da economia. Em suma, para alguns autores, a ideologia neoliberal *stricto sensu* teria dado lugar a um keynesianismo renovado.

Lapavitsas (2020) afirma que, ingenuamente, muitos setores dos movimentos de esquerda mundo afora compreenderam que o resgate de setores inteiros da economia capitalista por parte do setor público abriu espaço para a derrocada do neoliberalismo e o retorno do Estado enquanto instituição reguladora da economia. “Não foi difícil para muitos da esquerda acolherem as novas ações estatais, tomando-as como sinal de “retorno do keynesianismo” e morte do neoliberalismo” (LAPAVITSAS, 2020, p. 154-155).

Essa visão está no cerne do entendimento da vasta maioria do campo progressista. Apenas a título de exemplo, o prêmio Nobel Joseph Stiglitz (2020, s/n) afirmou recentemente que “neoliberalismo deve ser declarado morto e enterrado”¹³. Mas essa posição não se encontra apenas no campo progressista do espectro político. Mesmo marxistas se pronunciaram apressadamente em defesa de algo similar. O marxista grego Stavros Mavroudeas (2020) afirmou, em primeiro lugar, que o neoliberalismo pressupõe, além da ideia de mercado autoequilibrado, a retirada do Estado na economia. Afirmou ainda, de forma um tanto apressada, que a crise atual forçou o abandono do neoliberalismo, dando lugar a políticas neokeynesianas. Mavroudeas sugere que o intervencionismo estatal deslocou o centro de gravidade da política econômica, favorecendo, ao que parece, o retorno de um padrão de acumulação de capital não neoliberal: “o Neoliberalismo morreu e o Estado (burguês) - que nunca abandonou as questões cruciais - já retornou” (MAVROUDEAS, 2020, p. 124).

Essa perspectiva, de acordo com nosso entendimento, baseia-se em um ponto fundamental do neoliberalismo: o programa de austeridade fiscal, característico desse padrão de acumulação. Como afirma Lapavitsas (2020), a austeridade foi deixada de lado: os

13 Tradução livre de: “neoliberalism must be pronounced dead and buried”.



principais bancos centrais como dos EUA, Japão e da União Europeia rapidamente injetaram massivas quantidades de dinheiro na economia para aumentar a liquidez do sistema; criaram programas de compra de ativos de empresas que estavam ameaçadas de falência; criaram planos ambiciosos de transferência de renda direta; expandiram extraordinariamente os gastos públicos para conter a crise, etc.

A título de exemplo, os EUA criaram um pacote de ajuda de mais de 2 trilhões de dólares, quase 10% do PIB. Esse pacote consiste em mais de 500 bilhões em empréstimos a empresas atingidas, 350 bilhões para hospitais e 370 bilhões para pequenas e médias empresas, conjuntamente incluía um auxílio individual de 1.200 dólares para cada cidadão estadunidense. O governo britânico, de caráter conservador, criou um programa para custear até 80% da folha de pagamento do setor privado, a fim de evitar a escalada do desemprego. Adicionalmente, houve ainda a intenção de nacionalização de empresas caso fosse necessário (LAPAVITSAS, 2020). No caso brasileiro, embora muito limitado e problemático, criou-se um programa de renda emergencial para trabalhadores autônomos e desempregados, cujo impacto fiscal será maior que R\$ 800 bilhões.

Ora, é verdade que a austeridade saiu de cena momentaneamente, mas pelo simples motivo de evitar a bancarrota geral dos principais setores e conglomerados econômicos e a instauração do caos social. A retomada pós-pandemia será de ofensiva sobre o trabalho e o retorno a “normalidade” austera do neoliberalismo.

A partir da perspectiva de que o neoliberalismo será abalado, infere-se que ele é um conjunto de políticas econômicas que pode perder hegemonia em decorrência da postura dos gestores que agem deliberadamente frente aos entraves da acumulação de capital. Isso, no entanto, é uma ilusão. É necessário, portanto, discorrer brevemente sobre as bases do neoliberalismo enquanto padrão hegemônico de acumulação de capital.

O neoliberalismo surge, enquanto padrão hegemônico de acumulação de capital, como alternativa aos entraves a acumulação



de capital com a perda de dinamismo do que ficou conhecido como Era de Ouro do capitalismo (1945-1970): período muito particular que combinou altas taxas de lucro, acumulação extensiva e relativa melhor nas condições de vida da classe trabalhadora. Com o esgotamento desse padrão de acumulação, por uma série de razões que não nos permite desenvolver aqui, o neoliberalismo surge como resposta na década de 1970 e inaugura um novo padrão de acumulação de caráter intensivo, isto é, baseado na ofensiva e expropriação dos trabalhadores (HARVEY, 2005; SAAD FILHO; JOHNSTON, 2005).

O neoliberalismo representa uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo. Enquanto sistema de ideias e posicionamento ideológico, representa os interesses do capital sob o comando característico da financeirização, isto é, o predomínio do capital portador de juros na alocação dos recursos na economia como um todo. Nas palavras de Saad Filho (2015, p. 65-66, grifos no original):

Nas economias neoliberais transnacionalmente integradas, as finanças controlam a alocação de recursos, incluindo o volume e a composição do produto e do investimento, a estrutura da demanda, o nível e a estrutura do emprego, o financiamento do Estado, a taxa de câmbio e o padrão de especialização internacional, e elas reestruturam o capital, o trabalho, a sociedade e o Estado em conformidade com sua posição dominante e seus interesses específicos. Como tal, *as finanças tornaram-se o modo de existência do capital em geral no capitalismo neoliberal*. A sua proeminência expressa a subsunção real dos capitais individuais pelo (interesse do) capital como um todo, que se expressa e – ao mesmo tempo – se impõe através do funcionamento regular das instituições financeiras e dos mercados e regulamentações anexos a elas.

Isso, todavia, impõe limitações de natureza estrutural a qualquer tentativa de retorno ao predomínio do capital industrial como regulador da economia. “O capital industrial tornou-se estruturalmente embutido no CPJ [Capital Portador de Juros], e ele apenas se reproduz segundo a lógica financeira do sistema de



acumulação” (SAAD FILHO, 2015, p. 66, palavras acrescidas). Mais do isso, impossibilita, em grande medida, as ações de retomada pós-pandemia de caráter puramente keynesiano ou desenvolvimentista: “não deve haver nenhuma expectativa de que o capital industrial poderá se “rebelar” contra as finanças em favor da restauração dos sistemas de acumulação anteriores” (SAAD FILHO, 2015, p. 66).

Adicionalmente, o padrão neoliberal de acumulação tem como ponto central as políticas econômicas de austeridade fiscal. A austeridade tem como objetivo contornar a queda secular da lucratividade através da espoliação dos trabalhadores. Através de uma série de princípios teóricos, o neoliberalismo se utiliza da austeridade como força motora para a acumulação. De acordo com Rossi, Dweck e Arantes (2018), embora tenha efeitos destrutivos econômica e politicamente, ela serve como pilar para aumento da lucratividade e ofensiva sobre os trabalhadores.

Do ponto de vista do papel do Estado, de acordo Prado (2005, p. 132), o Estado no neoliberalismo “deve ser um agente econômico ativamente passivo”. Isso significa que:

Deve ser, pois, um Estado que cria ativamente as condições para a acumulação de capital, que protege os monopólios das crises econômicas, que enfraquece o poder dos sindicatos de trabalhadores assalariados, que despoja os trabalhadores da seguridade social, que privatiza as empresas públicas, que transforma a oferta de bens públicos (como as estradas, os portos, etc.) em serviços mercantis, que não só levanta, enfim, os obstáculos ao funcionamento dos mercados e das presas, mas é capaz de criar as condições para que estas últimas operem de modo lucrativo (PRADO, 2005, p. 132).

Em suma, “neoliberalismo não é a doutrina do Estado mínimo” (PRADO, 2005, p. 133). O Estado tem papel central na complementação econômica, mas “deve preencher ativamente os vazios da malha produtiva e financeira, mas deve fazê-lo, não por meio de empresas próprias, mas preferencialmente adjudicando as atividades econômicas complementares, por meio de contratos de gestão, às empresas privadas” (PRADO, 2005, p. 133).



Ora, a presença do Estado é condição *sine qua non* para sustentação do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002) e o neoliberalismo não pode ser entendido apenas como um conjunto de políticas econômicas com baixa intervenção estatal, mas como o padrão de acumulação hegemônico. Isso, no entanto, não impede a interferência estatal para deslocar as contradições insolúveis do sistema, é, por sua vez, condição fundamental. O que estamos vivenciando é neoliberalismo *stricto sensu*: ação estatal para salvar setores inteiros da economia capitalista e a preparação para o pós-pandemia com mais austeridade, financeirização e ofensiva do capital sobre o trabalho.

Saad Filho (2015) sintetiza de forma clara essa visão. A hegemonia neoliberal não impede políticas econômicas keynesianas pontuais, principalmente para salvar setores inteiros do colapso em períodos de crise. O padrão de acumulação neoliberal é “uma dinâmica concentradora da acumulação que pode ser limitada, mas não revertida, por intervenções (keynesianas) marginais” (SAAD FILHO, 2015, p. 67).

Um exemplo claro disso é o caso brasileiro ao longo do século XXI. Os governos progressistas não alteram as bases constitutivas do neoliberalismo, mas realizaram intervenções pontuais na dinâmica econômica. Como Paulani (2017) demonstra, a experiência brasileira nos primeiros quinze anos do presente século não pode ser caracterizada como uma superação do neoliberalismo. O que ocorreram, na realidade, de acordo com Saad Filho (2019), foram variantes do padrão hegemônico de acumulação neoliberal.

É justamente em períodos de crise que a ofensiva do capital sobre o trabalho se potencializa. Em momentos de entaves, a acumulação, queda nas taxas de lucro e superprodução de capital, isto é, momentos de baixa do ciclo econômico, é que se efetivam uma ofensiva contra qualquer avanço relativo do passado. Marx (1985) já havia entendido perfeitamente esse processo. Em períodos de declínio do ciclo econômico e queda acentuada das taxas de lucros, as frações da burguesia utilizarão de todos os meios para aumentar a ofensiva do capital sobre o trabalho. Isto é, a necessidade do capitalismo em crise



de realizar uma ofensiva, seja ela por quais meios, para reduzir os custos do trabalho para a retomada da lucratividade.

O papel exercido pelo Estado na atual crise tem sido, até o momento, exatamente o do neoliberalismo e age similarmente a Grande Recessão de 2008: salvar setores econômicos inteiros (isentando-os, em grande medida, dos efeitos da crise), injetar recursos massivos na economia para aumentar a liquidez e dar estímulos e, sobretudo, garantir a retomada futura da atividade econômica.

A pandemia de COVID-19 não é um problema para o padrão de acumulação neoliberal, mas se tornará um potencializador. Evidentemente, o predomínio das finanças não será abalado. A questão principal, portanto, é o possível recuo das políticas econômicas de austeridade. Entretanto, tal como no pós-2008, não haverá mudança significativa e estrutural na política econômica baseada em privatizações, concessões e austeridade. Pelo contrário, em países como o Brasil, a ofensiva do capital, a partir de um programa de reformas estritamente neoliberal no pós-pandemia, já está na ordem do dia. A ideia base para a ofensiva neoliberal no Brasil tem como pilar as privatizações e a ofensiva sobre o trabalho, através da redução dos seus custos e direitos trabalhistas (DI CUNTO e OTTA, 2020; JOVEM PAN, 2020).

Considerações Finais

Foi possível perceber que as duas principais teses sobre a atual crise possuem grandes limitações se analisadas em seus fundamentos. Mesmo que de modo geral, foi possível apontar os limites da tese que estabelece que a pandemia de COVID-19 é o determinante único da atual crise que estamos mergulhados. Por outro lado, percebemos também que uma análise rigorosa do neoliberalismo nos permite compreender que se trata de um padrão de acumulação de capital que se impõe hegemonicamente e não apenas um conjunto de políticas econômicas, facilmente superadas em face aos entraves da acumulação de capital.

Como visto, a crise econômica que se instaurou revela que seus traços gerais já estavam sendo constituídos no período anterior



a pandemia e a emergência sanitária foi o gatilho fundamental para antecipá-la e, conjuntamente, intensificá-la. O declínio do ciclo econômico iniciado no pós-crise de 2008 já demonstrava que a qualquer momento a crise se instalaria. O baixo dinamismo e o fraco desempenho das economias já estabeleciam que a desaceleração tinha como horizonte a crise. Dessa forma, a defesa da tese que afirma que a crise atual é resultado exclusivo da pandemia se mostra equivocada.

Por outro lado, a afirmação que as estruturas do neoliberalismo seriam abaladas pela crise em decorrência de uma maior intervenção estatal no comando da economia e a retirada das políticas econômicas de austeridade também se mostram como equivocadas. Uma análise breve dos fundamentos dos neoliberais nos permite afirmar que este pressupõe a maior interferência estatal na dinâmica econômica nos períodos de crise, justamente para evitar o colapso de diversos segmentos econômicos. Esse é justamente o evoluir do capitalismo em tempos de crise sob a hegemonia do padrão de acumulação neoliberal. Assim como a intervenção na grande crise de 2008 não abalou os alicerces do neoliberalismo, a atual interferência segue os mesmos ditames e o pós-pandemia, ao que tudo indica, seguirá majoritariamente a cartilha neoliberal, principalmente no que diz respeito à aplicação do programa de austeridade fiscal e a ofensiva do capital sobre o trabalho em períodos de baixa lucratividade.

Referências

- CODACE. Comunicado de Datação de Ciclos Mensais Brasileiros – Jun/2020. **Fundação Getúlio Vargas**. 2020. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-06/comunicado-do-comite-de-datacao-de-ciclos-economicos-29_06_2020-1.pdf Acesso em: 07 de jul. 2020.
- DI CUNTO, R.; OTTA, L. A. Guedes negocia agenda pós-pandemia com Centrão. **Valor Econômico**. 2020. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/06/22/guedes-negocia-agenda-pos-pandemia-com-centrao.gh.html?fbclid=IwAR3OpUdsj2ivDQp9WTs56Xr3Uzc-ZnLrESslZ72VR_kDjIJhUxi5J9yLytM Acesso em: 02 de jul. 2020.



IBGE. PNAD Contínua. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020.
FMI. **World Economic Outlook Update – June 2020**. Washington:
International Monetary Fund, 2020.

GRESPLAN, J. **O Negativo do Capital**. São Paulo: Expressão Popular,
2 ed., 2012.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. United Kingdom:
Oxford University Press, 2005.

JOVEM PAN. Governo vai retomar reformas para gerar empregos no pós-
pandemia, promete Bruno Bianco. **Jovem Pan**, Entrevistas, 2020. Disponível
em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/entrevista-bruno-bianco-empregos-pandemia.html> Acesso em: 02 de jul. 2020.

LAPAVTSAS, C. Esta crise expôs os absurdos do neoliberalismo. Isso não
significa que ela irá destruí-lo. In GONÇALVEZ, G, L. (Org.) **Covid-19,
Capitalismo e Crise**: bibliografia comentada. Rio de Janeiro: LEICC/
Revista Direito e Práxis, 2020, pp. 152-166.

MARQUETTI, A. A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. D. Profitability and
Distribution: The Origin of the Brazilian Economic and Political Crisis.
Latin American Perspectives, 47 (1), p. 1-19, 2019.

MAROTTA, D, J. Longest Economic Expansion In United States
History. **Forbes**. 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/davidmarotta/2020/01/21/longest-economic-expansion-in-united-states-history/#724a536562a2> Acesso em: 01 de jul. 2020.

MARX, K. Value, Price and Profit. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Collected
Works**. New York: International Publishers, 1985, p. 101-149.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política – Livro III Tomo I. Os
Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MAVROUDEAS, S. D. A pandemia de coronavírus e a crise econômica e
da Saúde. In GONÇALVEZ, G, L. (Org.) **Covid-19, Capitalismo e Crise**:
bibliografia comentada. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis,
2020, p. 113-125.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São
Paulo: Cortez, 2006.

OECD. **Real GDP forecast (indicator)**. Disponível em : <https://data.oecd.org/gdp/real-gdp-forecast.htm> Acesso em: 01 de jul. 2020.

PAULANI, L. A experiência brasileira entre 2003 e 2014:
Neodesenvolvimentismo? **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, 12
(20), p. 135-155, 2017.

PINTO, E. C.; GUEDES PINTO, J. P.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.;
BALANCO, P.; SHONERWALD, C.; BARUCO, G. A guerra de todos contra



todos e a Lava Jato: a Crise Brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 54, 2019.

PRADO, E. **Desmedida do Valor**: Crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTES, F. 2018. Economia Política da Austeridade. In: ROSSI, P., DWECK, E., OLIVEIRA, A. L. M. (Orgs.) **Economia para Poucos**: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 14-31.

SAAD FILHO, A.; JOHNSTON, D. **Neoliberalism: A Critical Reader**. United Kingdom: Pluto Press, 2005.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**, v.3, n.4, jan/jun, 2015.

SAAD-FILHO, A. Varieties of Neoliberalism in Brazil (2003–2019). **Latin American Perspectives**, 47 (1), p. 1-19, 2019.

SCHULZE, E. For the first time in history, the US economy has started and ended a decade without a recession. **CNBC**. 2019. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2019/12/19/us-economy-avoids-a-recession-for-the-longest-time-ever.html> Acesso em: 01 de jul. 2020.

SIEGEL, R. U.S. economy officially went into a recession in February, ending record 128-month expansion. **The Washington Post**. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2020/06/08/economy-recession-february/> Acesso em: 28 de jun. 2020.

SMIALEK, J. The U.S. Entered a Recession in February. **The New York Times**. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/08/business/economy/us-economy-recession-2020.html> Acesso em: 28 de jun. 2020.

STIGLITZ, J. Neoliberalism must be pronounced dead and buried. Where next? **The Guardian**, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2019/may/30/neoliberalism-must-be-pronounced-dead-and-buried-where-next> Acesso em: 30 de jun. de 2020.

WORLD BANK. **Global Economic Prospects – June 2020**. Washington: World Bank Group, 2020.



CAPÍTULO 3:

DADOS ESTATÍSTICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA REFLEXÃO SOCIOECONÔMICA NO RS¹⁴

Andressa Petry Müller (andressa_miler@hotmail.com)

Mestranda em Administração Pública, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Nelson Guilherme Machado Pinto (nelguimachado@hotmail.com)

Doutor em Administração e Professor da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM)

Daniel Arruda Coronel (daniel.coronel@uol.com.br)

Doutor em Economia Aplicada e Professor da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM)

Introdução

Os dados e as informações são a base de conhecimento e comunicação de uma sociedade, oportunizando a utilização das tecnologias da informação como um meio competente para divulgação e compartilhamento de dados estatísticos com alta precisão e confiabilidade. A origem dos órgãos estatísticos e de divulgação científica fica a cargo do governo, pois entende-se como uma das funções básicas de uma administração pública informar a sociedade, além de tomar medidas baseadas em informações confiáveis.

Tal aspecto vai ao encontro do preceito da transparência, a qual visa garantir o acesso livre e gratuito de informações a todos os interessados, sendo algo vigorado pela Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), disponibilizando dados de modo público e compreensível (MOLINARI; CLAZER, 2015). Dessa forma, os cidadãos podem ter conhecimento sobre o que está ocorrendo nos contextos atuais, munidos de informações relevantes que contribuem para vários aspectos.

14 Artigo oriundo do Projeto de Pesquisa Observatório Socioeconômico da Covid-19: uma análise do impacto da pandemia em questões econômicas e sociais por meio de uma perspectiva estadual, regional e nacional, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERS), por meio do Edital Emergencial 06/2020, como resposta à crise provocada pela pandemia da Covid-19.

Assim, em momentos de incerteza, como o vivenciado atualmente em decorrência da Covid-19, dados e informações confiáveis e atualizados em tempo real servem para informar a população sobre o cenário que vem sendo enfrentado, embasando decisões públicas que devem ser tomadas. Entretanto, ainda existem dificuldades a serem combatidas em relação à disseminação de informações, principalmente em relação aos dados socioeconômicos, que, muitas vezes, estão desatualizados, ou não é dada a devida atenção para sua divulgação, o que se torna um desafio, pois eles são de extrema importância para várias perspectivas.

Além disso, medidas em diferentes pontos de vista devem ser elaboradas a fim de mitigar os efeitos adversos causados pela crise, sendo o governo o principal responsável por tais ações. Assim, critérios, como adotar o isolamento social ou a quarentena para toda a população, visam reduzir a propagação do vírus e evitar a síncope da estrutura de saúde (DINIZ et al., 2020).

Em vista disso, o Brasil necessitou adotar diversos critérios para enfrentar a Covid-19, como o *lockdown* em diversas localidades, o uso de máscaras e de álcool em gel pelos indivíduos, medidas de distanciamento social entre as pessoas, aumento de leitos especializados para tratar a doença, além da compra de equipamentos necessários, a instituição do auxílio emergencial e a divulgação sobre os números de casos de coronavírus (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2020). Entretanto, nem todas as medidas foram aplicadas de modo eficiente, além do fato do governo federal enfrentar pressões quanto a suas intervenções, principalmente em relação à economia.

Da mesma forma, em um contexto estadual, no Rio Grande do Sul (RS), foram adotadas medidas a fim de mitigar os efeitos adversos causados pela Covid-19, como medidas sanitárias a serem seguidas, um sistema de distanciamento controlado, utilizando três formas de agrupamento das regiões do Estado. O seja, em 30 regiões de saúde, 20 regiões Covid-19 e 7 macrorregiões, adotou-se um modelo de bandeiras nas cores amarela, laranja, vermelha e preta, que visam ditar as regras para a convivência social nas regiões do Estado (SEPLAG RS, 2020).



Tal modelo se mostrou como um padrão a ser seguido por demais localidades, por se mostrar como uma referência eficiente e consolidada.

Apesar do estado apresentar autonomia para adotar ações contra a Covid-19, ele enfrentou diversas pressões dos municípios, pois estes supunham que estavam sendo afetados por tais medidas, principalmente no âmbito financeiro. Em vista disso, o governo estadual reformulou o modo como aplica suas normas e atualmente os prefeitos podem adotar as ações que acham mais pertinentes, oferecendo maior liberdade para os municípios agirem frente ao combate da Covid-19.

Neste sentido, o presente estudo trata de uma técnica indireta de análise, sendo realizado um levantamento de dados por meio de pesquisa bibliográfica. Desse modo, adota-se o método monográfico e comparativo, além de apresentar um caráter aplicado, com a finalidade de obter uma compreensão para o emprego em um determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Desta maneira, esta pesquisa demonstra relevância pelo fato de que a literatura sobre a temática da Covid-19 ainda se encontra em construção, por se tratar de algo relativamente novo, da mesma forma que existe certa dificuldade prática quanto a este aspecto devido à falta de dados diversificados e atualizados de característica socioeconômica. Percebe-se também que, à medida que são exigidos maiores detalhamentos sobre tais dados, principalmente sobre a localidade abordada, a dificuldade também é ampliada, o que assevera a importância de se atentar a eles.

Seguindo esta temática, o presente trabalho está estruturado em três seções. Na segunda seção, é feita uma discussão teórica e, por fim, finaliza-se o estudo com as considerações finais.

Discussão Teórica

A Importância da Divulgação de Dados

A divulgação de dados se mostra como um aspecto de suma importância para toda sociedade e aos governantes, pois, por meio da

disseminação de informações, é possível observar como se sucedem determinados acontecimentos, analisando como medidas podem ser adotadas para solucionar eventuais adversidades a eles atreladas. Desse modo, a dimensão que envolve a exposição de informações pertinentes é ampla, traz diversas possibilidades e permite que sua interpretação decorra em contribuições para diferentes âmbitos, trazendo utilidade e finalidade em sua aplicação.

Um padrão de dados que é demasiadamente utilizado e buscado refere-se aos dados estatísticos, que tornam mais compreensíveis e simplificadas as informações, principalmente por se tratar de cunho quantitativo e numérico, o que facilita também na sua difusão. Isto posto, o entendimento das informações que se mostram pertinentes para toda população é mais fácil, proporcionando que qualquer pessoa interessada, mesmo que não possua conhecimento avançado no âmbito exposto, possa fazer uso destas e obter um conhecimento sobre os elementos apresentados.

Desse modo, tais dados possuem uma atribuição importante frente à avaliação de aspectos sociais que se mostram como inexplorados, que, a partir do momento em que eles recebem a devida atenção, quando são observados atentamente e de maneira apropriada, são introduzidos nas pautas mais importantes de um governo. Assim, essas informações divulgadas disponibilizam uma simbolização capaz de ser analisada juntamente a demais reivindicações feitas, proporcionando o suporte necessário para os devidos responsáveis (JANNUZZI, 2018).

Então, conforme os aspectos que se mostram relevantes, são disseminados através de parâmetros uniformes, mais recursos também são oferecidos para que eles se mostrem como prioritários. Ainda, a disponibilidade de dados garante o êxito quanto à implementação de políticas ou programas de aspecto público, em diversas condições, sendo que tal resultado pode ser proporcionado também através de uma análise socioeconômica que se mostre como pertinente (JANNUZZI, 2018).

Neste sentido, informações de valor e com ampla abrangência, principalmente as que são divulgadas por instituições reconhecidas nacionalmente, além de levantamentos realizados por órgãos



encarregados disso, mostram-se como essenciais quanto a avanços em diferentes áreas de interesse, como saúde, educação, desenvolvimento, entre outros (JANNUZZI, 2018). Consequentemente, com tais publicações, as atenções para as referidas áreas são mais evidentes, asseverando investimentos, vantagens, assistência e cuidado para com os recursos necessários em relação ao progresso e ao seu bom andamento.

Algo que vem facilitando na busca e no acesso de tais dados é a difusão e o alcance à internet, o que torna mais rápida e imediata a obtenção daquilo que se procura, sendo um recurso que traz maior democracia e interação quanto aos esclarecimentos que são realizados. Dessa forma, os dados propagados são acessíveis em qualquer localização, a qualquer classe, indivíduo ou horário, tendo como grandes aliadas também as mídias sociais, pois, no âmbito virtual, há a viabilidade de atingir um número abrangente de pessoas, havendo a comunicação para inúmeros receptores (FERREIRA, 2017).

Outra questão que traz benefícios frente à divulgação de informações é a transparência, que tem como preceito a disponibilização de dados acessíveis e compreensíveis a toda sociedade, proporcionando a atuação dos indivíduos junto às decisões que são tomadas. Em vista disso, a transparência se mostra como um instrumento significativo para haver um controle do que vem sendo realizado, assegurando que haja uma gestão mais adequada dos recursos empregados, instituindo normas para qualquer gestor ou setor governamental (BARROS et al., 2017; CARDOSO et al., 2018).

Tais preceitos são instituídos na Lei 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), a qual determina que haja divulgação de informações, mesmo que não sejam solicitadas, promovendo controle social por parte dos indivíduos, proporcionando a participação cidadã e o uso de mecanismos que garantem a comunicação para todos (BRASIL, 2011). Por meio da LAI, é possível que se obtenham informações corretas e verdadeiras, as quais permitem maior interação da sociedade com a gestão, e, consequentemente, o monitoramento das ações realizadas.

Nesta mesma perspectiva, observa-se a importância da divulgação dos dados referente à presente pandemia instaurada pela Covid-19,

que se mostra como algo que ainda se tem pouco entendimento sobre todas as perspectivas que a abrangem. Por conseguinte, a partir da divulgação de informações referente a ela, principalmente em relação ao número de infectados, óbitos, suspeitos ou curados, têm-se tornado consideravelmente plausíveis estudos e acompanhamentos que podem ser desenvolvidos a fim de compreender como tal enfermidade vem sendo conduzida nos mais diferentes pontos de vista.

Covid-19 e Ações Adotadas para seu Enfrentamento

O novo coronavírus, denominado também como Covid-19, é uma doença transmitida através de um vírus que causa problemas respiratórios nos indivíduos, tendo sintomas semelhantes a uma gripe comum, possuindo um índice de contágio muito alto devido à sua facilidade de transmissão. Do mesmo modo, tal patologia pode evoluir para casos mais graves, que são observados principalmente em indivíduos do grupo de risco, que já possuem doenças preexistentes, requerendo maiores cuidados e atenção para o quadro clínico desenvolvido (CASCELLA et al., 2020; FAUCI; LANE; REDFIELD, 2020; OLIVEIRA et al., 2020).

O primeiro caso de Covid-19 foi relatado em Wuhan, na China, no mês de dezembro de 2019, espalhando-se pelo mundo todo, tendo altos picos de propagação já em 2020 pela dificuldade inicial de sua identificação, além do período de incubação da doença nos indivíduos, sendo transformada em uma pandemia de ordem mundial (OLIVEIRA et al., 2020). Assim, muitas dificuldades podem ser observadas a partir do estabelecimento desse novo tipo de vírus, trazendo diversas dúvidas em diferentes perspectivas, promovendo a incerteza do que pode vir a acontecer.

Entretanto, a falta de métodos eficazes contra a Covid-19 faz com que seu enfrentamento seja dificultoso, além do fato de não haver uma vacina que intervenha comprovadamente contra tal doença, o que ocasiona a indispensabilidade de outros meios que contribuam para mitigar a propagação do vírus. Por isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a fim de controlar os efeitos deletérios causados pela presente pandemia, institui algumas medidas a serem adotadas por todas



as nações, como usar álcool em gel, realizar a higienização das mãos, não permanecer em locais fechados, realizar o distanciamento social, usar máscaras, observando todas as etiquetas de higiene necessárias (BELASCO; FONSECA, 2020; OMS, 2020).

Repentinamente, o mundo todo se encontrou em uma quarentena, com regras e restrições que impactaram na vida de todos, e, aos poucos, o que parecia ser algo passageiro, começou a fazer parte da rotina e do dia a dia das pessoas. Tais questões trazem mais responsabilidade, por si e pelos demais, demonstrando o que realmente é ter empatia, colocar-se no lugar do outro e pensar quais consequências podem resultar de um determinado ato.

Diante disso, vários países adotaram medidas para combater a disseminação dessa doença, como restrições de viagens de um país para o outro, fechamento de fronteiras, limitando o funcionamento do comércio, sendo que tais imposições, de modo temporário conduziram para a minimização do alastramento da Covid-19 (FAUCI; LANE; REDFIELD, 2020). Todavia, é necessário também orientar a população como devem se comportar diante desse cenário de incertezas, garantindo a efetividade das determinações realizadas, onde as pessoas podem colaborar legitimamente para que os riscos que o vírus causa sejam reduzidos.

Demais ações também se mostram importantes, como as relacionadas com o aspecto econômico e financeiro, que contribuem para que a crise não atinja diferentes setores, além da implementação de políticas públicas, as quais oferecem suporte para os desafios impostos pela Covid-19. Logo, percebe-se que, no Brasil, vivencia-se uma crise de características excepcionais, pois, além de estar enfrentando uma crise sanitária, também enfrenta complicações em nível social, político e econômico, o que tende a um contexto de diversas dificuldades a serem combatidas e solucionadas (CAMMAROTA, 2020).

Dessa forma, o Brasil vem instituindo medidas através do Ministério da Saúde, que vão ao encontro das ações estabelecidas pela OMS, como o ato de lavar as mãos com frequência, utilizar e disponibilizar álcool em gel, realizar o distanciamento social, tomar cuidado ao espirrar ou tossir, não dividir utensílios de uso pessoal,

proporcionar a ventilação dos locais, além do uso de máscaras (OLIVEIRA et al., 2020). Todos esses parâmetros precisam ser seguidos e obedecidos rigidamente para reduzir o número de casos de Covid-19, além de ações mais rígidas, como o *lockdown*, que foi adotado por um curto período de tempo nas localidades do país, mas que se mostrou como algo de extrema importância, destacando-se também o fechamento de escolas, universidades e estabelecimentos comerciais.

Além disso, o Brasil instituiu, a partir da Lei 13.982, de 2 de abril de 2020, o auxílio emergencial, um benefício de R\$600,00 concedido por um intervalo de tempo a trabalhadores informais ou desempregados, visando auxiliá-los no período instaurado pela pandemia (BRASIL, 2020). Percebe-se, então, que diversas são as ações que necessitam ser adotadas, pois diversas são as repercussões decorrentes da Covid-19, que ainda estão sendo observadas e experienciadas.

Já no âmbito regional, os diferentes estados também vêm empregando inúmeras intervenções contra as adversidades causadas por essa doença, principalmente no que se refere ao Rio Grande do Sul, sendo um modelo para outros estados, frente a medidas que o governo adotou. E essas atitudes dizem respeito tanto a critérios usuais, bem como a intervenções mais rigorosas e reguladoras, que determinam preceitos específicos e obrigatórios.

O Cenário Observado no Rio Grande do Sul

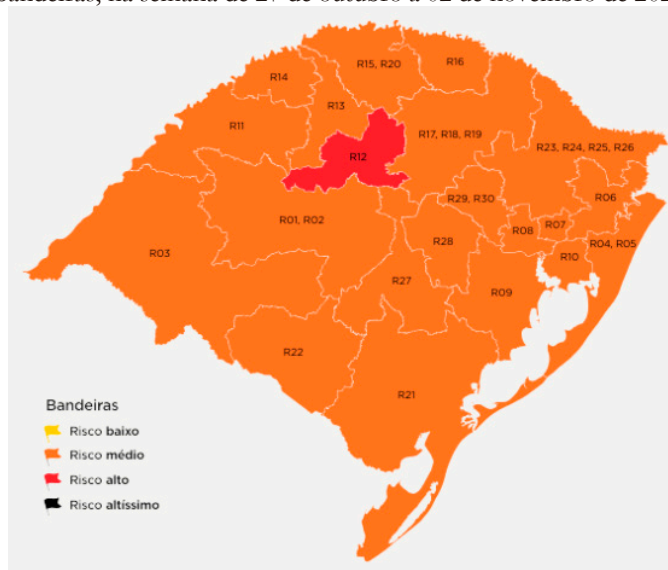
O Rio Grande do Sul, desde o início da instauração da presente pandemia, vem adotando diversas estratégias no enfrentamento à Covid-19 quanto a questões econômicas, sociais, de saúde e segurança, decretando o estado de calamidade pública frente à emergência causada por essa doença. Assim como em nível mundial e nacional, no estado foram adotadas e impostas regras de higiene, distanciamento social, sendo uma das ações de maior destaque o método de distanciamento controlado, servindo como um modelo para outras regiões, estados, tendo um reconhecimento em nível nacional.

Tal distanciamento controlado consiste no acompanhamento do progresso que a pandemia está tendo no estado, levando em

consideração indicativos técnicos, realizando análises estratégicas com base em informações recebidas dos municípios e suas respectivas regiões, abordando medidas para a prevenção e o enfrentamento progressivo e proporcional a cada localidade. Todas essas medidas visam garantir que haja um equilíbrio da questão social, econômica, preservando a saúde e o bem-estar da população do Rio Grande do Sul (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Dessa forma, o estado foi dividido em 7 macrorregiões, e cada macrorregião possui outras 20 regiões, as quais são agrupadas a partir de 30 regiões de saúde, que são designadas por meio das cidades mais populosas das referidas áreas. Igualmente, a classificação é realizada por meio de bandeiras que possuem quatro cores para representar a gravidade da Covid-19 na região, sendo as cores amarela, quando há risco baixo, laranja quando há risco médio, vermelha quando o risco é alto e preta quando é apresentado um risco altíssimo (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020). Para uma visualização mais adequada desses aspectos, é apresentado, através da Figura 1, tal modelo por bandeiras.

Figura 1 – Método de distanciamento controlado através de bandeiras, na semana de 27 de outubro a 02 de novembro de 2020



Fonte: Governo do Rio Grande do Sul (2020)

Por conseguinte, essa avaliação de risco causado pela Covid-19 é feita levando em consideração onze indicadores distintos, como o número de casos, óbitos, recuperados, leitos de UTI ocupados e vagos, além do número de pacientes (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020). Logo, um aspecto de extrema importância é a veracidade das informações que são repassadas, além da sua disponibilidade no período que são exigidas a fim de contribuir para o controle da propagação da pandemia.

Desse modo, é possível obter um panorama da doença no estado, onde o governo estadual detinha autonomia quanto às ações para enfrentar as adversidades encontradas nas referidas localidades, impondo restrições quando necessário, determinando intervenções condizentes a cada situação podendo adotar medidas eficazes para cada região. Entretanto, por muitas vezes, a gestão do estado impôs regras rígidas aos municípios, limitando a abertura de estabelecimentos, o funcionamento de comércios, exigindo parâmetros inflexíveis, o que acabou ocasionando a contradição dos gestores municipais, pois estes se sentiam prejudicados pelas medidas impostas.

Com base nisso, o governo estadual perdeu sua total autonomia quanto à imposição das regras para o controle da pandemia causada pela Covid-19, dando maior liberdade aos municípios tomarem as decisões que considerassem mais pertinentes, estabelecendo suas próprias regras frente ao combate e controle da doença. Isso acaba prejudicando o protocolo que já estava estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul, além de já ser algo que se encontrava consolidado, abrindo precedentes que podem causar adversidades mais significativas.

Consequentemente, tende-se a diminuir a atenção e a importância atribuídas aos dados referentes à Covid-19, pois as regras impostas passam a não ser tão criteriosas, o que implica também em maiores incertezas. Contudo, a pandemia ainda é presente no dia a dia dos indivíduos, dos municípios, estados e países e muito ainda tem de ser feito a fim de combater e enfrentar esse vírus que traz consigo consequências que impactam em diferentes âmbitos e perspectivas.



Considerações Finais

A presente pandemia causada pela Covid-19 trouxe consigo diversas mudanças, consequências, adversidades, desafios a serem enfrentados em diferentes âmbitos, aspectos, localidades, impactando diversos setores, transformando a vida e a rotina dos indivíduos. A partir dela, muitas dificuldades foram percebidas, além das demandas requeridas, principalmente em relação a informações relacionadas, dados que informam e esclarecem a situação transcorrida.

Assim, nota-se a importância da divulgação de dados de interesse coletivo, que têm como principal papel trazer o conhecimento e a comunicação para as pessoas, deixando-as a par do que está acontecendo e o que pode ser feito para controlar as dificuldades que precisam ser enfrentadas. Nesse aspecto, encontram-se os dados estatísticos que visam fornecer, de modo numérico e quantitativo, a caracterização dos cenários vivenciados, e, quanto à Covid-19, permite que a população tenha conhecimento do número de casos, óbitos, hospitalizados, dos locais que tem interesse em se informar. Além disso, traz maior proximidade e demonstra que a gestão pública está preocupada em atender os aspectos transparentes e tornar acessível as informações que têm extrema relevância, as quais podem ser utilizadas para inúmeros fins.

Essas informações ainda permitem que possam ser elaboradas medidas para o enfrentamento da pandemia, pois há uma percepção mais adequada de como se encontra o cenário da doença, quais os aspectos mais impactados e de que modo a situação pode ser controlada. Isso foi percebido principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, onde, a partir dos dados que os municípios disponibilizavam, a gestão poderia determinar qual o risco enfrentado pelas regiões através da instituição de bandeiras e suas respectivas cores, onde, para cada uma, diferentes medidas eram adotadas.

Contudo, questões econômicas e de interesse individual tendem a influenciar nas decisões tomadas, pois, a partir do momento em que um gestor percebe que há questões prejudiciais para sua gestão, ele tentará contornar a presente situação, o que vem acontecendo

demasiadamente quanto à Covid-19, em que outras questões possuem um peso maior do que a garantia da saúde dos indivíduos e a segurança de todos. Mas é necessário compreender e dar a atenção necessária para esse aspecto, pois existem diversas consequências atreladas à essa doença que precisam ser analisadas corretamente para que não resultem em consequências mais graves.

Assim, o presente estudo, ao analisar o contexto da pandemia causada pela Covid-19, tem como limitação observar apenas a questão do Estado do Rio Grande do Sul, além de ser uma pesquisa apenas teórica. Sugere-se, para demais estudos, que seja realizada uma pesquisa englobando mais estados, tendo um caráter nacional, observando o comportamento das ações adotadas em demais regiões, além de adotar metodologias diferentes para realizar tais análises.

Referências

- BARROS, C. da C.; BARROS, F. M. da C.; SOUZA, F. J. V. de; BATISTA, E. M.; CÂMARA, R. P. de B. Transparência na gestão pública: um estudo do atendimento dos municípios do estado Rio Grande do Norte a lei complementar nº 131/2009. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 9, n. 2, p. 200-221, jul./dez., 2017.
- BELASCO, A. G. S.; FONSECA, C. D. da. Coronavírus 2020. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 2, p. 1-2, 2020.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. **Planalto**, Casa Civil, Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Presidência da República**, Secretaria-Geral, Brasília, DF, 2020.



CAMMAROTA, F. C. Coordenação de políticas públicas: governança do orçamento para projetos sociais em tempos de crise. **Brazilian Journal of Business**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 2418-2444, jul./set., 2020.

CARDOSO, L. L.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. da; CARDOSO, T. L.; COSTA, C. B. da. Transparência Pública: Análise em portais de transparência do Poder Executivo Municipal do Brasil. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 443-472, maio/ago., 2018.

CASCELLA, M.; RAJNIK, M.; CUOMO, A.; DULEBOHN, S. C.; DI NAPOLI, R. **Features, Evaluation and Treatment Coronavirus (COVID-19)**. StatPearls: Treasure Island, 2020.

DINIZ, M. C.; MARTINS, M. G.; XAVIER, K. V. M.; SILVA, M. A. A. da; SANTOS, E. de A. Crise Global Coronavírus: monitoramento e impactos. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 259-377, 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020. **Assembleia Legislativa**, Gabinete de Consultoria Legislativa, Porto Alegre, RS, 2020.

FAUCI, A. S.; LANE, C.; REDFIELD, R. R. Covid-19 – Navigating the Uncharted. **The New England Journal of Medicine**, n. 382, p. 1268-1269, 2020.

FERREIRA, M. dos S. B. Mídias sociais como ferramenta de comunicação para fortalecimento de marcas e organizações. **Revista Temática**, v. 13, n. 6, p. 141-150, 2017.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **Modelo de distanciamento controlado Rio Grande do Sul**, 2020. Disponível em: <<https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2020.

JANNUZZI, P. de M. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente. **Revista Brasileira de Estudos e População**, v. 35, n. 1, p. 1-10, 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Recomendações e medidas governamentais relativas ao enfrentamento da Covid-19**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/recomendacoes-e-medidas-governamentais-acerca-da-pandemia-do-coronavirus>>. Acesso em: 09 out. 2020.

MOLINARI, A. P.; CLAZER, E. A. Índices de transparência: Um estudo nos municípios que compõem a AMCESPAR. In: Congresso Internacional de Administração, 2015, Ponta Grossa/PR. **Anais do Congresso Internacional de Administração**, 2015, 12 p.

OLIVEIRA, M. L. de; LEITE, S. S.; RODRIGUES, V. B.; RODRIGUES, V. B.; CAVALCANTI, V. M. B.; LINS, V. M. B. C.; MARCOLINO, A. B. de L. Efeitos das medidas de enfrentamento ao coronavírus no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 4, p. 10196-10207, jul./ago., 2020.

OLIVEIRA, W. K. de; DUARTE, E.; FRANÇA, G. V. A. de; GARCIA, L. P. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, p. 1-8, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Orientação técnica e nacional – Doença por coronavírus (COVID-19)**, 2020. Acesso em: < <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance>>. Acesso em: 26 out. 2020.

SEPLAG RS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Modelo de Distanciamento Controlado Rio Grande do Sul**, 2020. Disponível em: <<https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br/wp/wpcontent/uploads/2020/06/Metodologia-1.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2020.



CAPÍTULO 4:

COMPARATIVO ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS E EMERGENTES NO COMBATE À CRISE A PARTIR DA TEORIA KEYNESIANA

Gabriele Ferreira da Silva Monte¹⁵

Júlia Barros Coelho¹⁶

Introdução

O ano de 2020 iniciou-se como um ano histórico, mas não de forma positiva. Foi o ano em que a economia mundial sofreu um dos maiores choques tanto em termos econômicos quanto em termos de perda humana. Esse choque foi provocado pela pandemia da Covid-19¹⁷, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. A crise provocada pelo Novo Coronavírus afetou países ricos e países pobres de formas diversas. Isso porque a estrutura econômica e política desses países são distintas, o que também distingue sua capacidade de reação e superação da crise.

A economia brasileira, que já passava por uma recessão econômica, vem sofrendo impactos com a crise da Covid-19 em termos de renda, emprego e crescimento econômico. De acordo com o IBGE (2020a), a taxa de desocupação no Brasil chegou a 13,2% em agosto de 2020, sendo este um patamar elevado comparado a maio do mesmo ano, quando essa taxa era de 10,5%.

Com o objetivo de reduzir os impactos dessa crise na economia brasileira, o governo adotou políticas de transferência de renda, como o Auxílio Emergencial. Cerca de 44,1% dos domicílios receberam esse benefício que consiste em uma transferência de renda no valor de

15 Discente do curso de Ciências Econômicas- UFPI.

16 Discente do curso de Ciências Econômicas- UFPI.

17 A Covid-19 é uma doença respiratória causada pelo Coronavírus, denominado SARS-CoV-2. Essa doença se manifesta através de infecções assintomáticas ou quadros graves (BRASIL, 2020).



600 reais para os indivíduos que cumprirem os requisitos. O impacto previsto dessa transferência no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é de 2,5% do PIB de 2019 (IBGE, 2020a; BRASIL, 2020b).

Políticas fiscais expansionistas foram aderidas por muitos países com o objetivo de manter a demanda, o emprego e a renda. Enormes pacotes fiscais emergenciais estão sendo adotados. Até abril de 2020 já tinham sido gastos cerca de US\$ 7,2 trilhões (mais de R\$ 40 trilhões) globalmente na tentativa de mitigar os impactos da pandemia (ELGIN; BASBUG; YALAMAN, 2020).

O gasto público é uma ferramenta efetiva para atingir esse objetivo, como afirma Keynes (1996). É por meio desse gasto que ocorre o efeito multiplicador capaz de irradiar por toda a economia gerando renda e emprego nos diversos setores econômicos. Por esse motivo, Keynes defendia que a ação do Estado é essencial para a economia, fundamentalmente em tempos de crise.

Dentre os países que mais expandiram os gastos públicos durante a pandemia estão Japão, Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA). Apesar de ter aumentado os seus gastos, o Brasil não se encontra nessa lista. A relação dívida pública/PIB tem se elevado durante esse período de crise em maior proporção nos países desenvolvidos quando comparada ao Brasil, que demonstra estar seguindo uma rota distinta em relação às grandes economias (ELGIN; BASBUG; YALAMAN, 2020; FIGUEIREDO *et al.*, 2020).

Dessa forma, é de suma importância aferir, por meio da análise dos gastos públicos, o comportamento de diferentes países, emergentes e desenvolvidos, frente à crise, a partir de uma análise keynesiana. Com base nisso, o presente trabalho busca responder ao seguinte questionamento: os países desenvolvidos¹⁸ e emergentes¹⁹ estão adotando políticas keynesianas para sair da crise?

18 São países que apresentam elevados Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), são industrializados e ricos (BONA, 2020).

19 São países que apresentam alto potencial de desenvolvimento, possuem bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e apresentam boas expectativas de crescimento econômico e social (BONA, 2020).



O presente estudo parte da hipótese de que os países desenvolvidos estão adotando políticas fiscais keynesianas para sair da crise provocada pela COVID-19, enquanto os países emergentes, grupo no qual o Brasil está incluso, permanece adotando medidas fiscais predominantemente restritivas. A partir disso, o principal objetivo a ser atingido pelo presente trabalho é comparar os gastos públicos destinados ao enfrentamento da crise no ano de 2020 de países emergentes, como Brasil, China, Índia, Rússia e México, com os de países desenvolvidos, como EUA, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Canadá a partir de uma perspectiva keynesiana. Desse modo, será feita a descrição da proporção dos gastos públicos em relação ao PIB desses países antes da crise da Covid-19 compreendendo o período entre 2010 e 2020; a comparação entre a taxa de crescimento dos seus gastos públicos frente à crise causada pela Covid-19 no ano de 2020 com base no ano de 2019 e a análise do comportamento dos gastos públicos desses países a partir da teoria keynesiana.

O presente capítulo está estruturado em sete seções. A primeira corresponde à introdução, em que é apresentada uma visão geral da pesquisa. Na segunda, é feito um breve histórico sobre as pandemias e epidemias anteriores e seus impactos. Na terceira, foi feita uma análise da importância da atuação do Estado na economia em momentos de crise. Na quarta, foi apresentado o papel dos gastos públicos sobre a renda e o emprego a partir da visão keynesiana. Na quinta, foi descrita a metodologia, a base de dados e o método empírico utilizados. Na sexta, foi exposto a análise dos resultados com a comparação das políticas adotadas pelos países a partir da perspectiva keynesiana e, por último, tem-se a conclusão.

Histórico e Impactos de Pandemias e Epidemias

Historicamente muitas doenças foram responsáveis por impactos devastadores sobre a população mundial. Os primeiros relatos de uma pandemia ou epidemia foram feitos há centenas de anos. É possível citar



algumas delas, como por exemplo a Peste Bubônica, ou Peste Negra, e a Gripe Espanhola, que ceifaram milhares de vidas.

A Peste Negra foi responsável por milhares de mortos na Ásia, na África e na Europa nos anos 1346 e 1353. A epidemia dessa doença foi um desastre demográfico e foi considerada um dos mais devastadores eventos na história da humanidade. Os impactos foram diversos, incluindo a morte de $\frac{1}{3}$ da população europeia. Presume-se que essa doença se originou na Ásia e foi disseminada através de comerciantes que circulavam por vários países (BENEDICTOW, 2011; LIMA, 2020).

Em 1918, mais uma doença devastadora provocada por um vírus surgiu e afetou parte da população mundial, chegando, inclusive, ao Brasil. Essa doença ficou conhecida como gripe espanhola e a cidade do Rio de Janeiro foi uma das mais atingidas no país, cerca de 66% da população foi acometida pela doença. Esse período foi marcado por caos social e desordem pública devido à falta de medidas sanitárias apropriadas para lidar com o surto da doença (GOULART, 2005).

O século XXI foi marcado por algumas epidemias, como por exemplo Sars (2003), H1N1 (2009), Mers (2012), Ebola (2014) e Zika (2016). Todas elas causaram impactos tanto em termos de saúde quanto na economia. Mas a pandemia causada pela Covid-19 foi considerada a maior e mais impactante dos últimos anos (CARVALHO, 2020).

Em 31 de dezembro de 2019 diversas autoridades de saúde já contatavam a Organização Mundial de Saúde a fim de recolher informações sobre uma suposta propagação de casos suspeitos de uma nova pneumonia viral que estava ocorrendo em Wuhan, na China. Em 10 de janeiro de 2020 o Mecanismo de Coordenação Global para Pesquisa e Desenvolvimento para prevenir e responder a epidemias realizou sua primeira teleconferência sobre o Novo Coronavírus. Com a doença já espalhada por vários países, em 11 de março de 2020, a OMS declara pandemia. Até 17 de setembro de 2020, 216 países, áreas ou territórios foram atingidos pela doença, com 30.055.710 casos do vírus confirmados no mundo e 943.433 mortes (OMS, 2020a).

Para além dos danos na saúde, a Covid-19 também afetou a economia mundial, pois sem vacinas ou medicamentos cientificamente



comprovados a única solução encontrada pelos governantes foi pedir que as pessoas adotassem medidas de isolamento social. Tais medidas, somadas à incerteza inerente ao contexto, impactaram o nível de emprego, renda e produção dos países, trazendo à tona uma enorme necessidade de intervenção pública para evitar a falência tanto das empresas quanto das famílias (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020).

Dentre as principais ações adotadas pelo Governo Federal brasileiro, juntamente ao Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crise da Covid-19, estão a redução de 0% da alíquota do imposto de produtos²⁰ utilizados na prevenção do vírus; a criação de um Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que oferece medidas trabalhistas para o enfrentamento da crise sanitária; e a instituição do Auxílio Emergencial, que constitui uma transferência de renda de R\$ 600,00, inicialmente em cinco parcelas, para trabalhadores informais, desempregados, microempreendedores individuais (MEI) de famílias de baixa renda e trabalhadores intermitentes (BRASIL, 2020c).

O Papel do Estado no Enfrentamento de Crises Econômicas

Definir o papel do Estado, mesmo que em épocas normais, já é uma questão controversa e que na maioria das vezes gira em torno daqueles que defendem o Estado Mínimo e os que defendem o Estado como promotor de um Bem-estar social. Mas algumas ocasiões exigem que o Estado amplie sua atuação e assuma responsabilidades maiores, visto que existem instrumentos econômicos que somente o poder público detém.

O mundo já sofreu com graves crises econômicas, como as de 1929, 1973 e 1979 (causadas pelos choques de petróleo), e de 2008. Em todas elas a atuação do poder público foi necessária tanto para mitigar as perdas quanto para conter a crise. Em 1929, a quebra da bolsa de Nova York acabou gerando uma enorme crise que se iniciou nos Estados Unidos e repercutiu por todo o mundo. O país que era um grande importador

²⁰ Álcool etílico, desinfetantes em formas ou embalagens, presilha plástica para máscara de proteção individual, óculos de segurança, viseiras de segurança, máscaras de proteção e escudos faciais (BRASIL, 2020).



de produtos primários dos países da América Latina reduziu a compra de produtos estrangeiros e suspendeu os empréstimos a outros países, ocasionando uma crise mundial. Esse cenário repercutiu até 1933 e o período ficou conhecido como Grande Depressão. Para solucionar os efeitos da crise, o presidente dos Estados Unidos da época, Franklin Roosevelt, propôs aderir a políticas econômicas inspiradas em John Maynard Keynes e implantou o que ficou conhecido como New Deal²¹, um programa que conciliava as leis do mercado com uma intervenção mais forte do Estado em vários setores da economia (SANTOS, 2012).

Em setembro de 1960, os países exportadores de petróleo, como Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela resolveram se unir e criar um cartel para estabelecer uma política petrolífera única a todos os membros, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A partir disso, enquanto os países exportadores desse insumo testemunharam elevação do superávit na balança comercial, o restante do mundo sofreu com a alta do preço do petróleo, a elevação da inflação e a diminuição da atividade econômica global. Em 1973, a crise do petróleo estourou e entre outubro desse ano e janeiro de 1974 a elevação do preço foi de quase quatro vezes. Os países em desenvolvimento foram os que enfrentaram maiores dificuldades diante dessa situação. Em 1974, o Brasil era governado por Ernesto Geisel, que resolveu adotar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) como medida econômica, com o intuito de encarar as dificuldades que estavam por vir. Para isso, o plano era investir em setores estruturais como siderurgia, energia, petroquímica etc. (MELO, 2008).

Em 1979, o mundo passa por um novo momento de instabilidade econômica devido ao segundo choque do petróleo. Causado por revoluções e guerras no oriente médio, o segundo choque elevou as cotações do petróleo de tal forma que o preço chegou a subir 180%. Deterioração da balança comercial, processo inflacionário, redução do crescimento

21 A partir da institucionalização do New Deal, o Estado assumiu uma responsabilidade ativa na contenção de crises e coordenação agregada dos mercados, o que ganhou força com as ideias de Keynes e orientou o padrão institucional do capitalismo ao longo de boa parte do século XX (LIMONCIC, 2003).



econômico, desemprego e aumento do déficit em conta corrente foram alguns dos problemas enfrentados pelos países. As intervenções nos países desenvolvidos para tentar driblar a crise acabaram prejudicando ainda mais os países em desenvolvimento. No Brasil, as medidas tomadas foram emplacadas com a implantação do III PND, que concentrava os esforços do Estado para reduzir a dependência externa tanto no campo da agricultura como no da energia (MELO, 2008).

Outra crise marcante na história da economia mundial ocorreu em 2008. A crise econômica de 2008 foi iniciada a partir da quebra do setor de crédito imobiliário nos Estados Unidos. Os bancos americanos começaram a fornecer empréstimo para uma categoria que ficou conhecida como *subprime*, formada por uma classe de tomadores de créditos que ofereciam um risco maior e por isso demandava juros mais alto. Confiantes na estabilidade econômica americana, os bancos utilizaram novos modelos estatísticos para análise de crédito para conceder esses empréstimos à classe *subprime*, subestimando assim o risco que essas operações ofereciam. A crise veio a partir do momento em que houve necessidade de reajuste da taxa de juros sobre as hipotecas imobiliárias levando então a inadimplência dos tomadores de hipotecas. Quando isso ocorreu, aqueles investidores que tinham comprado os títulos públicos baseados nessa hipoteca acabam buscando maneiras de se livrar desses títulos, gerando uma grande oferta de papéis de imóveis e, consequentemente, a diminuição de seus reais valores. A crise imobiliária acaba se expandindo para outros setores, gerando queda do consumo, aumento de desemprego e perda de moradia, atingindo rapidamente outros países (SANTOS, 2012).

Ainda desconhecidos os efeitos totais da crise, em novembro de 2008, Mazzucchelli (2008) escreveu comparando os desastres econômicos de 1929 com o de 2008. Para o autor, ambos os acontecimentos passaram a lição de que não se pode mais deixar o capitalismo a mercê apenas dos capitalistas. Ao defender a necessidade da intervenção do Estado para mitigar os estragos causados pela crise de 2008, Mazzucchelli (2008) relata que até o momento em que



escrevia, se não fossem os esforços do poder público, a situação da crise seria muito mais grave.

O credo liberal e a panacéia dos mercados “eficientes” ou “auto-regulados” foram sumariamente abandonados e o Estado assumiu, com maior (Inglaterra) ou menor (Estados Unidos) grau de acerto, a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela provisão da liquidez, pela garantia integral dos depósitos, pela redução das taxas de juros básicas e pela tentativa de evitar o aprofundamento da contração do crédito. Destaca-se a decisão de o governo americano disponibilizar US\$ 2,25 trilhões, sendo US\$ 1,5 trilhão para garantir novas dívidas emitidas pelos bancos, US\$ 500 bilhões para garantir os depósitos nos fundos mútuos e US\$ 250 bilhões para capitalizar os grandes bancos (MAZZUCHELLI, 2008).

No livro escrito durante o início do conturbado período de pandemia do Novo Coronavírus, a economista brasileira Laura Carvalho nos lembra a diferença entre as maiores crises econômicas anteriores e a que vivemos agora. Enquanto o cerne das crises de 1929 e de 2008, por exemplo, era financeiro, agora o que se tem é uma crise econômica iniciada por uma crise de saúde pública, ou seja, que já nasceu diretamente no lado real da economia. As crises econômicas enfrentadas no capitalismo, em sua maioria, têm origem financeira ou devido ao modo de produção adotado. Mas crises causadas por pandemias geram um cenário totalmente novo e que exige uma maior reflexão acerca das medidas que devem ser tomadas pelos governantes de cada país. Embora o mundo já tenha passado por outras pandemias, o cenário em que se deu a pandemia da Covid-19 é inédito, com mais globalização e integração econômica, o que torna a atuação de enfrentamento por parte do Estado ainda mais complexa (CARVALHO, 2020).

A Teoria Keynesiana e o Papel dos Gastos Públicos sobre a Renda e o Emprego

O pensamento keynesiano é interpretado de diferentes formas ao longo do tempo, sendo constituído basicamente por três vertentes



principais. A primeira foi marcada pelas propostas originais de Keynes através da publicação da obra intitulada *Teoria Geral*, na qual o autor desenvolve uma sequência de ideais capazes de determinar a taxa de juros, o nível de renda e o nível de emprego de uma economia. A segunda vertente é representada pelos neokeynesianos, que tentaram criar uma nova forma de analisar a economia dentro de uma visão já dominante de equilíbrio geral, reformulando as ideias de Keynes e trazendo-as para dentro dos fundamentos neoclássicos. A terceira vertente é composta pelos Pós-Keynesianos, que tentam resgatar as ideias iniciais de Keynes depois de uma forte difusão das interpretações feitas pela síntese neoclássica (DE CARVALHO, 1988).

O presente trabalho se apoiará na teoria keynesiana a partir dos escritos originais de Keynes, partindo principalmente da obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em que o autor, a partir do estudo de agregados macroeconômicos e da ideia de que o livre mercado não é capaz de manter o pleno emprego, verifica que a atuação do Estado pode afetar positivamente na economia (KEYNES, 1996).

De acordo com Keynes, o Estado seria essencial para o bom funcionamento do sistema capitalista, sendo o responsável pela manutenção da demanda efetiva em momentos de recessão e desemprego. Para Keynes, o Estado é o único que em momentos de incertezas pode gerar estímulos à demanda agregada e melhorar as expectativas e a confiança dos agentes econômicos, através de elevação dos gastos fiscais e redução da carga tributária. A partir de instrumentos de política econômica, o Estado atuaria para perseguir esse objetivo. Alguns dos meios para atingir esse propósito seria a criação de déficits orçamentários e emissão de títulos públicos (TERRA; FERRARI FILHO, 2014; KEYNES, 1996).

Em relação à política monetária, Keynes vê a taxa de juros como um instrumento indireto para incentivar o investimento, pois guiaria os agentes na sua decisão de investir. Porém, em momentos de crise esse meio não seria totalmente eficaz, devido à incerteza que induz os agentes a preferirem reter moeda, ou seja, devido à preferência pela liquidez. Por esse motivo, Keynes acredita que o incentivo do Estado demonstra ser



mais eficaz no fomento aos investimentos. Esse incentivo parte da política fiscal adotada pelo Estado através de gastos públicos e na melhoria das expectativas privadas (TERRA; FERRARI FILHO, 2014).

De acordo com Keynes, os investimentos públicos geram um efeito multiplicador na economia. Segundo ele, quando ocorre um aumento do investimento agregado a renda irá aumentar proporcionalmente a ele. A partir desse processo ocorre também uma elevação do consumo, gerando, assim, a necessidade de ofertar mais produtos, e, consequentemente, gerar emprego (KEYNES, 1996).

Ao contrário dos clássicos, Keynes acreditava na existência de desemprego involuntário. Para ele, era o nível de atividade que determinaria o nível de emprego, sendo assim, uma deficiência na demanda, consequentemente, gera desemprego. Sabemos que, em momentos de crise, a demanda costuma ser bastante afetada, principalmente devido às incertezas, portanto é de extrema importância a atuação do Estado, através das suas políticas macroeconômicas, para tentar reequilibrar a demanda e evitar o desemprego (NERY, 2012).

Apesar de não ignorar o fato de que a saúde das contas públicas de um país precisa estar equilibrada, Keynes defende que em períodos emergenciais o governo deve se preocupar em gerar mais empregos e não em diminuir os gastos. Ele via os resultados orçamentários apenas como sintomas de uma crise econômica, sendo o desemprego a verdadeira causa. Logo, quando uma economia possui um déficit orçamentário devido a crises, a maneira de resolver esse problema não é através de cortes de gastos correntes e investimentos, mas sim através da reorganização ou expansão dos gastos públicos para combater o desemprego (VIDOTTO; SICSÚ, 2008).

Metodologia

Método de Pesquisa

A presente pesquisa é do tipo descritiva, em que se utilizou a análise comparativa como método de pesquisa. O método comparativo

tem por objetivo investigar fatos identificando semelhanças ou diferenças entre os objetos de pesquisa. A vantagem desse método é que ele permite comparar amostras com características diversas, como regiões geograficamente distantes e com características sociais e políticas distintas (FACHIN, 2001).

Com o propósito de comparar os gastos públicos dos países foi estimada a taxa média de crescimento desses gastos entre o período de 2019 e 2020, utilizando a seguinte fórmula matemática:

$$\text{Taxa de crescimento (n)} = \frac{P(n+1)-P(n)}{P_n} \quad (1)$$

Em que n corresponde ao período estudado e P corresponde ao gasto público no período (TAVONI; OLIVEIRA, 2013).

Área de Estudo e Tamanho da Amostra

No presente trabalho será utilizada uma amostra de 12 países agrupados em dois grupos: grupo 1 (países desenvolvidos) e grupo 2 (países emergentes) com o propósito de comparar países que historicamente adotam políticas econômicas diferentes e apresentam desempenho econômico distinto. O corte temporal delimitado para a análise das variáveis foi o período entre 2019, ano anterior à crise provocada pela Covid-19, e 2020, ano em que foi declarada a pandemia.

Com o propósito de analisar o comportamento desses países a partir da política fiscal voltada à superação da crise provocada pela Covid-19, será utilizada a variável gasto público em proporção do PIB. Isso permitirá a análise do cenário de enfrentamento da crise e a direção da política fiscal que os países estão adotando, restritiva ou expansionista. A pesquisa utilizou dados secundários extraídos da base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É importante destacar que os dados correspondentes ao ano de 2020 são projeções, devido ao fato de que ainda não é possível obter estatísticas em tempo real dos eventos econômicos desse ano.



O Quadro 1 apresenta a descrição da amostra e das variáveis utilizadas nesta pesquisa com suas respectivas unidades de medida e as bases de dados utilizada.

Quadro 1: Amostra e variáveis utilizadas na pesquisa

Amostra		Variáveis	Fonte
Grupo 1: países desenvolvidos	Grupo 2: países emergentes	Gasto público em proporção do PIB (US\$)	FMI
EUA França Alemanha Itália Japão Reino Unido Canadá	Brasil China Índia Rússia México		

Fonte: Elaboração própria

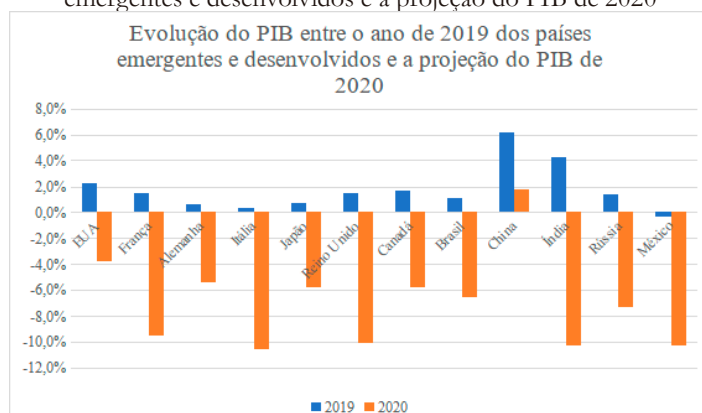
Resultados e Discussão

Gastos Públicos dos Países Emergentes e dos Países Desenvolvidos em Proporção do PIB entre os Anos 2010 e 2020

De acordo com IBGE (2020b), o Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador que corresponde à soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Analisando a economia a partir de uma abordagem keynesiana é possível presumir que um aumento nos gastos públicos pode levar a um aumento no próprio PIB, fazendo com que a economia de um país cresça. A diminuição do PIB de um país expressa uma relativa queda da atividade econômica, fazendo com que o gasto público se faça ainda mais necessário a fim de estimular a retomada da economia.

No Gráfico 1, é apresentada evolução percentual do PIB do ano 2019 e a projeção desse indicador para o ano de 2020.

Gráfico 1: Evolução do PIB entre o ano de 2019 dos países emergentes e desenvolvidos e a projeção do PIB de 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da OCDE (2020)

A partir dessa análise, é possível perceber que, devido à crise do Novo Coronavírus, a economia mundial sofreu queda na produção de bens e serviços, fazendo com que o PIB caísse abruptamente. Nesse contexto, houve uma elevação dos gastos públicos mesmo com a queda do PIB, na tentativa tanto de mitigar os efeitos da crise quanto de evitar que esta se prolongue.

Na Tabela 1, são apresentados os gastos públicos em proporção do PIB dos países emergentes e dos países desenvolvidos entre os anos 2010 e 2020. A análise dessa variável demonstra o peso dos gastos públicos em relação à renda dos países. Isso mostra quanto da renda esses países estão destinando à política fiscal, nas categorias investimentos públicos, transferências de renda e gastos sociais, dentre outros gastos fiscais.

Tabela 1: Gastos públicos em proporção do PIB dos países emergentes e dos desenvolvidos entre os anos 2010 e 2020

Gasto público em relação ao PIB (%)											
País/ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EUA	39,91	38,89	37,24	35,97	35,47	35,15	35,46	35,25	35,14	36,12	41,4
França	56,88	56,29	57,11	57,23	57,21	56,8	56,59	56,38	55,84	55,83	60,91
Alemanha	48,14	45,24	44,92	44,94	44,3	44,04	44,3	44,42	44,57	45,37	51,05
Itália	49,93	49,17	50,59	50,95	50,86	50,32	49,08	48,76	48,54	48,71	55,19

Japão	38,55	39,42	39,37	39,49	38,89	38,02	37,98	37,32	37,44	37,61	42,14
Reino Unido	44,81	43,54	43,6	41,84	41,1	40,27	39,49	39,09	38,77	38,67	44,67
Canadá	43,06	41,58	40,93	39,96	38,37	40,02	40,75	40,56	41,05	41,2	46,66
Brasil	39,91	37,58	37,22	37,45	38,52	38,49	39,65	38,32	38,1	37,87	39,85
China	25,09	27,12	28,16	28,56	28,99	31,64	31,92	31,65	32,93	33,98	37,05
Índia	27,45	27,64	27,36	26,6	26,22	27,06	27,23	26,22	26,51	27,1	26,97
Rússia	35,48	33,24	34,07	34,66	34,94	35,27	36,59	34,83	32,47	33,83	36,61
México	27,67	27,72	28,21	27,78	27,97	27,53	27,37	25,73	25,7	25,66	26,74

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI (2020).

É possível notar que os países emergentes apresentam um histórico recente de gastos públicos em nível inferior ao dos países desenvolvidos. No ano de 2020, houve uma elevação dos gastos públicos da maioria dos países, apenas a Índia se comportou de maneira diversa reduzindo 0,13% seus gastos. Essa elevação nos gastos públicos pode ser atribuída às políticas de enfrentamento da crise de saúde pública e superação da crise econômica.

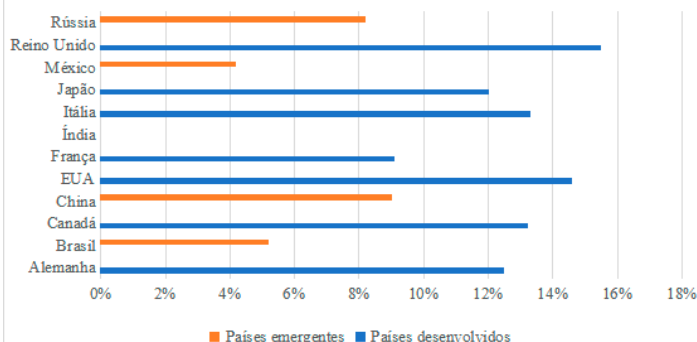
Comparação dos Gastos Públicos dos Países Emergentes e Países Desenvolvidos frente à Crise Provocada pela Covid-19

No Gráfico 2 se encontra a taxa média de crescimento dos gastos públicos em relação ao PIB dos países desenvolvidos e dos países emergentes entre os anos de 2019 e 2020. A partir dos resultados, é possível perceber que os países desenvolvidos elevaram seus gastos em proporção maior que os países emergentes. A política fiscal dos países desenvolvidos demonstra ser expansionista nesse período, enquanto que a dos países emergentes, apesar de ser expansionista, não representou um aumento significativo dos gastos públicos em todos os países.

Dentre os países desenvolvidos, o Reino Unido apresentou maior taxa de crescimento de gastos públicos, enquanto a França apresentou a menor taxa, porém esse país é que apresentou gastos mais elevados na última década (ver Tabela 1). No grupo dos países emergentes, a China apresentou maior taxa de crescimento dos gastos públicos no período analisado, enquanto a Índia, apresentou taxa de crescimento zero, mantendo o nível de gasto público baixo mesmo durante a crise.

Gráfico 2: Taxa de crescimento dos Gastos Públicos em relação ao PIB entre 2019 e 2020

Taxa de crescimento dos Gastos Públicos em relação ao PIB entre 2019 e 2020

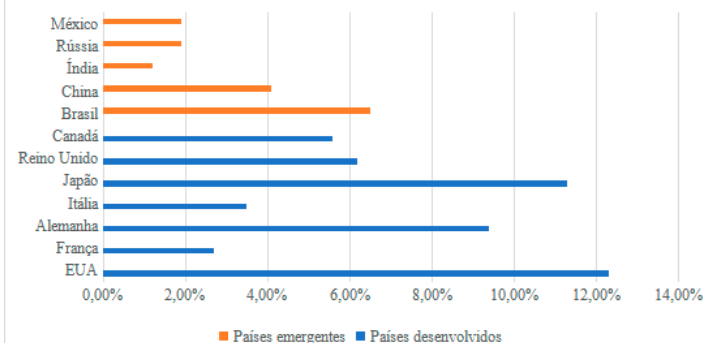


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI (2020).

No Gráfico 3, são representados os gastos públicos desses países especificamente voltados ao enfrentamento da crise em 2020, sejam direcionados ao setor de saúde sejam para os outros setores. A partir desses dados, é possível perceber que os gastos dos países emergentes voltados para enfrentar a crise de saúde pública foram inferiores aos dos países desenvolvidos.

Gráfico 3: Gastos públicos direcionados ao enfrentamento da crise provocada pela Covid-19 em 2020

Gastos públicos direcionados ao enfrentamento da crise provocada pela Covid-19 em 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI (2020).



Dentre os países do grupo 1 (países desenvolvidos), os Estados Unidos se destacam no enfrentamento da crise provocada pelo Novo Coronavírus com o maior volume de gastos público. Enquanto a França, do mesmo grupo, apresenta o menor volume de gastos. Dentre as políticas adotadas pela França, é possível citar o aumento de gastos com suprimentos de saúde, subsídios para salários de trabalhadores, auxílio aos microempresários, gastos adicionais com programas sociais e transferências de renda. Ao todo, esse país teve um gasto adicional de 63 bilhões de dólares. As políticas adotadas pelos Estados Unidos consistiram em investimentos no setor de saúde como em tratamentos, medidas de saúde pública, remédios e desenvolvimento da vacina. Além disso, foram oferecidos empréstimos para pequenos negócios. De forma geral, o país teve um gasto adicional de 2.443 bilhões de dólares com o enfrentamento da crise (FMI, 2020).

Dentre os países do grupo 2 (países emergentes), o Brasil foi o que mais despendeu esforços no combate à crise por meio de política fiscal, enquanto a Índia foi o país que menos gastou nesse sentido. As políticas fiscais adotadas pelo Brasil consistiram na expansão do Programa Bolsa Família, a criação do Auxílio Emergencial, a elevação de transferências para os entes subnacionais com o objetivo de combater a crise, concessão de subsídios na conta de energia elétrica para famílias pobres, adiantamento do décimo terceiro salário, dentre outras medidas fiscais. Ao todo, o Brasil teve um gasto adicional de 86 bilhões de dólares no enfrentamento da crise até o mês de agosto de 2020. Os gastos públicos da Índia consistiram em gastos com saúde, voltados a compras de respiradores, investimento em infraestrutura dos hospitais e das Unidades de Tratamento Intensivo (UTI). Além disso, o país utilizou de políticas de transferência de renda para desempregados e auxílio alimentar. De forma geral, esse país teve um gasto adicional de 36 bilhões de dólares (FMI, 2020).

De modo geral, ao comparar os dois grupos, é possível perceber que houve maior volume de gastos públicos voltados ao enfrentamento da crise despendidos pelo grupo 1 e menor volume pelo grupo 2, com



algumas exceções, como o caso do Brasil, que apresentou gastos mais elevados que a França no enfrentamento da crise. É importante ressaltar, na análise dos gastos especificamente voltados para o enfrentamento da crise, que não necessariamente os países que apresentaram a maior taxa de crescimento dos gastos em relação ao ano de 2019 despenderam maiores recursos no enfrentamento da crise. Apesar das diferenças nos volumes de gastos, todos os países estudados demonstraram preocupação em direcionar os gastos públicos ao setor de saúde e a manutenção da renda dos trabalhadores e de suas famílias.

*Análise do Comportamento dos Países Emergentes e
Países Desenvolvidos a partir da Perspectiva Keynesiana*

Em um cenário como o da pandemia do Novo Coronavírus, em que a retomada total da atividade econômica está condicionada à descoberta de uma vacina contra o vírus, a economia se encontra repleta de incertezas. Nesse contexto de incertezas, as expectativas dos agentes ficam minadas e somente o Estado pode garantir a demanda agregada. A partir da análise do presente trabalho, pode-se dizer que todos os países estudados, desenvolvidos e emergentes, utilizaram políticas keynesianas no combate à crise do Novo Coronavírus, tanto para restabelecer a confiança dos agentes quanto para evitar uma queda na demanda agregada.

Embora o PIB dos países estudados tenha sofrido queda, o que consequentemente leva a uma queda também na arrecadação, eles continuaram expandindo seus gastos. Essa postura vai de acordo com a ideia defendida por Keynes de que o equilíbrio das contas públicas deveria ser deixado em segundo plano nos momentos de crise e que a reorganização e expansão dos gastos públicos deveriam ser priorizadas a fim de diminuir o desemprego.

O que se viu na maioria dos países foi a adoção de pacotes emergenciais com foco em programas sociais, transferências de renda e ajuda financeira às pequenas e médias empresas. Além disso, países como a Índia por exemplo, tiveram que gastar com a infraestrutura



hospitalar, o que acaba gerando um efeito multiplicador na economia, como apontava Keynes. Todas essas medidas são potencialmente capazes de evitar uma queda abrupta tanto da oferta quanto da demanda e assim evitar um colapso total da economia. Caso não houvesse a intervenção do Estado, grande parte da população ficaria impossibilitada de consumir por conta do enorme número de demissões que a crise gerou. Além disso, inúmeras empresas não conseguiriam manter os salários dos funcionários caso não tivessem recebido ajuda financeira direta do governo ou facilidade de crédito, o que acabaria elevando ainda mais o número de pessoas desempregadas e geraria uma diminuição da produção, que provavelmente causaria reflexo nos preços dos produtos e serviços, o que aprofundaria ainda mais a crise.

Desde o Consenso de Washington, em 1989, houve um avanço da adoção de medidas econômicas neoliberais nos países em desenvolvimento. O neoliberalismo na América Latina foi marcado por privatizações de empresas estatais e redução do papel do Estado na economia. No Brasil, as políticas neoliberais marcaram a política econômica brasileira dos anos 90, com a privatização de várias empresas nacionais como forma de aliviar os déficits públicos. Nos últimos anos, as políticas neoliberais permaneceram presentes na economia brasileira, tendo em vista as medidas adotadas pelo atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, que apoiou a privatização de empresas estatais como a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), além de reformas no Estado com o objetivo de equilibrar as contas públicas. Porém, no ano de 2020, a política econômica do país foi apoiada em elevados gastos públicos com objetivo de manter a demanda agregada e o nível de emprego, o que demonstra que a apesar da tendência liberal do atual governo, as políticas keynesianas foram adotadas como forma de aliviar os efeitos da crise (GIAMBIAGI et al., 2011; SILVA, 2019).

Também chama atenção o fato de países que sempre adotaram políticas neoliberais, como os EUA, que por muitos anos alternou entre partidos neoliberais progressistas e neoliberais reacionários, em um momento de crise como no ano de 2020, adotaram políticas de



transferências de renda e auxílio a micro e pequenas empresas. Isso demonstra que mesmo um país com histórico de políticas liberais apoiou-se em políticas keynesianas para enfrentar a crise (FRASER, 2018).

Conclusão

A pandemia do Novo Coronavírus afetou a economia global de forma ímpar na história recente. Impedidas de saírem de casa as pessoas perderam emprego e renda, e o mercado se transformou em um lugar de incertezas. O único capaz de manter um mínimo nível de ordem econômica em meio a todo esse caos foi o Estado.

Cada país, embora as muitas similaridades, foi afetado pelo vírus de forma diferente, tanto pelo grau de propagação da doença quando pela estrutura do sistema de saúde que cada um tem disponível. Em relação à economia, a crise também afetou os países de forma distinta, embora tenha causado muitas perdas em todos eles. O número de pessoas desempregadas subiu assustadoramente em todo o mundo, e diversas empresas tiveram que fechar suas portas. A atuação do Estado de forma mais presente na economia, por meio da expansão dos gastos, deixou de se tornar uma opção, tendo em vista que o setor privado estava receoso e consumido por expectativas pessimistas, e passou a ser uma obrigatoriedade.

O presente trabalho se propôs a analisar comparativamente o comportamento dos gastos públicos nos países desenvolvidos e nos países emergentes a partir de uma perspectiva keynesiana, partindo da hipótese de que os países desenvolvidos estão adotando políticas fiscais keynesianas para sair da crise provocada pelo Novo Coronavírus, enquanto os países emergentes, permanecem adotando medidas fiscais predominantemente restritivas. Por meio dessa análise, foi possível concluir que tanto os países desenvolvidos quanto os emergentes precisaram adotar medidas keynesianas para tentar superar a crise e para isso os principais instrumentos foram as políticas fiscais expansionistas, com o objetivo de manter a demanda agregada, o



emprego e a renda. Porém, os países desenvolvidos se destacam no volume da expansão dos gastos em relação aos países emergentes, demonstrando uma certa resistência por parte dos países emergentes em se desprender das políticas de austeridade fiscal.

Referências

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. **Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Rio de Janeiro, n. 69, 2020.

BENEDICTOW, O. J. **La Peste Negra, 1346-1353: La historia completa.** Madrid, Ediciones Akal, 2011.

BONA, A. O que são países emergentes? **André Bona**, 2020. Disponível em: <https://andrebona.com.br/o-que-sao-paises-emergentes/>. Acesso em: 22 de set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **CORONAVÍRUS (COVID-19): Sobre a doença.** Brasília: Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/sobre-a-doenca>. Acesso em: 22 de set. 2020.

_____. Ministério da Cidadania. **Impacto médio do Auxílio Emergencial na economia brasileira é de 2,5% do PIB.** Brasília: Ministério da Cidadania, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania>. Acesso em: 5 set. 2020.

_____. Ministério da Economia. **Boletim das medidas tomadas em função da Covid-19 (Coronavírus):** Ministério da Economia, 2020c. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/sobre-a-doenca>. Acesso em: 22 de set. 2020.

CARVALHO, L. **Curto Circuito: O vírus e a volta do Estado.** São Paulo, Editora Todavia, 2020.

DE CARVALHO, F. C. Da síntese neoclássica à redescoberta de Keynes. **Análise econômica**, v. 6, n. 9, 1988.

ELGIN, C.; BASBUG, G.; YALAMAN, A. Economic policy responses to the pandemic: Developing the Covid-19 economic stimulus index. **Covid Economics: Vetted and Real-Time Papers**, [s.l.], v. 3, 2020. Disponível em: <https://cepr.org/content/covid-economics-vetted-and-real-time-papers-0#block-block-10>. Acesso em: 7 set. 2020.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** São Paulo: Atlas, 1993.

FIGUEIREDO *et al.* 380 economistas assinam manifesto pelo fim do teto de gastos. **Carta Maior**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://>

www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/380-economistas-assinam-manifesto-pelo-fim-do-teto-de-gastos/4/48502. Acesso em: 7 set. 2020.

FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump—e além. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL- FMI. **Fiscal Monitor**: Database of Country Fiscal Measures in Response to the COVID-19 Pandemic. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/FM-covid19>. Acesso em: 5 set. 2020.

GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2004**. São Paulo: Campus, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19**. Rio de Janeiro, 2020a. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 5 set. 2020.

_____. **Produto Interno Bruto- PIB**. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 22 set. 2020.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Os Economistas (Org). São Paulo, Editora Nova Cultura, 1996.

LIMONCIC, F. **Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930**. Rio de Janeiro: mimeo (Tese de Doutorado), 2003.

MAZZUCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos Estudos**, v. 82. p. 57-66, 2008.

MELO, I. E. **As crises do petróleo e seus impactos sobre a inflação do Brasil**. 2008. Monografia apresentada Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro para obtenção do grau de bacharel em Economia.

NERY, P.; **Uma resenha teórica sobre o desemprego involuntário**. Economia e Desenvolvimento, Recife (PE), v. 11, n. 2, p.87-104, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OMS. **Cronograma: resposta COVID-19 da OMS**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline#!>. Acesso em: 18 set. 2020a.

_____. **Pandemia de doença por coronavírus (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 18 set. 2020b.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- OCDE. **GDP projections**. 2020. Disponível em: <http://www.oecd.org/economic-outlook/september-2020/#gdp-projections>. Acesso em: 17 set. 2020.

SANTOS, R. S. **A crise econômica de 2008: Reflexos na Grécia, Portugal e Espanha**. Trabalho de Iniciação Científica desenvolvido para o Estágio



Supervisionado do Curso de Comércio Exterior do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Gestão da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2012.

SICSÚ, J.; VIDOTTO, C. (Orgs.) (2008). **Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.

SILVA, S. S. “Chicago boys” e neoliberalismo latino americano: uma análise gramsciana. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, 2019.

TAVONI, R.; OLIVEIRA, R. Z. G. Os modelos de crescimento populacional de malthus e verhulst - uma motivação para o ensino de logaritmos e exponenciais. **Revista Eletrônica Paulista de Matemática C.Q.D.**, v. 2, n. 2, p. 1–14, 2013.

TERRA, F. H. B.; FERRARI FILHO, F. **As políticas econômicas em Keynes**: reflexões para a economia brasileira no período 1995-2011. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, XL, 2014, Natal, RN. Anais.

CAPÍTULO 5:

EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM SAÚDE DURANTE A COVID-19: UMA ANÁLISE DOS ESTADOS BRASILEIROS

Fernanda Cigainski Lisbinski²²

Ronaldo Torres²³

Évilly Carine Dias Bezerra²⁴

Priscila Soares dos Santos²⁵

Introdução

A atual crise da saúde pública provocada pelo Novo Coronavírus (Covid-19) obrigou os países a reestruturarem seus sistemas governamentais, principalmente os relacionados à economia, saúde e seguridade social. Para isso, criaram mais políticas públicas e destinaram maior montante de recursos para poder executá-las. Segundo Amitrano, Magalhães e Silva (2020), países com sistemas de saúde e de seguridade social (*Welfare State*) melhor estruturados requerem volumes de recursos inferiores para essa finalidade, mesmo diante desse momento de crise profunda. Segundo os autores, ao analisar o destino dos recursos públicos ao combate da Covid-19 em países desenvolvidos como Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Reino Unido e países da União Europeia, considerados países desenvolvidos, observa-se que 69,1% dos gastos estão voltados ao socorro de empresas, 16,1% para o atendimento à população, 7,9% para o apoio à saúde e 6,9% para suporte aos governos nacionais e subnacionais. No Brasil,

22 Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

23 Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

24 Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

25 Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

a distribuição de recursos destinados ao combate de Covid-19 se dá da seguinte maneira: 54 % destinado ao atendimento à população, voltados a proteção social de pessoas em situação de vulnerabilidade; 13% destinado para suporte aos governos nacionais e subnacionais; 11% manutenção do emprego e da renda; 9% para saúde pública decorrente da Covid-19; 4% para ao socorro de pequenas e médias empresas; e, 9% para outras finalidades (BRASIL, 2020c).

No Brasil, até o momento (setembro de 2020), foram investidos cerca de R\$ 35.535.677.509,80 de reais em EPIs (equipamentos de proteção individual), leitos hospitalares, hospitais de campanha, respiradores, testes rápidos, contratação de novos profissionais, proteção social da população e outros investimentos voltados à busca de conhecimento, formação de recursos humanos, geração de produtos que possam tratar essa doença, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas para o tratamento da Covid-19 e a melhoria das condições de saúde da população brasileira (BRASIL, 2020d).

A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, trata do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Esta determina as medidas para minimizar os impactos causados pela Covid-19, dentre elas, estão a entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, durante o ano de 2020, que devem ser aplicados em ações de enfrentamento à Covid-19. A distribuição destes recursos é dada de acordo com os dados mais recentes de população estimada publicados pelo IBGE. Por fim, esta Lei Complementar ainda dispõe do montante destinado a cada estado brasileiro, os três estados com maior destinação de recursos para o combate da Covid-19 são São Paulo (R\$ 6.616.311.017,89), seguido de Minas Gerais (R\$ 2.994.392.130,70) e Rio de Janeiro (2.008.223.723,76) (BRASIL, 2020e).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a eficiência dos estados brasileiros na execução dos gastos públicos e aplicação destes recursos em saúde para o controle da pandemia do Covid-19. Para isso, será verificada a eficiência dos gastos e aplicação de

recursos públicos na área de saúde destinados ao combate à Covid-19 nos estados brasileiros, por meio de indicadores como: número de mortes, recuperados, total de caso e outros; e, serão identificados os estados mais eficientes no combate à Covid-19, comparando-os com os menos eficientes, propondo ações de melhorias na aplicação desse recurso e combate à Covid-19.

Esse estudo torna-se relevante por apresentar uma abordagem pouco debatida ao tratar do combate à Covid-19, que é a eficiência na aplicação de recurso público no enfrentamento desta epidemia. Esse trabalho servirá para demonstrar as possíveis distorções existentes na distribuição de recursos destinados ao enfrentamento da Covid-19, bem como para apontar os estados mais eficientes e quais as ações tomadas por estes e que lhes garantem essa posição. Assim, será possível observar quais os estados que devem receber uma maior atenção e quais medidas podem ser tomadas para torná-los mais eficientes nesse momento. Além disso, o presente trabalho torna-se importante pois a não adoção de medidas e práticas com vistas à máxima eficiência da aplicação do recurso público por parte das instituições públicas e do governo proporcionariam menor benefício à sociedade e menor crescimento da economia.

Por fim, este capítulo apresenta uma estrutura composta por esta introdução que visa contextualizar o leitor sobre o assunto tratado. Em seguida, apresenta-se a metodologia adotada no desenvolvimento desta pesquisa. Na sequência, apresentam-se e discutem-se os resultados. E finalmente, expõem-se as conclusões encontradas no presente estudo.

Metodologia

O presente trabalho utilizará como método a Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*), utilizada pela primeira vez por Charnes, Cooper e Rhodes em 1978, ao avaliar políticas e ações governamentais. Esta metodologia permite comparar os insumos (*inputs*) e os produtos (*outputs*) de cada unidade e determina os índices de

eficiência relativa de cada unidade (nesta pesquisa os estados brasileiros) analisada (PEÑA, 2008). A *DEA* fornece um resultado de eficiência relativa dentro de 0 a 1 para cada uma das unidades tomadoras de decisões (*Decision Making Units – DMUs*), apontando aquelas com escore igual a 1 como os *benchmarks* e aquelas com eficiência inferior como ineficientes. A fronteira de eficiência é composta pelas *DMUs* eficientes, e é a partir dela que se definem as metas de desempenho para as *DMUs* ineficientes (MACEDO; CASA NOVA; ALMEIDA, 2009).

Portanto, a *DEA* é um método estatístico não paramétrico, que visa calcular a eficiência comparada entre as *DMUs*. As variáveis utilizadas para calcular a eficiência das *DMUs* são divididas entre *inputs* e *outputs*, são ponderadas por pesos, fixados de forma livre ou restritamente, por meio de uma programação linear, buscando maximizar a eficiência de cada *DMU* em relação ao conjunto total. Assim, considera-se que as melhores *DMUs* representam a fronteira de eficiência ao usar os *inputs* e *outputs*, o que permite definir os scores de eficiência ou ainda, as distâncias entre as *DMUs* eficiente e ineficientes (MARIANO, 2008).

Os modelos clássicos *DEA* visam a análise de diferentes graus de eficiência. O modelo VRS (*Variable Returns to Scale*) ou BCC (Banker, Charnes e Cooper) analisa a eficiência técnica que é apenas um componente da eficiência total, porém é pré-requisito da eficiência econômica. Neste tipo de eficiência, ocorre uma combinação ótima de entrada para um determinado nível de saída (*inputs*), ou uma saída ótima para determinados níveis de entrada (*outputs*) (HERRERO E PASCOE, 2002). Já o modelo CRS (*Constant Returns to Scale*) ou CCR (Charnes, Cooper e Rhodes) mensura a eficiência global ou total, desde que definida a combinação adequada de *inputs* e *outputs*. Sendo assim, a *DMU* será considerada eficiente quanto mais próxima estiver da fronteira de eficiência, possibilitando, assim, a distinção entre *DMUs* eficientes e ineficientes (MARIANO, ALMEIDA E REBELATTO, 2006). Nesta pesquisa pretende-se considerar o uso do modelo VRS ou BCC.

Diante disso, o objeto deste estudo consiste em analisar a eficiência dos estados brasileiros e do Distrito Federal na execução dos gastos públicos em saúde para o controle da pandemia da Covid-19. Os dados utilizados se referem ao período de abril a setembro de 2020, período em que os dados se encontram disponíveis em bancos de dados oficiais.

Fonte e Descrição dos Dados Utilizados

No desenvolvimento desta pesquisa, serão utilizados dados extraídos de bancos disponíveis pelo DATASUS, Ministério da Saúde e Portal da Transparência do Governo Federal, que irão compor as variáveis de *inputs* e *outputs* do modelo. O período compreendido na análise é abril a setembro de 2020, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das variáveis e fonte de dados utilizadas

Variáveis	Classificação	Período	Fonte
Número de Recuperados	<i>Outputs</i>	Abril – Setembro	Open Datasus
Taxa de Recuperados	<i>Outputs</i>	Abril – Setembro	Open Datasus
Total de Casos	<i>Outputs</i>	Abril – Setembro	Open Datasus
Número de testes SUS	<i>Inputs</i>	Abril – Setembro	Open Datasus
Recurso Destinado ao Combate da Covid-19	<i>Inputs</i>	Abril – Setembro	Portal da Transparência Governo Federal
Número de respiradores	<i>Inputs</i>	Abril – Setembro	Open Datasus

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Após a apresentação da metodologia e dos dados utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, no próximo tópico, expõem-se e discutem-se os resultados encontrados.

Análise e Discussão dos Resultados

Nesta seção, faz-se a apresentação da análise dos resultados encontrados a partir dos dados coletados (conforme Quadro 1). Em um primeiro momento, para melhor entendimento do que pretende se tratar neste capítulo, faz-se necessário, apresentar a definição de eficiência, eficácia e efetividade. A eficiência consiste em fazer bem feito aquilo que se pretende fazer, isto é, utilizar os recursos disponíveis da melhor

maneira possível, evitando desperdícios e maximizando resultados no alcance dos objetivos propostos. A eficácia é alcançar o resultado almejado. E a efetividade é a união de eficiência e da eficácia, ou seja, utilizar da melhor maneira possível os recursos disponíveis, alcançando o objetivo definido (LACOMBE, 2004).

Assim, apresenta-se na tabela 1 a análise das estatísticas descritivas da escala de eficiência gerada pelo modelo DEA feita para cada estado brasileiro. O escore médio obtido pelos estados brasileiros foi de 0,57, com desvio-padrão de 0,28, com os escores variando de 0,12 até 1. Dentre os 27 estados que compuseram a amostra, 4 ficaram na fronteira de eficiência atingindo o índice igual a 1 e foram considerados *benchmarks* para o restante dos estados que foram considerados ineficientes.

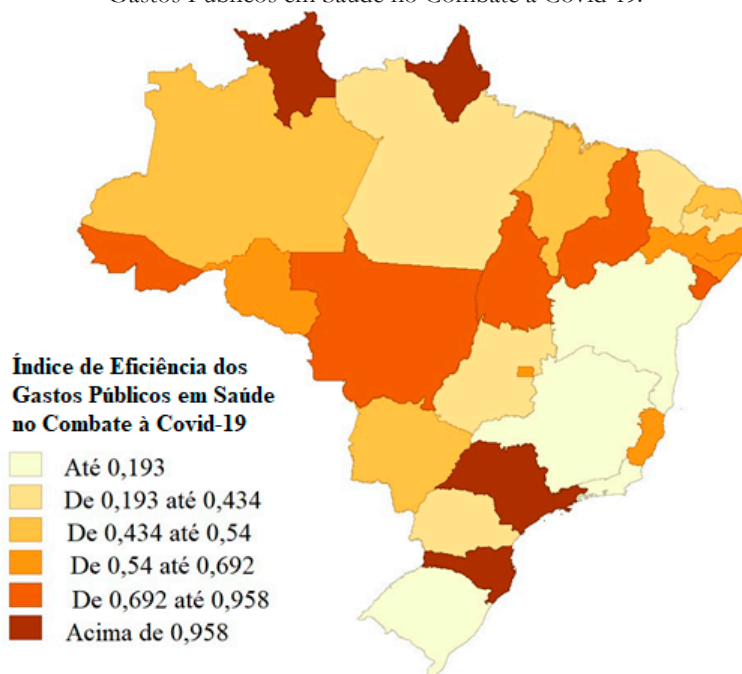
Tabela 1 - Estatísticas descritivas da eficiência por estado brasileiro

Variável	Média	DP	Mínimo	Máximo	Menor Eficiência
Taxa de recuperados	0,97	0,01	0,93	0,98	Rio de Janeiro
Número de Recuperados	178181,81	179769,61	28221	985627	Minas Gerais
Total de Casos	178182,82	179769,67	28222	985628	Rio Grande do Sul
Número de testes SUS	287448,95	344873,32	17340	1698520	Bahia
Recursos Transferidos em R\$	1316136204,07	103790,04	173980146,4	7642270	Paraná
Número de respira em R\$	22704111,05	140857,57	6653017520	66423214	Pará
Índice	0,57	0,28	0,12	1	Goiás

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Na Figura 1, encontra-se a apresentação do cálculo do índice do grau de eficiência na aplicação de recursos públicos em saúde destinados ao combate da Covid-19 nos estados brasileiros por meio de uma distribuição espacial.

Figura 1 – Distribuição Espacial do Grau de Eficiência dos Gastos Públicos em Saúde no Combate à Covid-19.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

105

A partir da Figura 1, é possível observar os estados considerados mais eficientes e os considerados menos eficientes ao utilizar a metodologia DEA construída neste trabalho. Os estados considerados *benchmarks*, ou mais eficientes na aplicação de recurso público para o combate da Covid-19 foram: São Paulo, Amapá, Roraima e Santa Catarina, que com a mesma proporção de recurso utilizado conseguiram atender um maior número de pessoas, fazer testes rápidos, possuir uma maior proporção de recuperados e controlar o número de casos. Enquanto os estados que apresentaram os menores indicadores de eficiência nos gastos públicos em saúde para o combate da Covid-19 foram Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Conforme Apêndice 1).

Destaca-se que o estado que recebeu o maior volume de recursos destinado ao combate da Covid-19 foi São Paulo (R\$ 6.616.311.017,89), seguido de Minas Gerais (R\$ 2.994.392.130,70)

e Rio de Janeiro (2.008.223.723,76) e que, enquanto São Paulo apresenta alto grau de eficiência, considerado *benchmarking*, Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentam os menores índices, 0,12 e 0,16 respectivamente. (BRASIL, 2020e).

As principais medidas adotadas por esses estados considerados *benchmarks* e que servem de base para a melhoria da eficiência dos recursos aplicados pelos estados com indicadores mais baixos foram: definição dos hospitais de referência para o tratamento de casos graves, facilitando a destinação das pessoas e a diminuição de contato com outros pacientes, diminuindo a proliferação do vírus; antecipação de vacinação contra gripe; investimento em campanha informativa de divulgação em rádio, TV e internet e também definição de medidas de contingência; aumento do número de leitos de UTI; investimento em testes para COVID-19; exigências de testagem pela iniciativa privada (empresas); novos hospitais; instalação de centros de triagem e atendimento exclusivo para pacientes com sintomas de Covid-19; confecção de máscaras e distribuição para população, bem como a exigência do uso; investimento em equipamentos de proteção individual; contratação de mais profissionais de saúde; rastreamento de infectados; e, compra de respiradores (SÃO PAULO, 2020; SANTA CATARINA, 2020; AMAPÁ, 2020; RORAIMA, 2020).

Destaca-se que, para que haja maior eficiência, é fundamental que o ente federado faça o controle e monitoramento dos seus resultados, por meio da avaliação de seus indicadores sociais e execução orçamentária de ações públicas, buscando a melhoria dos seus indicadores e o aumento do bem estar da população. Diante disso, Arretche (2001) afirma que ao avaliar a eficiência dos gastos públicos é possível dar a estes melhor alocação e racionalizar seu uso, sendo, portanto, um importante determinante no planejamento e gestão de políticas públicas. Dessa forma, espera-se com essa pesquisa contribuir para a melhoria da gestão pública da saúde e aumento da otimização dos recursos públicos aplicados no combate da Covid-19.

Conclusões

O presente capítulo procurou analisar a eficiência dos estados brasileiros na execução dos gastos públicos e aplicação destes recursos em saúde para o controle da pandemia do Covid-19. Para isso, verificou-se a eficiência dos gastos e aplicação de recursos públicos na área de saúde destinados ao combate a Covid-19 nos estados brasileiros, por meio de indicadores como: número de mortes, recuperados, total de caso e outros; e, foram identificados os estados mais eficientes no combate a Covid-19, comparando-os com os menos eficientes, propondo ações de melhorias na aplicação desse recurso e combate ao vírus. O presente trabalho utilizou como método a Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*), que permitiu comparar os insumos (*inputs*) e os produtos (*outputs*) de cada unidade, determinando índices de eficiência relativa de cada estado brasileiro.

Foi possível concluir que os estados considerados mais eficientes na aplicação de recurso público para o combate à Covid-19, ao utilizar a metodologia DEA construída neste trabalho foram: São Paulo, Amapá, Roraima e Santa Catarina, que com a mesma proporção de recurso utilizado conseguiram atender um maior número de pessoas, fazer testes rápidos, apresentar uma maior proporção de recuperados e controlar o número de casos. Enquanto os estados que apresentaram os menores indicadores de eficiência nos gastos públicos em saúde para o combate à Covid-19 foram Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A média do índice calculado foi de 0,57 e o menor indicador foi de 0,12 para o Rio de Janeiro.

Assim, recomenda-se que para uma maior eficiência na alocação de recurso público que o ente federado faça o controle e monitoramento dos seus resultados, por meio da avaliação de seus indicadores sociais e execução orçamentária de ações públicas, buscando a melhoria dos seus indicadores, a maximização do recurso aplicado e o aumento do bem estar da população.

Destaca-se que diante da complexidade do tema do presente trabalho, sugerem-se novas pesquisas com vistas a aprofundar a análise

da eficiência na aplicação de recurso público nos diversos setores e órgãos da administração pública, utilizando outras metodologias ou a inclusão de outras variáveis, com abordagem a nível regional, estadual e nacional. Por fim, espera-se, com essa pesquisa, contribuir para a melhoria da gestão pública da saúde e aumento da otimização dos recursos públicos aplicados no combate à Covid-19.

Referências

AMITRANO, C.; MAGALHÃES, L. C. G. de; SILVA, M. S. Medidas de enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia Covid-19: panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha. 2020. Disponível em < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35572&Itemid=448 > acesso em 28 de out. de 2020.

ARRETICHE, M. Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 23-31, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Opendatasus*, (2020a). Disponível em < <https://opendatasus.saude.gov.br/dataset> > acesso em 28 de out. de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Datasus*, (2020b). Disponível em < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php> > acesso em 28 de out. de 2020.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência (2020c). Disponível em < <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoaes/acao/21C0-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-coronavirus> > acesso em 28 de out. de 2020.

BRASIL. CASA CIVIL. Medidas adotadas pelo Governo Federal no combate ao coronavírus - 9 de abril (2020d). Disponível em < <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/medidas-adotadas-pelo-governo-federal-no-combate-ao-coronavirus-9-de-abril> > acesso em 28 de out. de 2020.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020 (2020e). Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-173-de-27-de-maio-de-2020-258915168> > acesso em 28 de out. de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Coronavírus, 2020. Disponível em < <https://www.portal.ap.gov.br/coronavirus> > acesso em 30 de out. de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Coronavírus, 2020. Disponível em < <https://www.coronavirus.sc.gov.br/> > acesso em 30 de out. de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Saiba quais as medidas do Governo de SP para o combate ao Coronavírus, 2020. Disponível em < <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/saiba-quais-as-medidas-do-governo-de-sp-para-o-combate-ao-coronavirus-2/> > acesso em 30 de out. de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. COVID-19 Governo anuncia medidas de contingência contra o Coronavírus em Roraima, 2020. Disponível em < <http://portal.rr.gov.br/index.php/component/k2/item/1476-covid-19-governo-anuncia-medidas-de-contingencia-contra-o-coronavirus-em-roraima> > acesso em 30 de out. de 2020.

HERRERO, I.; PASCOE, S. Estimation of technical efficiency: a review of some of the stochastic frontier and DEA software. **Computers in Higher Education Economics Review**, v. 15, n. 1, p. 38-43, 2002.

LACOMBE, F. J. M. **Dicionário de Administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.
MACEDO, M. A. S.; CASA NOVA, S. P. C.; ALMEIDA, K. Mapeamento e análise bibliométrica da utilização da Análise Envoltória de Dados (DEA) em estudos em contabilidade e administração. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 3, 2009.

MARIANO, E. B.; ALMEIDA, M. R.; REBELATTO, D. AN. Peculiaridades da análise por envoltória de dados. In: **Simpósio de Engenharia de Produção**. 2006. p. 1-11.

MARIANO, E. B. **Sistematização e comparação de técnicas, modelos e perspectivas não-paramétricas de análise de eficiência produtiva**. 2008. 280f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, EESC USP, São Carlos.

PEÑA, C. R. Um Modelo de Avaliação da Eficiência da Administração Pública através do Método Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, Paraná, v. 12, n. 1, p. 83-106, 2008.

APÊNDICE A

Resultado do Índice Calculado a partir do Método DEA.

Estado	Índice Calculado
Acre	0.90
Alagoas	0.69
Amapá	1.00
Amazonas	0.53
Bahia	0.19
Ceará	0.42
Distrito Federal	0.62
Espírito Santo	0.59
Goiás	0.33
Maranhão	0.52
Mato Grosso	0.80
Mato Grosso do Sul	0.43
Minas Gerais	0.16
Pará	0.33
Paraíba	0.42
Paraná	0.22
Pernambuco	0.57
Piauí	0.82
Rio de Janeiro	0.12
Rio Grande do Norte	0.48
Rio Grande do Sul	0.17
Rondônia	0.54
Roraima	1.00
Santa Catarina	1.00
São Paulo	1.00
Sergipe	0.81
Tocantins	0.96

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020)

CAPÍTULO 6:

PROTEÇÃO SOCIAL E APROVAÇÃO DO GOVERNO: REFLEXÕES SOBRE O AUXÍLIO EMERGENCIAL NA CRISE DA COVID-19 NO BRASIL

Bruno Mello Souza²⁶
Priscilla Ribeiro dos Santos²⁷

Introdução

A dimensão material se coloca como um dos principais desafios para a consolidação da democracia no Brasil. A priorização das políticas sociais, nas duas últimas décadas, permitiu importantes avanços na diminuição das desigualdades, garantia de segurança alimentar e proteção social a segmentos vulneráveis da população. No entanto, com a desaceleração do crescimento econômico e o retorno de soluções neoliberais, as desigualdades e a extrema pobreza se agravaram, encaminhando o país novamente ao Mapa Mundial da Fome. Para agravar o cenário, o congelamento dos gastos públicos para o período de vinte anos, aprovado pela Emenda Constitucional 95/2016, está trazendo inúmeras dificuldades para a expansão do sistema de proteção social e a oferta de serviços públicos de qualidade. Se a economia já mostrava dificuldade de recuperação em 2018 e 2019, a pandemia da Covid-19 escancarou as desigualdades do país e expôs ainda mais a população vulnerável aos riscos, seja pelo contágio, seja pelo desemprego e/ou diminuição de renda.

Mesmo diante do agravamento da crise sanitária, da ausência de uma estratégia coordenada de enfrentamento, articulada com os entes

26 Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunosouza@cchl.uespi.br.

27 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, realiza estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: priscilla.santos@ufrgs.br.



federados, e das manifestações polêmicas que minimizaram a gravidade da disseminação do vírus, a aprovação do Governo Jair Bolsonaro se manteve em alta durante a pandemia. Nesse sentido, nosso objetivo é compreender a atuação do Governo Federal no que tange às políticas de proteção social no contexto da Covid-19, tendo vista possíveis ganhos a serem colhidos em termos de popularidade diante desse tipo de atuação. Para tanto, na primeira seção, buscamos identificar tendências no comportamento do eleitorado sobre temas como desigualdade e democracia com base nas pesquisas do Latinobarômetro. Na segunda seção, discutimos os possíveis efeitos da criação do auxílio emergencial (AE) na melhora da avaliação do governo.

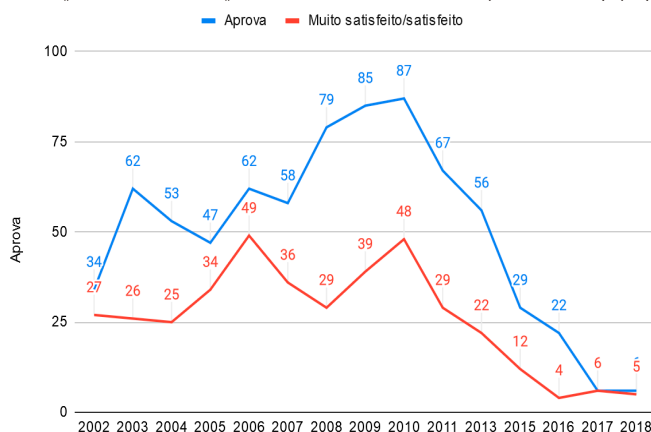
Democracia, Desigualdades e Avaliação dos Governos no Brasil

Nas Ciências Sociais, não é novidade na literatura a existência de uma relação entre as questões econômicas e as percepções dos cidadãos a respeito dos governos, das instituições, e do próprio regime democrático (PRZEWORSKI et al, 1997; INGLEHART, 1990). Ronald Inglehart (1990), por exemplo, afirma que conforme as gerações mudam e a economia se desenvolve, as preocupações dos indivíduos vão se modificando, passando da dimensão material, voltada à sobrevivência econômica e mesmo física, para uma dimensão pós-materialista, em que as novas gerações, por crescerem em um ambiente materialmente resolvido, passam a voltar suas preocupações para questões como o meio ambiente e a autoexpressão.

No caso de países como o Brasil, em que ainda persistem enormes desigualdades sociais combinadas com ineficiência do Estado em combater tais conflitos (BAQUERO, 2006; 2008), a questão econômica e social ganha ainda mais importância na explicação de aprovação e reprovação não só de governos, como do próprio regime democrático. Os últimos anos têm se caracterizado por uma progressiva e perigosa combinação de má avaliação do funcionamento das instituições democráticas com um menor apoio ao regime em sentido normativo

(CLEMENTE; SOUZA, 2020). Se não há resolução das condições materiais de existência da maior parte da população brasileira, abre-se uma significativa demanda por melhorias das condições econômicas dos cidadãos. Em um contexto como o da pandemia da Covid-19, essas demandas tornam-se ainda mais urgentes. A importância e os reflexos da questão econômica na forma como os brasileiros avaliam o Governo Federal ao longo dos anos mostra como existe um vínculo entre estes aspectos. Pode-se verificar isso a partir do paralelo entre a aprovação dos governos e a satisfação com a economia do país, apresentado no gráfico 1. Os dados são do consórcio Latinobarômetro.

Gráfico 1 - Evolução da aprovação do Governo Federal e da satisfação com a situação econômica do Brasil (2002-2018) (%)²⁸



Fonte: Latinobarômetro.

Pode-se notar, pelo gráfico, que os percentuais de aprovação do Governo Federal e de satisfação com a situação da economia no país vão traçando movimentos relativamente semelhantes ao longo do tempo. Especialmente no momento de grave declínio da satisfação dos indivíduos com a economia, de 2010 em diante, a aprovação do Governo Federal declina de forma dramática. No ano de 2018, enquanto a satisfação com a economia era de apenas 5%, a aprovação do governo,

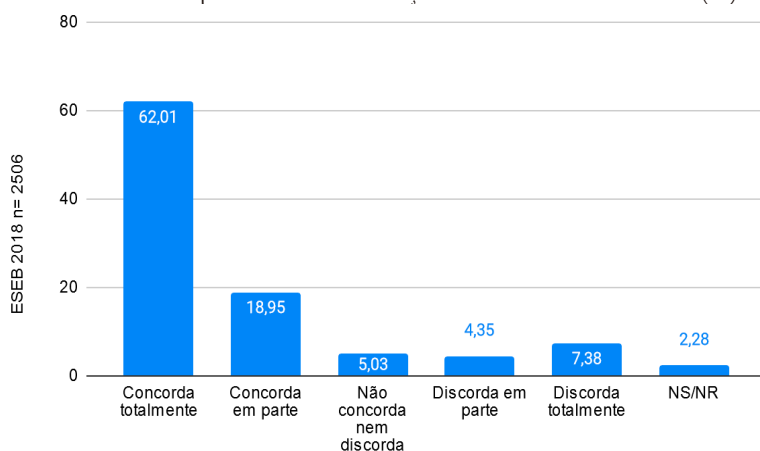
²⁸ As amostras das pesquisas do Latinobarômetro apresentadas são as seguintes: n 2002= 1000; n 2003 e 2007=1200; n 2015= 1250; n dos demais anos= 1204.

então de Michel Temer, era de tão somente 6%. Este paralelo é pertinente se pensarmos, como anteriormente dito, que o Brasil é um país que ainda padece de graves conflitos e desigualdades sociais, o que torna a dimensão material de fundamental importância para a percepção dos cidadãos, especialmente os mais pobres. Alberto Carlos Almeida (2012) destaca que os brasileiros de renda mais baixa, atribuem ao Estado papel preponderante na economia e nas suas vidas. Afirma que:

Mais dependentes de iniciativas governamentais, os brasileiros pobres acreditam que cabe ao Estado intervir mais na economia e na vida dos indivíduos. O que não é difícil de entender: baixos níveis de escolaridade resultam em renda mais baixa; e renda mais baixa leva a um sentimento de incapacidade e impotência. Essa situação de carência em que vivem os leva a considerar o Estado uma espécie de “grande pai protetor”, aquele que tem os recursos e vai olhar para ele, pobre. Opinião oposta à dos não-pobres (ALMEIDA, 2012, p. 179).

A importância atribuída pelos brasileiros ao papel do Estado no combate às desigualdades em termos de renda pode ser verificada no gráfico 2, com dados de 2018.

Gráfico 2 - Concordância com a afirmação de que o governo deve tomar medidas para reduzir diferenças entre os níveis de renda (%)

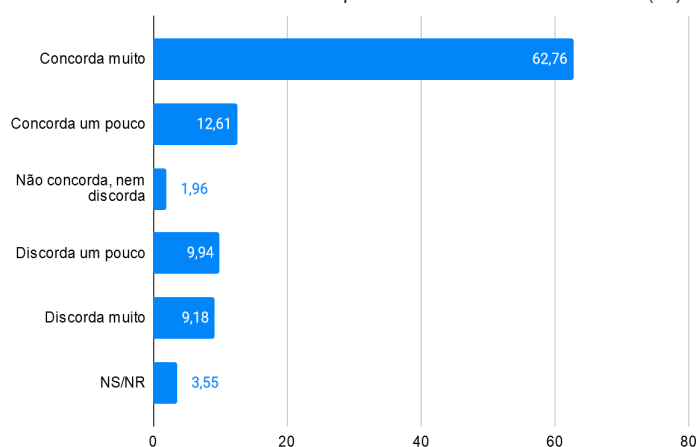


"O governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda"

Fonte: Latinobarômetro (2018).

Mais de 60% dos entrevistados, em 2018, concordaram totalmente que sim, o governo deve tomar medidas para reduzir as desigualdades de renda no país. Somando os percentuais de quem concorda totalmente com quem concorda em parte, mais de 80% dos cidadãos acreditam que o governo tem um papel a cumprir na diminuição do abismo social existente no país. Isto é, para os brasileiros, o Estado tem papel fundamental como garantidor de bem-estar da população. No Brasil, inclusive, a importância da diminuição da pobreza está atrelada, inclusive, à própria noção de democracia. O próximo gráfico apresenta os dados que dizem respeito à concordância com a afirmação “A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria”.

Gráfico 3 - Concordância com a afirmação de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria (%)

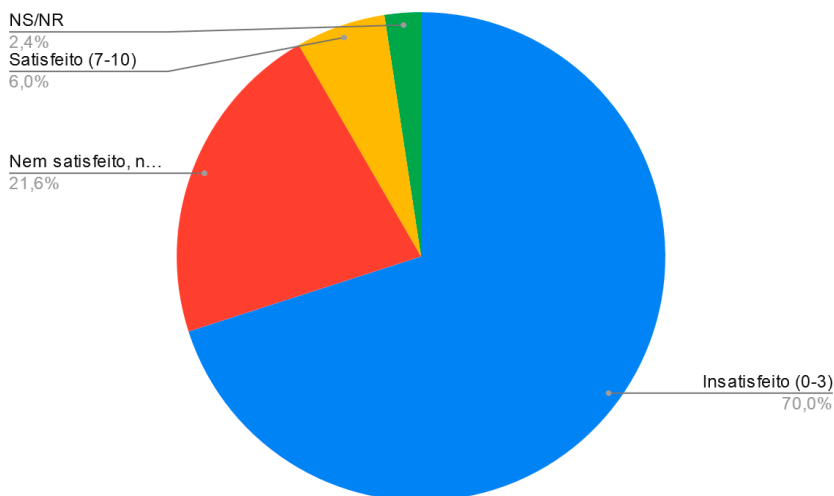


Fonte: Latinobarômetro (2018).

Mais de 60% dos brasileiros entrevistados pela pesquisa do Latinobarômetro (2018) concorda muito que uma democracia verdadeira depende em grande medida da erradicação da miséria no país. Somando-se a categoria “concorda muito” com a categoria “concorda um pouco”, o dado torna-se ainda mais contundente, com cerca de 75% de concordância. Assim como autores como Baquero (2008) afirmam, é de grande importância a diminuição de desigualdades para o

fortalecimento da democracia. Essa demanda por parte da população é bastante clara, quando analisamos os dados. Por outro lado, existe uma profunda insatisfação dos brasileiros com o combate às desigualdades no país, como pode-se ver no gráfico 4.

Gráfico 4 - Satisfação com a diminuição das desigualdades sociais (%)



Fonte: Latinobarômetro (2018).

A pesquisa do Latinobarômetro apresentou uma escala de 0 a 10 para os entrevistados, em que 0 significava totalmente insatisfeito com o combate às desigualdades sociais e 10 significava totalmente satisfeito. Para efeitos de exposição, considerou-se a pontuação de 0 a 3 como categoria “insatisfeito”, 4 a 6 como “nem satisfeito, nem insatisfeito”, e 7 a 10 como “satisfeito”. Enquanto 70% dos entrevistados forneceram respostas correspondentes à categoria de insatisfação, apenas 6% manifestaram algum tipo de satisfação com a diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Assim, é possível notar que, ao mesmo tempo em que o brasileiro confere importância ao papel do Estado na promoção de maior equidade econômico-social, inclusive atrelando a própria democracia à erradicação da miséria, ele está profundamente insatisfeito com a situação de desigualdade existente no país.

Tal cenário torna de fundamental importância que os governos promovam medidas para combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil. Governos capazes de fazer isso, possivelmente, encontram reflexos positivos em termos de popularidade e avaliação. Não à toa, políticos como o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva gozam de grande prestígio junto segmentos da população em maior vulnerabilidade social e econômica. Lula criou, ampliou e redimensionou políticas sociais no país, voltando esforços para a redução da miséria. A colheita deu-se em forma de ampla aprovação de seu governo, quando findado seu mandato, em 2010, com quase 80% e 90% de popularidade de sua pessoa, de acordo com levantamento realizado pelo Ibope em dezembro daquele ano.

À luz da discussão anterior, a seguir, tratamos da atuação do Governo Federal brasileiro no que tange às políticas de proteção social no contexto da pandemia da Covid-19. Abordamos a criação do auxílio emergencial (AE) e seus possíveis efeitos na melhora da avaliação do Governo Jair Bolsonaro. Discutimos como a imagem do presidente se beneficiou da criação do AE, ainda que o valor inicial proposto pelo Executivo tenha sido três vezes inferior ao aprovado pela Câmara.

Entre Polêmicas e Incertezas: A Criação do Auxílio Emergencial

A Covid-19 chegou ao Brasil nos primeiros meses de 2020. Devido às características de transmissão e de risco de morte a indivíduos com comorbidades anteriores, mundialmente, as medidas de distanciamento social foram implementadas a fim de conter o avanço do contágio e garantir que os sistemas de saúde não entrassem em colapso na ausência de vacinas, tratamentos e testes suficientes para a população. Tais medidas contemplaram desde a interrupção de aulas presenciais em todos os níveis de ensino até o fechamento parcial do comércio. Subitamente, as ruas se esvaziaram e a sobrevivência se tornou incerta.

A crise sanitária ganhou drásticas proporções em países com economias em recessão e aguda polarização política. Em países caracterizados por desigualdades estruturais como o Brasil, a pandemia

trouxe desafios ainda maiores. No caso brasileiro, a negação da gravidade do vírus por parte do Presidente Jair Bolsonaro em seus pronunciamentos oficiais dificultou a coordenação nacional nas mais diversas áreas no combate à pandemia. As trocas de ministros nas pastas de saúde e educação se tornaram exemplos do fracasso na gestão da crise sanitária ao longo do primeiro semestre de 2020. Diante desse cenário, coube aos governadores e aos prefeitos boa parte da responsabilidade do sucesso ou fracasso das medidas de enfrentamento. A resposta por parte dos estados e municípios ao avanço da disseminação do vírus variou localmente conforme a adesão da população e a robustez dos painéis de monitoramento, sendo que a celeridade nos protocolos contribuiu para a contenção do número de óbitos.

Com as medidas de distanciamento social e o fechamento do comércio, implantados em maior ou menor restrição a partir da segunda quinzena do mês de março, a economia foi rapidamente afetada, gerando incertezas quanto à garantia de emprego e renda. Segundo dados da PNAD-Covid (IBGE, 2020), 3,4 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho e 21,8 milhões de pessoas que estavam ocupadas tiveram diminuição no rendimento do trabalho. Também, no período de maio a agosto, a taxa de desocupação oscilou entre 10,5% a 14,3%.

Com o avanço da pandemia e a projeção do agravamento dos indicadores econômicos, criou-se um consenso entre as forças políticas sobre a urgência de um programa de renda emergencial para mitigar os efeitos da pandemia no desemprego e na deterioração da renda. As articulações para a criação de um programa de renda emergencial iniciaram no final do mês de março com o aceno por parte do Governo Federal de um auxílio temporário no valor de duzentos reais. Devido à urgência do tema, a Câmara dos Deputados logo passou a debater a questão. Na sessão virtual plenária de 26 de março, após debate e consenso entre lideranças partidárias do governo e da oposição, a Câmara votou pela criação do auxílio emergencial com valor três vezes superior ao proposto pelo Executivo. O texto final foi aprovado por unanimidade pelo Senado, no dia 30 de março, e seguiu para sanção presidencial.

A Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que criou o Auxílio Emergencial (AE), foi regulamentada pelo decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020. O auxílio consiste em uma medida excepcional de proteção social a ser adotada durante o período de enfrentamento ao Coronavírus. Trata-se do pagamento, durante o período de três meses (abril a junho), de seiscentos reais mensais ao trabalhador que cumpra os critérios de elegibilidade, quais sejam: 1) seja maior de dezoito anos de idade (salvo no caso de mães adolescentes); 2) não tenha emprego formal ativo; 3) não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Bolsa Família; 4) cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até três salários mínimos; 5) que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70; e 6) que exerça atividade na condição de microempreendedor individual (MEI), contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social e trabalhador informal (empregado, autônomo ou desempregado), inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020b). O auxílio ficou limitado a dois membros da mesma família. Com o fim do prazo inicial de três meses, o auxílio foi prorrogado até agosto no valor de seiscentos reais e, posteriormente, até dezembro de 2020, no valor de trezentos reais, totalizando nove parcelas²⁹.

A implementação do AE iniciou na primeira semana de abril e ficou a cargo dos Ministérios da Cidadania e da Economia e da Caixa Econômica Federal. Para identificação e cadastramento dos potenciais beneficiários, foram mobilizados tanto o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico), quanto o cadastramento via uma plataforma digital criada exclusivamente para esse fim. Para aqueles elegíveis ao AE e não inscritos no CadÚnico, o Governo Federal privilegiou uma estratégia de cadastramento *online*, o que gerou inúmeras dificuldades por parte de populações vulneráveis,

29 Para os beneficiários que não receberam a primeira parcela do AE em abril, o pagamento e o número de parcelas sofreram alterações.



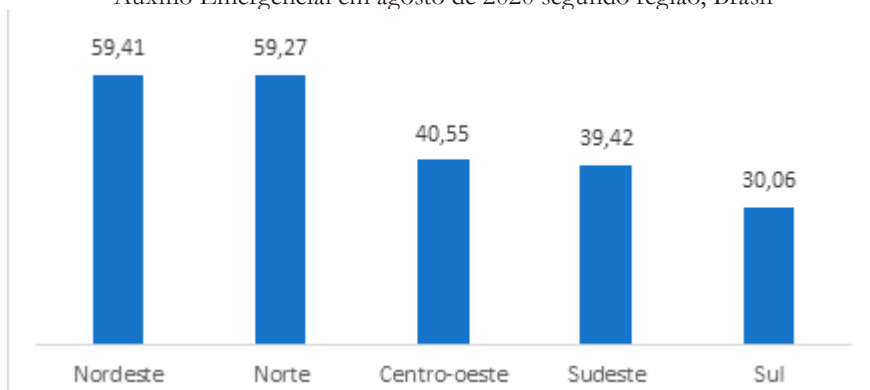
sem acesso à internet e não familiarizadas com o acesso a computadores e smartphones. Segundo boletim da Rede de Pesquisa Solidária (REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA, 2020), 7,4 milhões de pessoas elegíveis ao auxílio vivem em domicílios que não têm acesso à internet.

Em que pese a capilaridade da rede socioassistencial nos municípios, organizada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a estratégia de implementação do AE exclusivamente por meio digital trouxe uma série de dificuldades num contexto agravado por medidas de distanciamento social. Problemas operacionais, instabilidade da plataforma, dificuldades quanto à regularização de documentação pessoal, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF), e erros na avaliação das solicitações atrasaram a concessão do auxílio a uma parcela da população e contribuiu para a formação de filas junto às unidades da Caixa Econômica Federal, banco responsável pelo pagamento do auxílio.

O desenho centralizado de implementação do AE não concebeu a articulação federativa por meio das estruturas da proteção social já existentes. Dos 5570 municípios, apenas 48 não possuem unidades de atendimento da Proteção Social Básica, os denominados Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (Idem). No âmbito local, tais unidades são as portas de entrada aos serviços, programas e benefícios da assistência social, tais como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Tendo em vista a dificuldade por parte dos mais vulneráveis no acesso à internet, sobretudo em regiões no norte e nordeste do país, a combinação de estratégias *online* e *offline* teria se mostrado mais efetiva no cadastramento da população elegível.

Mesmo com problemas de implementação, o auxílio chegou a 43,9% dos domicílios brasileiros, totalizando mais de 65 milhões de beneficiários, segundo dados da PNAD Covid-19 (IBGE, 2020). O número de elegíveis superou a expectativa inicial do governo. Os estados das regiões nordeste e norte concentraram, em média, os maiores percentuais de domicílios com recebimento do AE, respectivamente, 59,41% e 59,27%, vide gráfico 5. Vale destacar que a região nordeste também concentra os maiores percentuais de população beneficiária do PBF (BRASIL, 2020a).

Gráfico 5 – Percentual de domicílios que receberam o Auxílio Emergencial em agosto de 2020 segundo região, Brasil



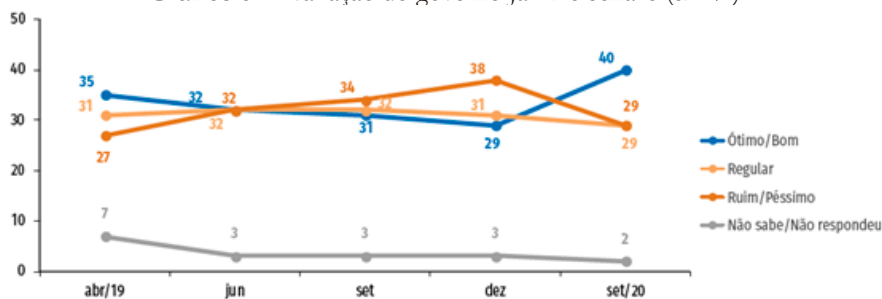
Fonte: IBGE/PNAD-Covid, 2020.

Há uma vasta bibliografia que trata dos efeitos diretos e indiretos do PBF nas eleições presidenciais. De modo geral, os estudos sobre competição e comportamento eleitoral buscam explicar o impacto do fator PBF na formação de uma ampla base eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) na região nordeste do país em termos de voto retrospectivo (HUNTER; POWER, 2007; RENNÓ; CABELLO, 2010). Sem objetivo de adentrar nessa discussão, que ainda mobiliza a agenda de pesquisas, cabe destacar que, com a criação do AE e a súbita elevação da aprovação do Governo Bolsonaro em regiões onde, até o momento, o governo tinha o menor apoio (CNI/Ibope, 2020), se reacendeu o debate na mídia sobre o impacto das políticas sociais na avaliação positiva dos governos.

No auge da pandemia, em setembro de 2020, a avaliação do Governo Jair Bolsonaro obteve a melhor avaliação desde o início do mandato (CNI/Ibope, 2020). Como pode ser visualizado no gráfico 6, em 2019, enquanto a avaliação do governo como ótimo e bom demonstrava tendência à redução, a avaliação como ruim e péssimo aumentava, chegando a 38% em dezembro de 2019. As pesquisas demonstram que o momento de inflexão ocorreu durante o primeiro semestre da pandemia com destaque para a melhora na avaliação do

governo entre os entrevistados com até um salário mínimo e o aumento da popularidade do presidente no nordeste - o que levou o presidente a dedicar especial atenção à região pela inauguração de obras públicas, mesmo que iniciadas por governos anteriores.

Gráfico 6 - Avaliação do governo Jair Bolsonaro (em %)



Fonte: Pesquisa CNI/Ibope, 2020, p. 8.

Ainda que, antes de ocupar a presidência, Jair Bolsonaro tenha manifestado diversas críticas às políticas sociais de governos anteriores, os ganhos políticos do AE parecem estar modificando suas estratégias, visando à reeleição. Tendo em vista que a atuação do governo no combate à fome e à pobreza ocupa o segundo lugar nas áreas com maior aprovação (CNI/Ibope, 2020), dificilmente esse tema sairá de foco nos próximos meses. Todavia, a tensão com a equipe econômica quanto às fontes de financiamento e a ausência de diálogo com os atores da assistência social têm trazido incertezas e temores quanto à criação de um novo programa de transferência de renda, em substituição ao PBF, e seu possível impacto na fragilização do Sistema Único de Assistência Social.

Considerações Finais

No Brasil, as políticas de transferência de renda ainda desempenham importante papel no jogo político. Colocar-se contra o Programa Bolsa Família, por exemplo, durante as duas últimas campanhas presidenciais representou um alto custo político, que não foi abraçado pelos candidatos. Quando no governo, Jair Bolsonaro

não acabou com o PBF, mas promoveu mudanças institucionais significativas que impactaram na gestão do Sistema Único de Assistência Social. Em nível federal, a criação do Ministério da Cidadania em substituição ao Ministério de Desenvolvimento Social simbolizou a fragilização da assistência social, que passou a dividir recursos orçamentários e humanos com a área do esporte.

A criação do Auxílio Emergencial durante a pandemia trouxe novas questões ao debate: de um lado, abriu-se uma janela de oportunidades àqueles que defendem a implementação de uma renda básica universal, sem condicionalidades; do outro, a popularidade e o apoio ao Governo Jair Bolsonaro cresceram e levaram à discussão por parte da equipe de governo de um novo programa de transferência de renda, em substituição ao PBF, até então denominado Renda Brasil.

Por fim, diante das incertezas de crises múltiplas, sanitária, econômica, política e ambiental, que ameaçam a consolidação democrática no Brasil pelo flerte com saídas autoritárias, compreender as características da cultura política fornece subsídios para a construção de soluções orientadas pelo apreço à democracia e à justiça social. O gerenciamento da crise implica não só a construção de alianças políticas, mas o entendimento de que a consolidação dos sistemas de proteção social é condição para o enfrentamento dos riscos sociais e para a garantia de bem-estar à população.

123

Referências

- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- BAQUERO, Marcello. Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, Campinas, Novembro 2008.
- BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Comparativo de benefícios por localidade. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios>. Acesso em: 02 out 2020a.

_____. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 02 abr 2020b.

CLEMENTE, Augusto; SOUZA, Bruno Mello. Revisitando o paradoxo da legitimidade democrática (1995-2017). In: MUTTI, Gastón. *Los dilemas de la democracia en América del Sur: evaluación de sus perspectivas*. Rosário: UNR Editora, 2020.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Rewarding Lula: Executive power, social policy and the Brazilian elections of 2006. *Latin American politics and Society*, v. 49, n. 1, 2007.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 02 out 2020.

INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

PESQUISA CNI/IBOPE: avaliação do governo (setembro 2020). Brasília: CNI, 2020. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cni-ibope-avaliacao-do-governo/>. Acesso em: 05 out 2020.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michel; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. O que mantém as democracias? *Lua Nova*, n. 40-41, São Paulo, Agosto 1997.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. Boletim n. 5 - Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim5.pdf>. Acesso em: 05 out 2020.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 74, 2010.

CAPÍTULO 7:

MAPEAMENTO DOS FLUXOS DE ORIGEM E DESTINO DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES E EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA EM DECORRÊNCIAS DO COVID-19

Ronaldo Torres³⁰

Fernanda Cigainski Lisbinski³¹

Évilly Carine Dias Bezerra³²

Priscila Soares dos Santos³³

Introdução

Em 2019, o mundo se deparou com um novo tipo de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2), chamado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de COVID-19. Este vírus apresenta alta capacidade de transmissão e quadros críticos de infecção respiratória. O primeiro caso de contaminação do vírus detectado na população humana foi em Wuhan na China, no final do ano de 2019, por meio de relatos de casos de pneumonia verificados em um hospital local (FANG, NIE, & PENNY, 2020; ZHAO et al., 2020).

Desde a identificação do primeiro caso na China, o vírus tem se espalhado rapidamente pelo mundo. Fazendo com que no dia 30 de janeiro de 2020 a OMS classificasse a doença produzida pela COVID-19, como uma emergência de saúde internacional. Em 11 de março, a OMS confirmou que havia uma pandemia de COVID-19, com cerca de 118.000 casos em 114 países e territórios. No dia 26 de outubro, o número de casos confirmados no mundo já passava de

30 Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

31 Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

32 Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

33 Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

43.043.686 em praticamente todos os países e territórios, havendo ainda a confirmação de mais de 1.154.532 mortes (ZHAO ET AL., 2020; FANG, NIE, & PENNY, 2020; OMS, 2020).

No Brasil, o primeiro caso suspeito foi notificado no dia 22 de janeiro de 2020, no entanto, o primeiro caso confirmado de COVID-19 foi em São Paulo, no dia 24 de fevereiro. O primeiro óbito registrado foi no dia 16 de março, em São Paulo. Atualmente, (26 de outubro de 2020), o Brasil apresenta 5.394.128 casos e 157.163 mortes (OMS, 2020). No Estado do Rio Grande do Sul (RS), o primeiro caso confirmado foi registrado em 10 de março, em Porto Alegre. Já o primeiro óbito, ocorreu no dia 24 de março também em Porto Alegre (BRASIL, 2020c). Atualmente (26 de outubro de 2020), o estado do RS possui 234.076 casos e 5.581 mortes (BRASIL, 2020c). Segundo o Ministério da Saúde, um dos agravantes dessa situação no Brasil é a realidade da capacidade instalada de serviços de saúde, apresentando limitação da quantidade de testagem para Covid-19 e dificuldade de acesso a leitos de UTI para todos os contaminados que encontram-se em situação crítica e necessitam desse tipo de atendimento (BRASIL, 2020d).

O estado do Rio Grande do Sul apresenta uma população estimada de 11.330.757 habitantes (IBGE, 2020), distribuída por 497 municípios. Para atender a essa população o estado disponibiliza cerca de 33 mil leitos hospitalares, sendo 68% do SUS (22.554) e 32% do tipo Não-SUS. Destes mais de 50% são do tipo Clínica Geral, Cirurgia Geral e Psiquiatria. Com relação a Leitos de UTI, são disponibilizados 2.441 leitos de UTI, sendo 66,78% leitos em UTIs do tipo Adulto, 21,31% do tipo Neonatal, 11,02% do tipo Pediátrica, 0,9% Coronariana e 0,16% de Queimados (BRASIL, 2020a). De acordo com Smolski et al. (2020), 50% dos municípios possuem no máximo 44 leitos SUS. Os municípios com maior número de leitos SUS são Porto Alegre (4.942 leitos), Pelotas (870) e Passo Fundo (824). Já quanto aos leitos Não-SUS, 50% dos municípios possuem no máximo 13 leitos destacando-se os municípios de Porto Alegre (3.349 leitos), Caxias do Sul (757) e Santa Maria (595). No que se refere a leitos de UTI, dos 497 municípios

gaúchos, apenas 50 apresentam leitos de UTI, destes, 75% possuem no máximo 20 leitos de UTI adultos. Em Porto Alegre, concentram-se 610 leitos UTI (37,4% do total do Estado), seguido de Caxias do Sul e Santa Maria (96 cada), Passo Fundo (79), Pelotas (72) e Canoas (65). Sendo necessário, portanto, que na maioria dos municípios ocorra o deslocamento intermunicipal para ter acesso a este serviço de saúde e tratamento da Covid-19 (BRASIL, 2020a; SMOLSKI, 2020).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho consiste em identificar as redes de atendimento e principais pontos de tratamento da Covid-19 no estado do Rio Grande do Sul. Para isso, será verificada a área de cobertura que contenha unidades de terapia intensiva (UTIs) nos municípios do Rio Grande do Sul; será identificada a cidade que o indivíduo foi infectado e a cidade que o indivíduo buscou tratamento e foi internado na UTI, estabelecendo as redes e os principais pontos de atendimento; por fim, será verificado quais regiões apresentam maior deslocamento para tratamento e internação em UTI, propondo uma maior destinação de recursos para criação de leitos de UTIs nessas regiões.

Este estudo torna-se relevante pois estuda o acesso das pessoas a um serviço essencial: a saúde. Esta é condição necessária para garantir o direito à manutenção da vida, garantido pelo artigo 5º da Constituição da República Federativa Brasileira (CRFB) de 1988. Além disso, o artigo 196 da CRFB estabelece que a saúde é um direito de todos, sendo dever do Estado garantir, por meio de políticas públicas, a redução do risco de doença e outros agravos e o acesso universal e igualitário aos serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde da pessoa humana (BRASIL, 1998).

Assim, este trabalho servirá para demonstrar o deslocamento dos pacientes com Covid-19 dos municípios gaúchos para ter acesso a um leito de UTI, recurso essencial para tratar e combater a doença naquelas pessoas que apresentam uma condição de saúde agravada por conta do vírus. Assim, será possível determinar quais regiões carecem de uma destinação maior de recurso, buscando a ampliação dos leitos de UTIs dos municípios, diminuindo o tempo de deslocamento e o desgaste do

paciente até o atendimento necessário. Além disso, este trabalho visa ter uma visão melhor sobre a aplicação dos recursos públicos destinados a estrutura hospitalar, aumentando a sua eficiência.

Por fim, este capítulo é composto por esta introdução que visa contextualizar o leitor sobre o assunto tratado. Em seguida, apresenta-se a metodologia adotada nesta pesquisa. Posteriormente apresentam-se e discutem-se os resultados. E finalmente, expõem-se as conclusões encontradas neste estudo.

Metodologia

A metodologia deste trabalho consiste na utilização de um grafo de fluxo, desenvolvido por Blanchet & James (1984), ao estudarem redes de relacionamentos em sistemas de saúde de países em desenvolvimento, dividindo a análise pela descrição dos dados, pela definição dos atores e por relacionamentos e, finalmente, pela análise estrutural da rede. Destaca-se que este estudo se utiliza de um grafo de fluxo de pessoas entre os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul em busca de um leito hospitalar ou de UTI para tratamento da Covid-19.

Ressalta-se que não se analisam redes de interações sociais ou de transmissão de doenças, mas de entes federados (neste caso, os municípios). Neste contexto, o foco da análise é uma rede formada pelos municípios gaúchos que enviam e recebem pacientes contaminados por Covid-19 e que necessitam de atendimento e internação em leito de UTI. Assim, os nós da rede são os municípios que enviam ou recebem os pacientes, e as arestas entre os nós das redes são determinadas por esse fluxo de pacientes, ponderadas pela quantidade de pessoas que foram enviados no período considerado (OLIVEIRA et. al, 2019).

De forma geral, as metodologias que tratam do estudo de redes buscam detectar padrões e regularidades entre as relações estabelecidas em unidades que interagem. Assim, a principal unidade de análise das redes são as relações, e não somente as unidades individuais e independentes, como grande parte dos métodos estatísticos e epidemiológicos clássicos (WASSERMAN & FAUST; 1994).



Neste contexto, destaca-se que o grafo de fluxo permitirá construir redes em árvores, que se caracterizam pela limitação das conexões entre seus diversos ramos, de forma que redes organizadas situadas em um ponto se ligam a outros pontos, formando caminhos interligados, que são reconhecidos como mecanismos de racionamento de serviços escassos (OLIVEIRA et al, 2019). Sendo configurada no presente trabalho, o ponto de partida dessa rede a saída dos pacientes de uma determinada cidade para outra cidade na busca de um atendimento e leito de UTI.

Fonte e Descrição dos Dados Utilizados

No desenvolvimento desta pesquisa, será utilizada uma base de dados do DATASUS, que fornece a localização da cidade que o paciente reside e a cidade que o paciente foi destinado para a internação. O período compreendido na análise é de fevereiro a junho de 2020, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das variáveis e fonte de dados utilizadas

Variável	Descrição	Fonte	Período
Residência	Município de residência do paciente, dados que contém o nome do município e a identificação respectivo código IBGE	DATASUS	fevereiro–junho (2020)
Internação	Município e a identificação, respectivo código IBGE onde está localizada a Unidade de Saúde onde o paciente internou	DATASUS	fevereiro–junho (2020)
Caso de COVID-19	Confirmação de infecção pelo vírus da covid-19 e respectiva internação.	DATASUS	fevereiro–junho (2020)
UTI	Confirmação de infecção pelo vírus da covid-19 e respectiva internação em que o paciente foi internado em Unidade de Terapia Intensiva (UTI)	DATASUS	fevereiro–junho (2020)

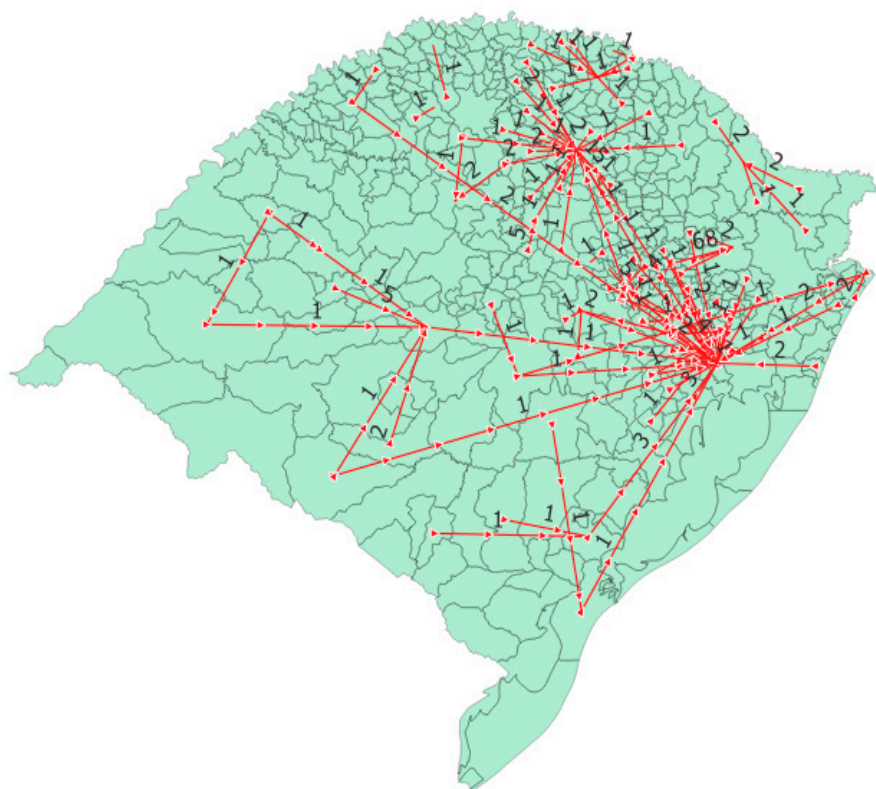
Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a apresentação da metodologia e dos dados utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, no próximo tópico serão apresentados e discutidos os resultados encontrados.

Análise e Discussão de Dados

Nesta seção, apresentam-se a análise dos resultados encontrados a partir dos dados coletados. Sendo assim, na Figura 1, encontram-se as redes de atendimento formadas a partir dos dados relacionados ao número de pessoas que apresentam municípios de origem e de atendimento diversos, bem como os principais centros municipais de concentração desses atendimentos.

Figura 1 – Paciente de Municípios Externos com Covid-19 que necessitam de atendimento especializado em outros municípios



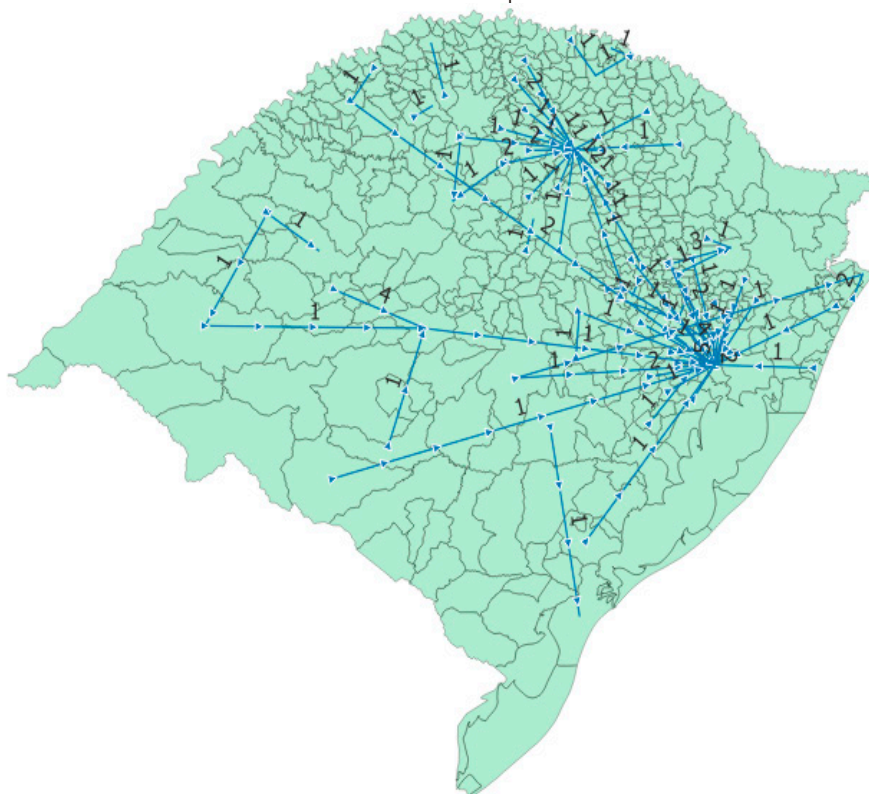
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados.

Na Figura 1, é possível observar que a busca por atendimento e destinação de pessoas que necessitam de tratamento para Covid-19 concentra-se, principalmente, nas cidades de Porto Alegre, Passo

Fundo, Canoas, Santa Maria e Erechim. A cidade de Porto Alegre foi a que mais recebeu pacientes externos (outras cidades) dentre todas as cidades do Rio Grande do Sul, um total de 228 pacientes que foram hospitalizados provindos de 53 cidades diferentes. Em segundo lugar, encontra-se Passo Fundo com 65 pacientes internados em leitos hospitalares, pertencentes a outras 35 cidades. Em terceiro lugar está Canoas que recebeu 24 pacientes oriundos de outros 9 municípios, todos internados em leitos hospitalares. Em quarto lugar, está Santa Maria com 11 pacientes internados oriundos de 5 municípios diferentes. E em quinto lugar, está o município de Erechim com 7 pacientes provindos de 7 municípios distintos.

É importante ressaltar que Porto Alegre é o município com maior número de leitos hospitalares, com 4.942 leitos, e que Passo Fundo é o terceiro município com maior número de leitos hospitalares, com 824 leitos, o que justifica o fato destes municípios serem os que apresentam o maior número de pessoas atendidas com origem de outros municípios (BRASIL, 2020a). Destaca-se ainda, que hospitais como os de Porto Alegre, Passo Fundo, Canoas, Santa Maria e Erechim, apresentam especialidades médicas que muitas cidades menores não possuem, sendo centros de atendimento destes municípios. Assim, os pacientes que vêm de outros municípios, praticamente todos, acabam sendo internados nestes centros de atendimento hospitalar, porque eles já foram avaliados por um médico de sua cidade de origem, que triou e os encaminhou devido a sua situação de saúde grave e necessidade de atendimento especializado. Quanto ao tempo de deslocamento destes pacientes entre município de origem e de atendimento, de acordo com Saldanha et al. (2019), os municípios da região Sul apresentam necessidades de deslocamento, em geral, de cerca de 250 km, o que gera o desgaste e muitas vezes o óbito do paciente que necessita de atendimento imediato. Por fim, é importante salientar que cidades como Porto Alegre, Passo Fundo, Canoas e Santa Maria são os principais centros universitários do estado com cursos de medicina e apresentam hospitais universitários destinados ao atendimento da população e aprendizagem dos alunos.

Figura 2 – Pacientes de Municípios Externos com Covid-19 que Necessitam de Leito de Unidade de Terapia Intensiva



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados.

O cenário não foi diferente para as pessoas que necessitam de internação em leitos de UTI para o tratamento da Covid-19. A destinação de pessoas que residem em cidades diversas da internação, fica concentrada nas cidades de Porto Alegre, Passo Fundo, Canoas, Santa Maria e Erechim. O município de Porto Alegre foi que recebeu o maior número de pacientes com Covid-19 de municípios externos que necessitavam de internação em leito de UTI, um total de 114 pacientes de 44 cidades distintas. Em segundo lugar, ficou Passo Fundo que recebeu 51 pacientes, necessitados de leitos de UTI, de outras 31 cidades. Em terceiro lugar, encontra-se a cidade de Canoas com 11 internações em leitos de UTI de pacientes provindos de 7 municípios diversos. Em

quarto lugar, está o município de Santa Maria com 6 internações em UTI de outros 3 municípios. E em quinto lugar está Erechim com 2 internações em UTI de pacientes vindos de outros municípios.

Destaca-se que referentes a leitos de UTI, dos 497 municípios gaúchos, apenas 50 apresentam leitos de UTI, destes, 75% possuem no máximo 20 leitos de UTI adultos. A cidade de Porto Alegre apresenta o maior número de leitos, com 610 leitos de UTI (37,4% do total do Estado), em segundo lugar está Santa Maria com 96 leitos de UTI (5,88%), Passo Fundo está em quarto lugar com 79 leitos de UTI (4,84%), Canoas está em sexto lugar com 65 leitos de UTI (4%). A cidade de Erechim possui 28 leitos de UTI, o que equivale a 1,72% dos leitos de UTI do estado, demonstrando a gravidade da situação dos municípios que dependem de internação em leitos de UTI neste município (BRASIL, 2020a; SMOLSKI, 2020). Ressalta-se que estes números de leitos de UTI disponíveis nestes municípios são para todos os tipos de patologias que necessitam deste tipo de internação e não somente para tratamento de pacientes com Covid-19.

Por meio das figuras apresentadas (Figura 1 e 2), é possível supor, em princípio, que as distâncias geográficas percorridas são maiores entre municípios que apresentam um menor fluxo de pacientes, enquanto que as distâncias são menores entre dois municípios com maior fluxo de pacientes. Isto é, os municípios tendem a enviar seus pacientes com Covid-19 que necessitam de tratamento e internação em UTI para municípios mais próximos. Chama-se a atenção neste trabalho para o município de Erechim, que possui apenas 28 leitos de UTI e Passo Fundo que dispõe de apenas 79 leitos de UTI, esses dois municípios atendem grande parte da mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul que é composta por 216 municípios de pequeno porte, com cerca de 99% deste sem leitos de UTI, e uma população estimada de 1.980.265 pessoas, cerca de 20% da população do estado (IBGE, 2020; BRASIL, 2020a).

Segundo Saldanha (2019), é compreensível e esperado o deslocamento para acesso a serviços de saúde de média e alta complexidade em um sistema de saúde hierarquizado. No entanto,

a presença de fluxos não previstos e as longas distâncias percorridas por estes pacientes em tratamento demonstram uma necessidade de melhor atuação com relação ao planejamento e a regulação dessas redes de atendimento.

Assim, espera-se que esta pesquisa sirva aos *policy makers* (administração pública municipal, conselhos de desenvolvimento regional -COREDES) que ao definir políticas públicas priorizem a melhoria da estrutura da saúde nestes municípios que apresentam um sistema de saúde precário. Aumentando a qualidade de vida das pessoas que residem nestes municípios, que muitas vezes, necessitam percorrer longas distâncias para buscar um tratamento adequado a seu problema de saúde, proporcionando, assim, um tratamento mais humano e igualitário.

Conclusões

O presente trabalho buscou identificar as redes de atendimento e principais pontos de tratamento da Covid-19 no estado do Rio Grande do Sul. Para isso, verificou-se a área de cobertura que contenha unidades de terapia intensiva (UTIs), nos municípios do Rio Grande do Sul; identificou-se a cidade que o indivíduo foi infectado e a cidade que o indivíduo buscou tratamento e foi internado na UTI, estabelecendo as redes e os principais pontos de atendimento e verificou-se quais regiões apresentam maior deslocamento para tratamento e internação em UTI, propondo uma maior destinação de recursos para criação de leitos de UTIs nessas regiões.

Foi possível concluir que a busca por atendimento e destinação de pessoas que necessitam de tratamento para Covid-19 concentra-se, principalmente, nas cidades de Porto Alegre, Passo Fundo, Canoas, Santa Maria e Erechim. A cidade de Porto Alegre foi a que mais recebeu pacientes externos (outras cidades) dentre todas as cidades do Rio Grande do Sul, um total de 228 pacientes hospitalizados provindos de 53 cidades diferentes. Em segundo lugar, encontra-se Passo Fundo

com 65 pacientes internados em leitos hospitalares, pertencentes a 35 cidades diferentes. Em terceiro lugar, está Canoas, que recebeu 24 pacientes oriundos de outros 9 municípios, todos internados em leitos hospitalares. Em quarto lugar, está Santa Maria com 11 pacientes internados oriundos de 5 municípios diferentes. E em quinto lugar, está o município de Erechim com 7 pacientes provindos de 7 municípios distintos. Assim, é possível observar que os pacientes que se deslocam de um município para outro para tratamento de Covid-19 em quase todos os casos acabam sendo internados.

Com relação às pessoas que necessitam de internação em leitos de UTI para o tratamento da Covid-19, foi possível concluir que o município de Porto Alegre foi o que recebeu o maior número de pacientes com Covid-19 de municípios externos que necessitavam de internação em leito de UTI, sendo 114 pacientes de 44 cidades distintas. Em segundo lugar, ficou Passo Fundo que recebeu 51 pacientes, necessitados de leitos de UTI, de outras 31 cidades. Em terceiro lugar, encontra-se a cidade de Canoas com 11 internações em leitos de UTI de pacientes provindos de 7 municípios diversos. Em quarto lugar, está o município de Santa Maria com 6 internações em UTI de outros 3 municípios. E em quinto lugar, está Erechim com 2 internações em UTI de pacientes vindos de outros municípios.

Dessa forma, a partir deste trabalho, foi possível demonstrar o deslocamento dos pacientes com Covid-19 dos municípios gaúchos para ter acesso a um tratamento ou acesso a leito de UTI, sugerindo a adoção de estratégias mais eficazes, e que priorizem a destinação de recurso público para a melhoria da estrutura da saúde nestes municípios que apresentam um sistema de saúde precário, diminuindo o tempo de deslocamento e o desgaste do paciente até o atendimento necessário.

Por fim, destaca-se que diante da complexidade do tema do presente trabalho, sugerem-se novas pesquisas com vistas a aprofundar a análise de deslocamento de pacientes que buscam tratamento para outras patologias, seja pelo aumento do número de variáveis de análise, seja pela análise a nível regional, estadual e nacional.

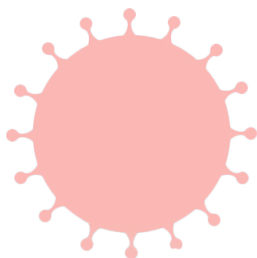
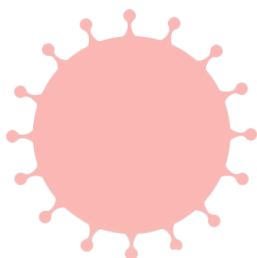
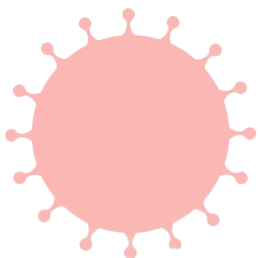
Referências

- BLANCHET, K.; JAMES, P. How to do (or not to do)... a social network analysis in health systems research. **Health policy and planning**, v. 27, n. 5, p. 438-446, 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, 1998. Disponível em < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/CON1988.asp > acesso em 24 de out. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), (2020a). Brasília [s.d.]. Disponível em < <http://www.datasus.gov.br> > acesso em 24 de out. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim COE COVID-19 n. 4. Centro de Operações Emergenciais em Saúde Pública, Brasília, (2020b). Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/04/2020-03-02-Boletim-Epidemiol--gico-04-corrigido.pdf>> acesso em 24 de out. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde. Coronavírus, Dados Abertos, (2020c). Disponível em < <http://plataforma.saude.gov.br/coronavirus/dados-abertos/> > acesso em 24 de out. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim COE COVID-19 n. 8. Centro de Operações Emergenciais em Saúde Pública, Brasília, (2020d). Disponível em < <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/09/be-covid-08-final-2.pdf> > acesso em 24 de out. de 2020.
- FANG, Y., NIE, Y, & PENNY, M. Transmission dynamics of the COVID-19 outbreak and effectiveness of government interventions: A data-driven analysis. **Journal of Medical Virology**, 92, 645–659, 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população, 2020. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads> > acesso em 24 de out. de 2020.
- OLIVEIRA, E. X. G. de et al. Acesso à assistência oncológica: mapeamento dos fluxos origem-destino das internações e dos atendimentos ambulatoriais. O caso do câncer de mama. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 2, p. 317-326, 2011.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (WORLD HEALTH ORGANIZATION). WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard, 2020. Disponível em < <https://covid19.who.int/> > acesso em 27 de out. de 2020.
- SALDANHA, R. F. et al. Estudo de análise de rede do fluxo de pacientes de câncer de mama no Brasil entre 2014 e 2016. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00090918, 2019.

SMOLSKI, F. M. S. et al. Disponibilidade de leitos hospitalares e ventilação mecânica no Rio Grande do Sul: desafios no enfrentamento da COVID-19. Mai. de 2020. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/341651488_Disponibilidade_de_leitos_hospitalares_e_ventilacao_mecanica_no_Rio_Grande_do_Sul_desafios_no_enfrentamento_da_COVID-19 > Doi - 10.13140/RG.2.2.19668.22408/2.

WASSERMAN S; FAUST K. **Social network analysis: methods and applications**. Melbourne: Cambridge Press; 1994.

ZHAO, S. et al. Preliminary estimation of the basic reproduction number of novel coronavirus (2019-nCoV) in China, from 2019 to 2020: A data-driven analysis in the early phase of the outbreak. **International journal of infectious diseases**, 92, 214–217, 2020.



CAPÍTULO 8:

COVID-19 NO BRASIL:

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA

Priscila Soares dos Santos³⁴
Fernanda Cigainski Lisbinski³⁵
Évilly Carine Dias Bezerra³⁶
Ronaldo Torres³⁷

Introdução

A partir de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan na China, o mundo passou a enfrentar um inimigo invisível aos olhos: o Novo Coronavírus, responsável por gerar um tipo de Síndrome Respiratória Aguda Grave ainda desconhecida pelos cientistas. Desde a identificação da nova síndrome, chamada de SARS-Cov-2, ou apenas Covid-19, os casos da doença passaram a se espalhar rapidamente pelo o mundo, atingindo principalmente países como os Estados Unidos e o Brasil (OMS, 2020).

Num país desigual e marcado por tantos problemas sociais e econômicos como o Brasil, a crise sanitária e humanitária culminada pela pandemia da COVID-19 escancara as desigualdades já existentes. O acesso aos serviços de saúde se tornou alvo de preocupação devido à possibilidade de um sucateamento. As dificuldades já enfrentadas por parte das pessoas mais desfavorecidas socioeconomicamente no acesso a este tipo de serviço podem ainda ter se acentuado nesse período.

34 Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de Santa Maria.

35 Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de Santa Maria.

36 Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de Santa Maria.

37 Mestrando em Economia na Universidade Federal de Pelotas.

Até o mês de outubro de 2020, conforme informações da Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o terceiro país com mais casos registrados de COVID-19 do mundo (5,5 milhões), atrás apenas dos Estados Unidos (9 milhões) e da Índia (8 milhões). Além disso, as informações do Sistema Único de Saúde (SUS) evidenciam a probabilidade de desigualdades sociais afetarem a gravidade dos casos da doença no país, visto que o perfil médio de mortes no país é o homem, pobre e preto ou pardo (MDS, 2020), o que destaca um perfil social latente das mortes no país. As disparidades regionais também são evidentes, o estudo de Bezerra et al. (2020) mostrou que os estados da região Sudeste possuem maior capacidade de enfrentamento à COVID-19 se comparados aos das regiões Norte e Nordeste, por exemplo.

Tendo em vista as enormes desigualdades sociais, econômicas e regionais existentes no Brasil, que também se traduzem em desigualdades no acesso à saúde, questiona-se: os fatores socioeconômicos das pessoas que se infectaram por COVID-19 no Brasil afetam a probabilidade de elas sobreviverem à doença? Especificamente, as condições de vida dos indivíduos afetam as chances de eles serem curados da COVID-19? Com a finalidade de responder a esta pergunta, a pesquisa possui como objetivo estimar a probabilidade de os indivíduos serem curados da COVID-19, de acordo com características pessoais e com as condições socioeconômicas e de saúde em que estão inseridos. Para isso, serão utilizados os microdados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, de março a junho de 2020, durante a pandemia.

Metodologia

Para analisar a probabilidade dos indivíduos infectados pelo Novo Coronavírus sobreviverem à doença, foi estimado um modelo econométrico Probit, que permite estimar a probabilidade de ser curado da doença com base em uma função de distribuição normal acumulada.

O modelo Probit possui propriedades consistentes e eficientes de estimação, de modo a estabelecer uma relação não linear entre as

variáveis explicativas e a probabilidade de ocorrência do evento que está sendo analisado (WOOLDRIDGE, 2002). O método funciona de modo que a variável dependente é representada por uma binária, ou seja, uma variável que assume valor 0 ou 1, a depender da ocorrência ou não do evento em questão. Formalmente o modelo é expresso por:

$$Y_i = \beta^T X_i + \varepsilon_i \quad \varepsilon_i \sim N(0,1) \quad (1)$$

Sendo $Y_i = 0$, se o indivíduo infectado faleceu em decorrência da COVID – 19; $Y_i = 1$ se o indivíduo infectado se curou da COVID – 19, X_i é um vetor de variáveis explicativas que, além de controlar os resultados por características pessoais, engloba também questões socioeconômicas e relacionadas às condições de saúde pré-existentes dos pacientes.

Além da estimação do modelo Probit, é importante analisar também os efeitos marginais, uma vez que os resultados do Probit indicam apenas a direção do efeito e não a sua magnitude. Os efeitos marginais podem ser expressos da seguinte forma:

$$E_i = \Phi(\beta_i X_i) \quad (2)$$

$$\frac{\partial E_i}{\partial X_i} = \Phi(\beta_i X_i) \quad (3)$$

De modo que os efeitos marginais expressam a magnitude de uma alteração na variável independente sobre a variável dependente. Desta forma, é possível mostrar como as características pessoais, socioeconômicas e as condições de saúde dos indivíduos infectados pela COVID-19 podem afetar a probabilidade de eles sobreviverem à doença.

Neste estudo, a probabilidade de sobreviver à doença foi estimada através de variáveis que levam em consideração tanto as condições sociais e econômicas dos indivíduos que foram infectados no território nacional, quanto as condições de saúde pré-existentes. Os dados utilizados estão melhor especificados a seguir.

Dados e Variáveis

Desde o início da pandemia da Covid-19 até o mês de outubro de 2020, o Brasil acumulou cerca de 160 mil mortes em decorrência da doença (MDS, 2020). Na medida em que profissionais de saúde e cientistas de todo mundo procuram entender as causas da mortalidade pela infecção pelo Novo Coronavírus, a literatura recente já mostra que fatores associados à idade e à existência de comorbidades constituem importantes explicações para tal. De acordo com Wu & McGoogan (2020), a taxa de letalidade entre os pacientes é elevada em cerca de 10,5% para os que possuem doenças cardiovasculares, 7,3% para diabéticos, 6,3% para doenças respiratórias crônicas e 6% para pacientes hipertensos.

Shahid et al. (2020), ao analisar a distribuição dos casos da doença e de óbitos por faixa etária, observam que há uma maior incidência da doença na população adulta, sendo a letalidade maior na população idosa. No Brasil, as questões de saúde relacionam-se também com as condições socioeconômicas da população. Em exemplo, mesmo entre os idosos, o estudo de Barbosa et al. (2020) mostrou que a mortalidade entre este grupo etário está também relacionada a aspectos demográficos e de distribuição de renda.

As desigualdades no país manifestam-se de várias formas, como: por renda, por grau de escolaridade e por cor/raça. Segundo Estrela et al. (2020), essas iniquidades sociais afetam também a forma como cada um é impactado com a pandemia. Os mais desfavorecidos socioeconomicamente, por exemplo, são geralmente representados por minorias raciais e étnicas e que trabalham em empregos com menores salários ou rendimentos, o que dificulta o acesso à saúde. Além disso, frequentemente também se localizam em postos de trabalho casuais e podem carecer de recursos financeiros necessários para fazer o autoisolamento a fim de não se infectar. Essas diferenças dificultam a vida dessas pessoas desde o acesso a testes para detecção do vírus, até o tratamento da infecção.

Na análise, buscando verificar o efeito de algumas dessas desigualdades na probabilidade que os pacientes sobreviverem à COVID-19, a variável dependente foi construída da seguinte forma: aqueles que tiveram a evolução ou desfecho de seus casos resultados

em falecimento, receberam o valor 0, enquanto os que se curaram da doença, receberam valor 1.

Nas variáveis explicativas, foram utilizadas tanto a idade, quanto categóricas indicando o sexo, a cor/raça dos indivíduos e também o nível de escolaridade. De forma a tentar controlar as condições de saúde previamente existentes dos pacientes, foram utilizadas variáveis binárias indicando se os indivíduos possuem algum tipo de doença cardiovascular, diabetes, doença renal ou obesidade. As variáveis utilizadas e suas descrições estão apresentadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Descrição das variáveis

Variáveis	Descrição
Evolução do caso (variável dependente)	Óbito = Var. bin. = 0 se o indivíduo faleceu por COVID-19 Cura = Var. bin. = 1 se o indivíduo infectado se curou da COVID-19
Idade	Idade (em anos)
Sexo	Var. bin. = 1 se for homem e o caso contrário
Cor/Raça	Indivíduo branco. Var. categ. = 0 Indivíduo pardo. Var. categ. = 1 Indivíduo preto. Var. categ. = 2 Indivíduo indígena. Var. categ. = 3 Indivíduo amarelo. Var. categ. = 4
Escolaridade	Analfabeto. Var. categ. = 0 Ensino Fundamental incompleto. Var. categ. = 1 Ensino Fundamental completo. Var. categ. = 2 Ensino Médio. Var. categ. = 3 Ensino Superior. Var. categ. = 4
Doença cardiovascular	Var. bin. = 1 se o paciente tem doença cardiovascular crônica e 0 caso contrário
Diabetes	Var. bin = 1 se o paciente é diabético e 0 caso contrário
Doença renal	Var. bin = 1 se o paciente possui doença renal crônica e 0 caso contrário.
Obesidade	Var. bin = 1 se o paciente é obeso e 0 caso contrário

Região	Norte. Var. categ. = 0 Nordeste. Var. categ. = 1 Centro-Oeste. Var. categ. = 2 Sudeste. Var. categ. = 3 Sul. Var. categ. = 4
--------	--

Fonte: Ministério da Saúde.

As disparidades regionais não ficam de fora das inúmeras desigualdades existentes no Brasil que podem afetar tanto os casos, como os níveis de letalidade da COVID-19 no Brasil. Moreira (2020) verificou que as regiões de saúde com as maiores médias na mortalidade estão localizadas em regiões cuja escassez de leitos de UTI e de ventiladores foi visualizada, observada principalmente na região Nordeste. Bezerra et al. (2020), ao construírem um índice que analisa espacialmente a capacidade de enfrentamento à pandemia de acordo com a infraestrutura de saúde de cada estado brasileiro, verificaram menores condições de enfrentamento nas regiões Norte e Nordeste.

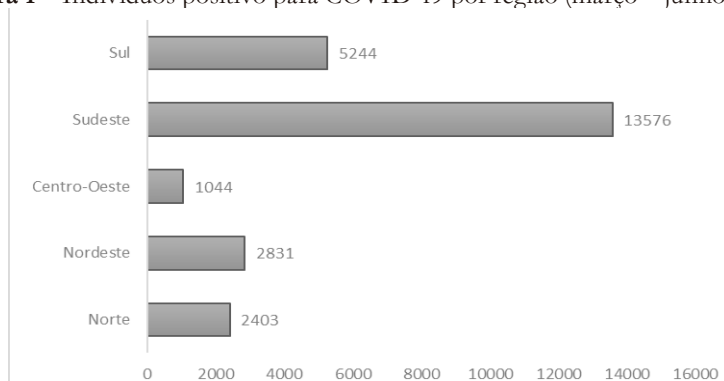
Desta forma, foi incluída na análise uma variável categórica indicando a região geográfica que cada paciente infectado reside, de modo que a região Norte foi utilizada como referência (base). Os resultados obtidos com as estimações estão apresentados a seguir.

Análise dos Resultados

A amostra foi composta pelos indivíduos que tiveram seu diagnóstico de COVID-19 confirmados por meio de testes clínicos e, após a exclusão de informações faltantes, o total de observações foi de 25.098. Ou seja, foi possível fazer a análise considerando cerca de 25 mil pacientes.

A idade média dos indivíduos analisados foi de 56 anos e, do total da amostra, 11.948 são mulheres, enquanto os homens correspondem por 13.150 observações. No que diz respeito à distribuição por região geográfica dos pacientes, a maior parte se encontra na região Sudeste, seguida pela região Sul, conforme pode ser observado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Indivíduos positivo para COVID-19 por região (março – junho, 2020)



Fonte: Elaboração própria.

Após a seleção dos dados foi possível dar prosseguimento à estimação do modelo Probit. Na Tabela 1, são apresentados os resultados das estimações. É possível perceber que as variáveis selecionadas, de um modo geral, são importantes para explicar a probabilidade de se curar da doença, dadas as suas significâncias estatísticas. Foram utilizadas estimativas com correção de erros robustos.

A idade das pessoas infectadas pelo Novo Coronavírus se mostrou estatisticamente significativa para explicar a probabilidade de ser curado da COVID-19, de modo que quanto maior a idade do indivíduo, menor é a probabilidade dele se curar da doença. Esse resultado corrobora com os já encontrados que indicam uma maior taxa de letalidade entre as pessoas mais velhas, especialmente entre os idosos (SHAHID et al., 2020).

Homens possuem uma probabilidade menor de se curarem da COVID – 19 do que mulheres. Todos os pacientes considerados não brancos possuem menores chances de se curarem da doença. Destaca-se que, no que diz respeito a cor/raça, são as pessoas consideradas pardas a que possuem as menores chances de conseguirem se livrar do vírus da Sars-Cov2.

Os resultados apontam para o que já era esperado. Idosos, homens e pessoas não brancas têm menores chances de sobreviver ao Novo Coronavírus. Os resultados observados que se referem à cor/raça dos pacientes corroboram com o destacado por Madeira e Gomes

(2018) e Estrela et al. (2020), na medida em que muito possivelmente as minorias étnicas raciais possuem menor acesso aos serviços de saúde e maiores dificuldades para conseguir cuidados e tratamento.

Tabela 1: Modelo Probit para a probabilidade de cura da COVID-19

	Coef.	Erro-padrão	Efeito Marginal	Erro-padrão
Cura				
Idade	-0,020***	0,000	-0,006***	0,000
Homem	-0,176***	0,001	-0,058***	0,005
Cor 0 (branco)				
Cor 1 (preto)	-0,113***	0,021	-0,037***	0,007
Cor 2 (amarelo)	-0,137***	0,035	-0,045***	0,011
Cor 3 (pardo)	-0,376**	0,159	-0,128**	0,055
Cor 4 (indígena)	-0,205***	0,078	-0,069***	0,026
Escol. 0 (sem estudo)				
Escol.1 (EF incompleto)	0,043	0,031	0,014	0,010
Escol.2 (EF)	0,050	0,034	0,017	0,011
Escol. 3 (EM)	0,103***	0,033	0,034***	0,011
Escol. 4 (ES)	0,308***	0,039	0,100***	0,012
Cardiopatias	0,000	0,017	0,000	0,005
Diabetes	-0,080***	0,017	-0,026***	0,005
Doença renal	-0,230***	0,031	-0,076***	0,103
Obesidade	-0,025***	0,037	-0,085***	0,012
Região 0 (Norte)				
Região 1 (Nordeste)	0,132***	0,036	0,047***	0,012
Região 2 (Centro-Oeste)	0,911***	0,527	0,312***	0,016
Região 3 (Sudeste)	0,566***	0,031	0,202***	0,011
Região 4 (Sul)	0,890***	0,036	0,306***	0,012

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Nota: ***, ** denotam significância estatística a 1% e 5%, respectivamente.

No que diz respeito a escolaridade, foi possível perceber que os indivíduos infectados pelo Novo Coronavírus que possuíam ensino médio completo ou ensino superior completo possuem também maior probabilidade de sobreviver à doença. O efeito marginal de possuir ensino médio completo sobre a probabilidade de cura é de cerca de 0,034, enquanto o de possuir ensino superior é ainda mais elevado, de cerca de 0,1.

O efeito da escolaridade pode estar relacionado com a participação dessas pessoas em empregos mais qualificados e melhor remunerados, o que pode permitir um maior acesso e cuidado com a saúde, como, por exemplo, uma alimentação mais balanceada, práticas de atividades físicas e acompanhamento médico regular. Todas essas ações, por sua vez, são capazes de prevenir algumas doenças e comorbidades e de proporcionar melhores condições físicas de saúde.

A existência de comorbidades, com exceção da cardiopatia, se mostrou estatisticamente significativa e negativamente relacionada com a probabilidade de cura da COVID-19. O efeito marginal de ser diabético sobre a probabilidade de se curar da doença é menor em cerca de 0,026. Pacientes com doença renal também possuem menor probabilidade de sobreviver, assim como aqueles considerados obesos.

Os resultados vão ao encontro do que demonstram as pesquisas e experiências médicas observadas até então no que diz respeito ao combate à pandemia no Brasil, além de corroborar também com os resultados encontrados por Wu & McGoogan (2020).

As desigualdades regionais existentes no Brasil também podem ser visualizadas quando se trata da pandemia da COVID-19. Das pessoas infectadas com a doença, os moradores de todas as outras regiões do Brasil possuem maior probabilidade de sobreviver se comparados aqueles que residem na região Norte. As maiores chances de cura encontram-se entre aqueles que residem na região Centro-Oeste (0,312), seguidos pelos moradores da região Sul do país (0,306). O resultado não desejado que chama a atenção para a questão da região Norte vai ao encontro com o estudo de Bezerra et al (2020), em que os autores verificaram baixos índices de infraestrutura da saúde para enfrentamento da pandemia nos estados dessa região.

Considerações Finais

Este capítulo buscou abordar alguns aspectos socioeconômicos e relacioná-los com a probabilidade dos indivíduos que contraíram a

COVID-19 no Brasil se curarem da doença. Para isso, foi estimado um modelo econométrico do tipo probit e foram utilizadas as informações dos pacientes obtidas pelo Ministério da Saúde.

Os resultados apontam para a existência de diferenças chances de sobreviver à doença de acordo com características pessoais dos indivíduos, como idade, sexo, cor/raça, de modo que idosos, homens e pessoas não brancas possuem menores chances de cura. Além disso, pessoas mais escolarizadas, que provavelmente possuem uma renda maior, possuem maiores chances de sobreviver à COVID-19. Isso aponta para o efeito que as desigualdades socioeconômicas podem ter sobre os níveis de mortalidade da doença no Brasil, destacando a importância de os gestores públicos de saúde precisarem olhar para a pandemia no Brasil de acordo com as especificidades e a forma como se dá a organização da sociedade no país.

Foi possível perceber que comorbidades pré-existentes diminuem as chances de os pacientes serem curados, e que moradores da região Norte do país encontram-se em desvantagem com relação aos residentes das demais regiões brasileiras no que diz respeito à probabilidade de sobreviver. Assim, é possível observar a necessidade de levar em consideração também as desigualdades regionais do país na formulação de estratégias de combate à pandemia.

Por fim, destaca-se a importância das atuações tanto públicas quanto privadas no combate ao Novo Coronavírus, com um olhar para as desigualdades sociais, econômicas e regionais existentes no Brasil, para que assim, seja possível vencer a luta contra o inimigo invisível aos olhos.

Referências

BARBOSA, I. R.; GALVÃO, M. H. R.; SOUZA, T. A. D.; GOMES, S. M.; MEDEIROS, A. D. A.; LIMA, K. C. D. Incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa brasileira e sua relação com indicadores contextuais: um estudo ecológico. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 1, 2020.

BEZERRA, É.C.D; SANTOS, P.S; LISBINSKI, F.C; DIAS, L.C. Análise espacial das condições de enfrentamento à COVID-19: uma proposta de Índice da Infraestrutura da Saúde do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [periódico na internet] (2020/Set).

ESTRELA, F. M.; SOARES, C. F. S.; CRUZ, M. A. D.; SILVA, A. F. D.; SANTOS, J. R. L.; MOREIRA, T. M. D. O.; SILVA, M. G. Pandemia da covid 19: Refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3431-3436, 2020.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 463-479, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - MDS. Coronavírus – COVID 19: O que você precisa saber. 2020 [acessado 6 de out. de 2020]. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>

MOREIRA, R. S. COVID-19: unidades de terapia intensiva, ventiladores mecânicos e perfis latentes de mortalidade associados à letalidade no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00080020, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (WORLD HEALTH ORGANIZATION). WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard, 2020. Disponível em < <https://covid19.who.int/> > acesso em 27 de out. de 2020.

SHAHID, Z.; KALAYANAMITRA, R.; MCCLAFFERTY, B.; KEPKO, D.; RAMGOBIN, D.; PATEL, R.; JONES, K. COVID-19 and older adults: what we know. **Journal of the American Geriatrics Society**, v. 68, n. 5, p. 926-929, 2020.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross-section and panel data**, The MIT Press, Cambridge-Massachusetts, Estados Unidos da América, 2002.

WU, Z.; MCGOOGAN, J. M. Characteristics of and important lessons from the coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak in China: summary of a report of 72 314 cases from the Chinese Center for Disease Control and Prevention. **Jama**, v. 323, n. 13, p. 1239-1242, 2020.

CAPÍTULO 9:

CASOS DE COVID-19 NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A SOCIOECONOMIA ESTADUAL

Évilly Carine Dias Bezerra³⁸
Priscila Soares dos Santos³⁹
Fernanda Cigainski Lisbinski⁴⁰
Ronaldo Torres⁴¹
João Victor Souza da Silva⁴²

Introdução

Os estados brasileiros são heterogêneos entre si em termos de capacidade de atendimento hospitalar à população, mesmo dentro das próprias regiões há diferentes níveis de infraestrutura hospitalar para atendimento às necessidades de saúde da população do Brasil (BEZERRA et al., 2020).

Estudos sobre probabilidade de sobrevivência do infectados por COVID-19 encontraram evidências que sugerem que dentre outros fatores, a região de saúde de residência afeta a chance de sobrevivência, o que pode estar relacionado ao acesso a tratamento de saúde (CAVALCANTI, 2020).

Até o dia 09 de outubro de 2020, havia 36.754.395 casos de COVID-19 no mundo e 1.064.838 mortes, no Brasil foram 5.028.444 casos e 148.957 mortes. Neste dia, o país ocupava o terceiro

38 Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGED/UFSM). E-mail: evillycarine@hotmail.com.

39 Mestranda em Economia e Desenvolvimento, PPGED/UFSM. E-mail: pri.soaares@gmail.com.

40 Mestranda em Economia e Desenvolvimento, PPGED/UFSM. E-mail: fernandacl32@hotmail.com.

41 Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). E-mail: torresronaldo@yahoo.com.br.

42 Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Piauí (DECON/UFPI). E-mail: victor.economia@ufpi.edu.br.

lugar em número de casos e quarto em número de mortes no mundo (OMS, 2020).

Os casos de COVID-19 evoluem de diferentes formas, níveis e períodos de tempo a depender da região e das Unidades da Federação (UFs), o conhecimento dos grupos de estados com características similares pode ajudar em planos de enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil.

Este capítulo trata das características socioeconômicas estaduais a partir de pacientes que contraíram COVID-19, algo pouco abordado na literatura, sobretudo em nível nacional, tornando relevante seu estudo para o entendimento da dinâmica estadual.

A depender do estado de residência, o acesso à saúde pode ser maior ou menor de acordo com a infraestrutura de saúde. Diante disso, neste capítulo questiona-se: como se encontra o agrupamento socioeconômico dos estados brasileiros frente à pandemia? A partir dessa questão, o objetivo deste trabalho é verificar o agrupamento dos estados brasileiros levando em consideração características socioeconômicas.

Os modelos utilizados foram as técnicas multivariadas, Componentes Principais e Análise de Cluster, levando-se em consideração o espaço, representado pelas UFs. Foram realizados testes usando *Approximately Unbiased*, *Bootstrap* e calculado o Coeficiente de Correlação Cofenética. As variáveis utilizadas formam as dimensões socioeconômica e de saúde, obtidas na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Google, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) edição COVID-19, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os dados do Ministério da Saúde serão considerados dados apenas de pacientes com diagnóstico final de COVID-19.

Este capítulo está dividido em cinco seções. Parte-se inicialmente da introdução, seguida por reflexões sobre a crise da COVID-19 no Brasil. Na terceira seção, a metodologia é apresentada brevemente com informações sobre os métodos utilizados. A quarta seção trata dos resultados e discussão destes. Encerra-se o capítulo com as conclusões obtidas.

Reflexões sobre a Crise da Covid-19 e seus Efeitos no Brasil

A crise sanitária da Covid-19 impactou diretamente sobre as atividades econômicas em todo o mundo, conformando-se como uma crise global multifacetária. Todavia, para além das generalidades de seus efeitos comuns nos diversos países afetados, é pertinente que se considere as condicionantes socioeconômicas que implicam no agravamento local, a partir das características prévias e das medidas de enfrentamento adotadas frente a este cenário de incerteza. O Brasil, bastante atingido pela pandemia, agrava uma crise socioeconômica que já se arrastara nos últimos anos, de modo que é necessário compreender as heterogeneidades regionais no país afim de se obter informações sobre a dinâmica de espraio do processo de transmutação da crise sanitária em crises econômicas nos diferentes estados.

Nesta perspectiva, é necessário que se atenha ao embrião da crise. A necessidade de isolamento social como medida de contenção imediata da doença implicou na paralisação das atividades econômicas na China e consequente desarranjo sobre as cadeias locais e globais de valor. Ozili e Arun (2020) consideram que a crise da Covid-19 é dinâmica e incerta na medida em que provoca transbordamentos negativos em função da necessidade de paralisação econômica para reduzir os riscos de contágio. Assim, os setores mais afetados foram serviços intensivos em mão de obra, incapazes de acumular estoques e com forte retração de demanda em tempos de pandemia, com destaque para atividades ligadas ao turismo, hotelaria e alimentação, bem como serviços financeiros, desencadeando a crise em escala global em função da retração das cadeias globais de fluxos de pessoas, comércio e investimento.

A importância internacional da economia chinesa é em muito responsável pelo dinamismo negativo imediato da crise, implicando em escassez de capitais diretamente sobre os principais centros financeiros do mundo e em uma menor demanda por *commodities*. Em segunda medida, a paralisação das atividades afetou mais gravemente àquelas economias pautadas em atividades intensivas em mão de obra sem dotação tecnológica, com elevados índices de pobreza e precariedade

sanitária e em estrutura de saúde. Sob ambas circunstâncias, o Brasil foi duramente atingido e incapaz de reagir em função das restrições institucionais atreladas à generalização do debate *acientífico* entre as principais instâncias tomadoras de decisão (MCKBIN; FERNANDO, 2020; ANTUNES, 2020; CARVALHO, 2020).

Um caráter relevante da crise é que ela não é democrática. Condicionantes socioeconômicas implicam em seu maior ou menor nível de severidade. Antunes (2020) destaca que a crise intensificou processos de precarização do trabalho com a ascensão dos índices de desocupação e informalidade, sendo este último em muito responsável pela dinâmica dos serviços urbanos em tempos de pandemia, o que reduziu o nível geral de renda e a seguridade do trabalho, condicionando as camadas mais pobres à impossibilidade da prática adequada do isolamento social.

A crise estrutural da economia brasileira, marcada pela baixa produtividade do trabalho e forte dependência doméstica de serviços intensivos em mão de obra e com baixa dotação tecnológica, é evidente em maior ou menor grau de modo heterogêneo entre os diferentes estados da federação (POCHMANN; GUERRA, 2019). Esta marca implica em fragilidades fiscais de muitos estados por sua baixa capacidade doméstica de arrecadação, principalmente via ICMS, o que limita sua margem orçamentária e praticamente anula sua capacidade de atuação frente ao atual cenário pandêmico, marcado por uma redução do nível geral de renda, queda da arrecadação estadual atrelada a um menor nível fiscal federal e consequente redução de repasses. Como agravante, exige-se imediatismo na recuperação e expansão da infraestrutura pública, fundamentalmente para fornecer serviços de saúde.

Em outra perspectiva, se considerada a contribuição de Amartya Sen (2020), é possível a compreensão de que a inexistência do acesso equitativo à saúde é um elemento que caracteriza e acentua a pobreza, o que é agravado em tempos de crise e descaracteriza o olhar puramente econômico sobre a essência do desenvolvimento. O condicionamento do acesso à estrutura e a serviços de saúde sobre critério da renda limita a capacidade dos indivíduos a serem realmente livres e equivalerem-



se em tomadas de decisão, e consequentemente em inserirem-se adequadamente na sociedade. Em linhas simples, a precariedade na infraestrutura de saúde de acesso público agrava a condição de pobreza em sociedades pouco desenvolvidas, o que ficou explícito no Brasil em tempos de pandemia do Novo Coronavírus.

Um ponto importante a se considerar acerca da crise econômica provocada pela Covid-19 é que mais que uma crise provocada pela paralisação das atividades econômicas, é marcada pela incerteza e incapacidade de entendimento e combate a partir dos instrumentos tradicionais de política econômica. Isto é notável ao se atentar aos baixos níveis de recuperação mesmo em períodos de afrouxamento das medidas restritivas. Este fato se explicita pela não percepção da doença em si e de seu potencial dano ainda a ser causado socioeconomicamente (CARVALHO, 2020).

Exige-se, pois, mais que a adoção de políticas de expansão fiscal (para maior margem de atuação dos entes federativos) e monetária (para expansão da demanda agregada) e garantia de renda mínima, medidas que estimulem a adequação às medidas sanitárias e de estímulo à inovação tecnológica em prol de tratamentos e vacinas para a doença ainda desconhecida. A limitada margem de ação dos estados neste cenário, associada à inércia federal, marcam a severidade da crise principalmente nas regiões com maior dificuldade de arrecadação em função da fragilidade estrutural da economia evidenciada pela crise da Covid-19.

É evidente, a partir da breve elucidação estabelecida, que a crise não afeta de modo indistinto a sociedade, de modo que é plausível supor que os estados brasileiros com menor capacidade de gerar e manter empregos com maior produtividade e seguridade, consequentemente maior fragilidade fiscal, com piores níveis gerais de renda e de infraestrutura de saúde, serão aqueles com menor capacidade de promover o distanciamento social e por conseguinte resistir às mazelas evidenciadas pela crise econômico-sanitária da Covid-19. O conhecimento histórico das disparidades regionais na economia brasileira nos dá subsídios para averiguar os agrupamentos estaduais

mais ou menos afetados pela crise, o que será buscado pelo método desenvolvido e exposto em seguida neste trabalho.

Metodologia

Este trabalho aplicará a Análise de Cluster para a formação de dendrogramas para os estados brasileiros, com base em informações sobre as dimensões de socioeconomia e de saúde. No Quadro 1, estão as informações por dimensão, variável e fonte de obtenção.

Quadro 1 - Variáveis obtidas para estados brasileiros, por dimensão e fonte

Dimensão	Variável	Descrição	Fonte
Socioeconomia	X1	Média da idade de infectados	Ministério da saúde (2020)
	X2	Média de pessoas negras (pardas e pretas) infectadas	
	X3	Média de mulheres infectadas	
	X4	Taxa de desocupação	PNAD Covid-19/ IBGE (2020)
	X5	Rendimento real domiciliar per capita médio efetivamente recebido (R\$)	
	X6	Mobilidade de comunidade, varejo e lazer	Google (2020)
Saúde	X7	Média de pessoas com doença renal infectadas	Ministério da saúde (2020)
	X8	Média de pessoas com obesidade infectadas	
	X9	Média de pessoas com diabetes infectadas	
	X10	Média de pessoas que tomaram vacina contra gripe infectadas	
	X11	Índice de infraestrutura da Saúde	Bezerra et al. (2020)

Fonte: Elaboração própria.

Foram coletados dados para os meses de maio, julho e setembro. A escolha desses meses foi motivada pela disponibilidade dos dados e pela possibilidade de análise individual do período mais distante,

mais intermediário e mais próximo da data de escrita do trabalho. A ideia é, de acordo com os dados disponíveis, fornecer fotografias de diferentes períodos.

Para os dados do Ministério da Saúde, são considerados dados apenas de pacientes com diagnóstico final de COVID-19. As médias foram obtidas através da divisão dos pacientes com a característica em questão sobre o total de pacientes da amostra por estado. Para os dados da PNAD COVID-19, a média leva em consideração todos os participantes da amostra, por estado.

Estes dados foram utilizados em Componentes Principais, para verificação do comportamento das variáveis de cada estado e em seguida foram aplicados numa Análise de Agrupamento para verificação de estados mais próximos em cada momento do tempo analisado.

Segundo Sigg e Buhmann (2008), uma Análise de Componentes Principais permite reduzir o número de variáveis a partir de um conjunto original de equações, tendo por objetivo explicar o comportamento geral, podendo ser expresso como:

$$\arg \max_w w^T C w, \text{ sujeito a } \|w\|_2 = 1 \quad (1)$$

Em que, $C \in N^{D \times D}$ é covariância parcialmente definida da base de dados.

Já a Análise de Agrupamento, para Mingoti (2007), organiza elementos em grupos heterogêneos, mas com elementos homogêneos. Para isso, se vale de medidas de similitude. Neste trabalho foi utilizada a distância euclidiana dada por:

$$d(X_i, X_k) = \epsilon \quad (2)$$

A técnica hierárquica aglomerativa foi a de Ward, dada por:

$$d(C_i, C_j) = \left[\frac{n_i n_j}{n_i + n_j} \right] (\bar{X}_i - \bar{X}_j)(\bar{X}_i - \bar{X}_j) \quad (3)$$

Para verificar a validade dos resultados foi calculado o *Bootstrap Probability* (BP), Coeficiente de Correlação Cofenética (CCC) e *Approximately Unbiased* (AU). BP maior que 0,5 indica que o ramo do dendrograma é viável (BIAGIOTTI et al., 2013). CCC mede o ajuste da matriz de similaridade verdadeira e a matriz simplificada (MEYER, 2002), valores maiores que 0,7 são adequados (VARELLA, 2010). O valor p do AU tem hipótese nula de não existência de cluster (SUZUKI E SHIMODAIRA, 2014).

Para a obtenção dos resultados, foi utilizado o software R 4.0.2. Os valores encontrados dos testes e do modelo são apresentados e discutidos na seção seguinte.

Resultados e Discussão

Nesta seção, os resultados são apresentados. Estão presentes, na primeira ilustração, as variáveis das dimensões socioeconômica e saúde para os meses de maio, julho e setembro, em termos de ajuste entre variáveis e estados. Na segunda ilustração, estão os agrupamentos para os mesmos meses, com base nas características consideradas.

A representação bigráfica dos componentes principais por estado e variáveis presentes na ilustração permitem a identificação de variáveis mais próximas de cada estado conforme as características das pessoas que tiveram COVID-19. Sugere-se que em cada quadrante, pessoas que tiveram COVID-19 no estado tiveram características que mais se destacavam entre os infectados.

De forma que, em maio, no primeiro quadrante Amazonas (AM), Roraima (RR), Maranhão (MA), Tocantins (TO), Pará (PA) e Roraima (RO) estão associados à X2. No segundo quadrante, Mato Grosso (MT), Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR) e de forma mais distante Mato Grosso do Sul (MS), estiveram associados à X1, X6, X10 e X5. No terceiro quadrante estão Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Goiás (GO), Minas Gerais (MG), Bahia (BA), Sergipe (SE), Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP) associados à X11, X8, X7, X9. No quarto

quadrante estão Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN), Alagoas (AL), Amapá (AP), associados a X4 e X3.

Em junho, o primeiro quadrante contém GO, RN, TO, PB, CE, MA, PI, AL, PE, AP, PE, AM, SE, relacionada às variáveis X4, X9 e X3. O segundo quadrante contempla os estados da BA, ES, MG, RS, RJ, SC e SP, relacionados às variáveis X7, X1, X8 e X11. O terceiro quadrante contém MT e PR, com as variáveis X10 e X5. Já o quarto quadrante contém os estados de AC, RR, RO, com as variáveis X2 e X6.

Já em setembro, no primeiro quadrante, estão os estados do RN, SE, CE, MA, PE, AL, com as variáveis X9, X4. No segundo quadrante, estão os estados do ES, MG, RJ, BA e SP, com as variáveis X1, X3, X8 e X11. No Terceiro quadrante, estão os estados de GO, PI, RS, PR, SC, MT e MS, com as variáveis X7, X10 e X5. No quarto quadrante, estão os estados de PB, RR, AP, PA, RR, AC, TO e RO com as variáveis X2 e X6

Conforme a COVID-19 avança pelo Brasil o padrão das pessoas infectadas muda por estado, isso foi verificado nos meses em consideração, mais variáveis estiveram presentes em diferentes momentos nas dimensões da saúde e da socioeconomia.

Na ilustração 2, nos meses de maio, julho e setembro, quando todas as variáveis são levadas em consideração, é possível verificar o agrupamento dos estados e como seus elementos se movimentaram com o decorrer da pandemia.

Antes da apresentação dos valores obtidos, foi necessária a obtenção dos resultados dos testes. Assim, os resultados de AU, BP e CCC foram favoráveis. Para os quatro dendrogramas presentes na ilustração 2, os resultados do CCC indicaram bom ajuste, pois em maio ele foi 0,9997714. Para maio, sem estado com distância extrema, foi 0,7313853. Para julho, foi 0,8624005 e para setembro foi 0,8416605. Os valores de AU foram superiores a 95% o que representa a adequabilidade da formação dos *clusters*. Valores de BP maiores de 50% também foram encontrados, isto indica que os ramos dos dendrogramas foram construídos de forma consistente.

No mês de maio, foi formado um cluster com todos os estados exceto MS, que se comportou como um elemento muito diferente e

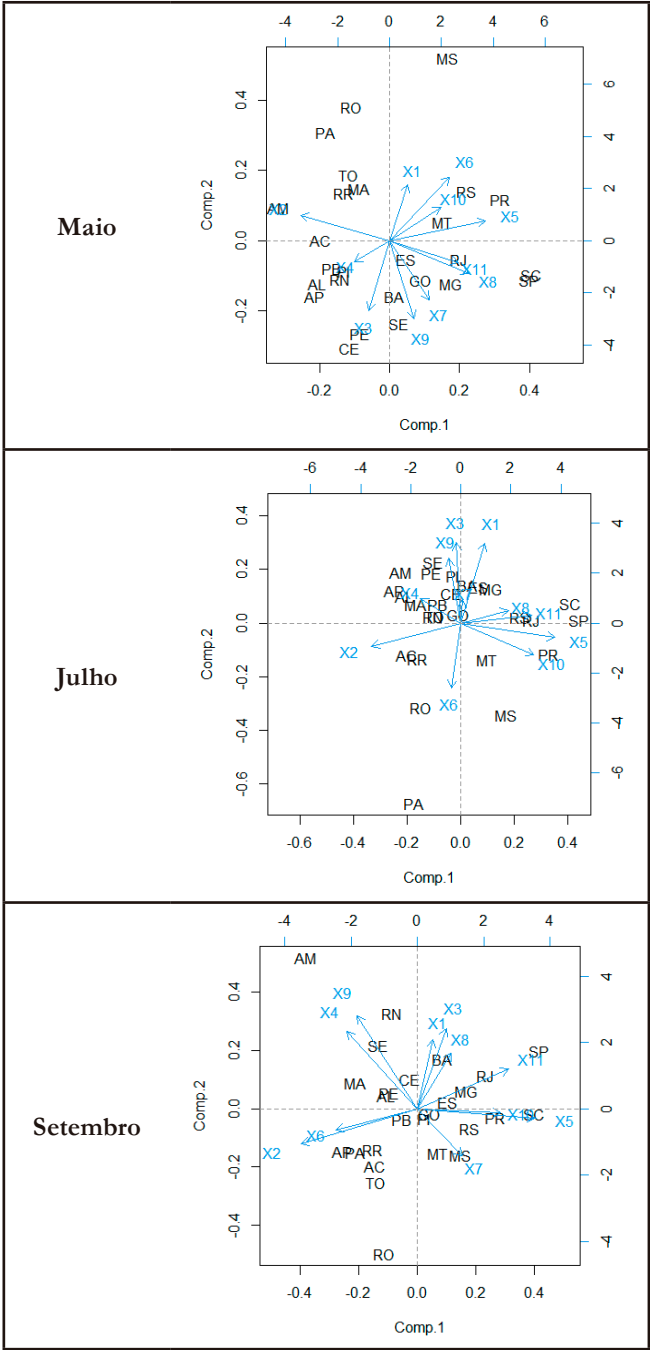
distante dos demais, como também foi verificado no mês para a figura 1. Para melhorar a visualização, com a retirada deste estado, foi possível identificar dois grupos. O primeiro com os estados, AP, MA, BA, AM, AL, PA, PI, CE, AC, PE, PB, SE, RR e RN e o segundo com os estados, SP, RS, RJ, PR, SC, RO, TO, MT, GO, MG, ES.

Tanto em julho como em setembro, não foi necessária a retirada de MS, pois ele se aproximou de um dos clusters. Nesses meses, também foi notada a formação de dois grupos. Em julho, no primeiro grupo esteve, MA, AM, AP, AL, TO, RO, RN, PE, CE, SE, AC, PB, PA, RR, PI, BA; no segundo, MT, GO, MG, ES, PR, MS, SP, RS, RJ e SC. Já em setembro, foi verificado no primeiro grupo, TO, RO, RN, MA, AM, AL, PB, PE, SE, RR, CE, PA, PI, BA, AC, AP e no segundo: MG, ES, MT, GO, SP, RS, MS, PR, RJ e SC.

A construção bigráfica dos Componentes Principais e dos dendogramas da Análise de Agrupamento evidenciou como o Brasil não pode ser considerado como um país homogêneo, no que se refere ao modo como a Covid-19 afeta os estados. Cada UF reagiu de forma diferente nos meses em consideração da pandemia e por isso requer uma política que leve em consideração essas diferenças.

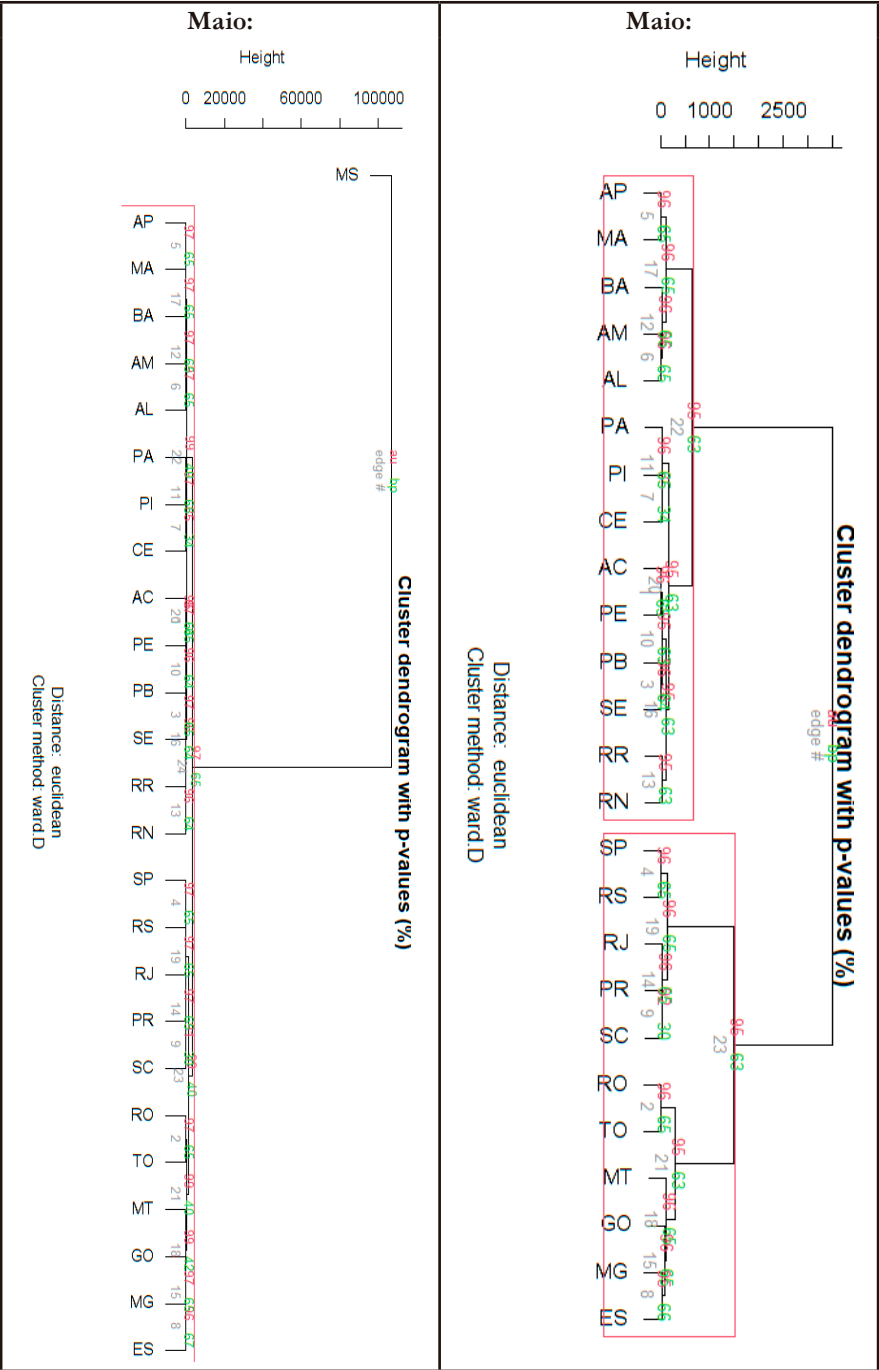
Foi identificado que determinadas características estavam mais correlacionadas a determinado grupo de estado do que de outro. Isso mudou conforme o mês em consideração. Provavelmente a política estadual reagiu de diferentes formas ao avanço do vírus no Brasil e no mundo, como informam Schaefer et al. (2020) que criaram um índice de ação governamental, eles verificaram que os estados do Norte e Nordeste se anteciparam com medidas de contenção da transmissão do Coronavírus, em alguns casos, antes do primeiro caso confirmado. Isso se tornou mais intenso quanto menor o PIB per capita, número de UTI SUS e maior dependência de recursos do Fundo de Transferência dos Estados. O protagonismo dos estados se tornou mais necessário diante de um cenário Federal de negação da pandemia e falta de políticas direcionadas a medidas de proteção da saúde (SODRÉ, 2020).

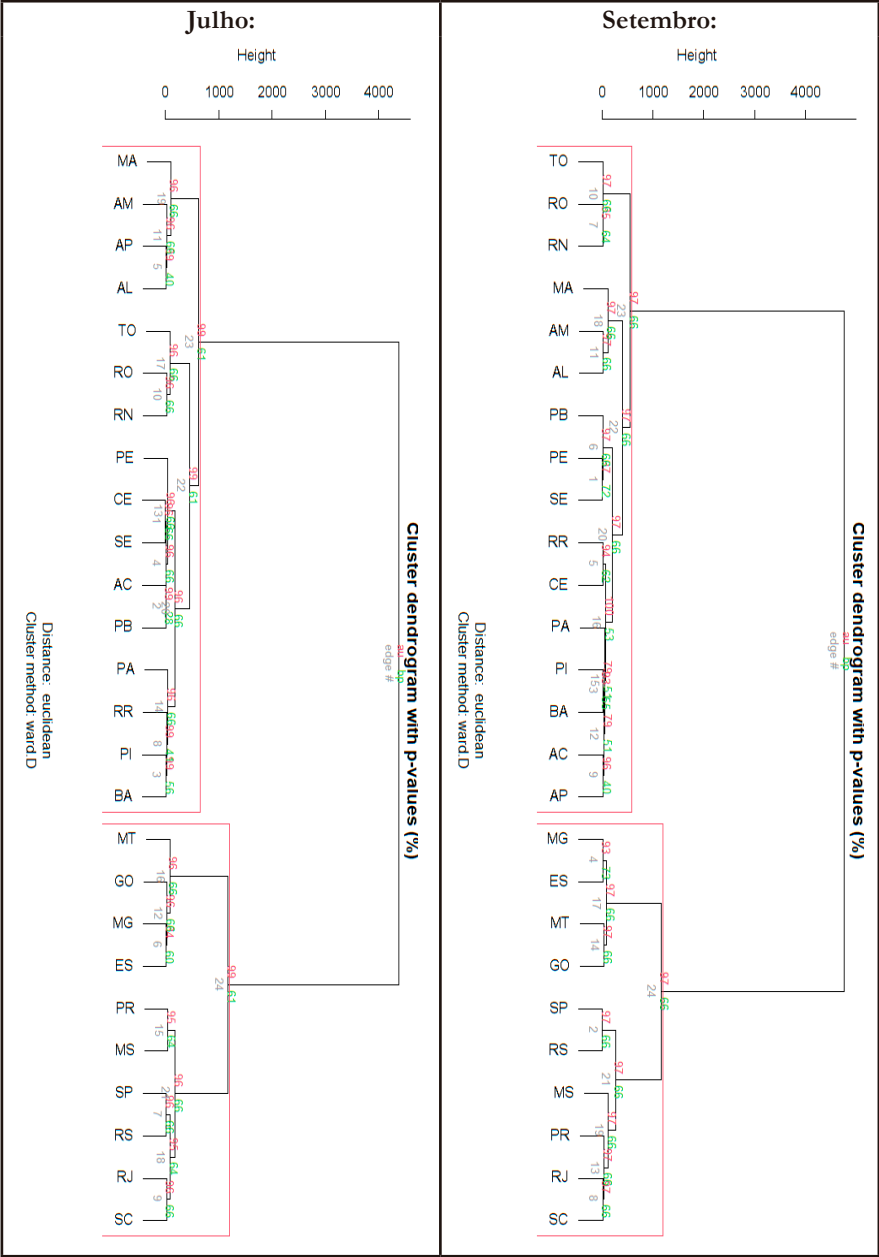
Figura 1 – Representação por Componentes Principais, das variáveis do modelo



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 – Dendrogramas para maio, julho e setembro dos estados brasileiros





Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que, nos Componentes Principais, o índice de infraestrutura de saúde estava no mesmo quadrante de comorbidades,

como obesidade, doenças, renal e diabetes, o que se tornou mais brando nos meses seguintes. A idade esteve correlacionada à mobilidade e à vacina e depois esteve no mesmo quadrante que índice de infraestrutura de saúde. Sobre o atendimento médico durante a pandemia, Macinlo et al. (2020) relatam que adultos mais velhos e pessoas com doenças crônicas podem sofrer mais com os sintomas da COVID-19, eles verificaram que mulheres com alta escolaridade, da região Sul teriam maior probabilidade de cancelarem atendimento e cirurgia por se preocuparem mais com medidas preventivas e de isolamento.

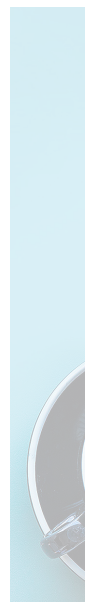
Outro destaque foi a prevalência de estados das regiões Sul e Sudeste em um grupo e Norte, Nordeste e Centro-Oeste em outro grupo homogêneo entre si, o que evidencia uma dualidade regional do Brasil. Bezerra et al (2020) apresentam dados de enfrentamento à COVID-19, eles destacam que regiões sul e sudestes tendem a apresentar melhores índices de infraestrutura de saúde.

Conclusão

O comportamento da pandemia não foi estático nos estados do Brasil. Com base nas características observadas e destacadas no trabalho, foi possível perceber como alguns grupos estavam mais próximos a um padrão de infectados por COVID-19 do que em outros estados brasileiros e que essas características mudaram com os meses e afetaram diferentes grupos e estados.

Quando todas as características são levadas em consideração, dois grupos se formam e estados presentes nas regiões sul e sudeste tiveram a tendência a pertencer ao mesmo grupo, assim como norte, nordeste e centro-oeste estiveram mais presentes em outro grupo heterogêneo com elementos homogêneos.

Este capítulo tentou verificar um padrão de comportamento da COVID-19 entre estados, conforme características observáveis. Mas apresenta limitações do método não conseguir abarcar características não observáveis. Pela análise não contemplar cada município, por



exemplo, como objeto e sim estados. Cada município pode ter uma dinâmica diferente e não corresponder exatamente à tendência da unidade da federação. Outra importante limitação é que o trabalho não necessariamente apresenta relações causais.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O Trabalho Sob Fogo Cruzado**. Boitempo: São Paulo, 2020.
- BEZERRA, Évilly Carine Dias; SANTOS, Priscila Soares dos; LISBINSKI, Fernanda Cigainski; DIAS, Lázaro Cezar. Análise espacial das condições de enfrentamento à COVID-19: uma proposta de Índice da Infraestrutura da Saúde do Brasil. **Ciência Saúde Coletiva** [periódico na internet] (2020/Set). Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/analise-espacial-das-condicoes-de-enfrentamento-a-covid19-uma-proposta-de-indice-da-infraestrutura-da-saude-do-brasil/17776>>. Acesso em: 9 out. 2020.
- BIAGIOTTI, Daniel; et al. Caracterização fenotípica de ovinos da raça Santa Inês no Estado do Piauí. **Rev. Bras. Saúde Prod. Anim.**, v. 14, n.1, p. 29-42, jan./mar. 2013.
- CARVALHO, Laura. **Curto-Circuito: O Vírus e a Volta do Estado**. Todavia: São Paulo, 2020.
- CAVALCANTI, Gabriella da Silva. Análise de sobrevivência dos infectados pela COVID-19 no estado do Rio Grande do Norte. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2020.
- GOOGLE. **COVID-19**: relatórios de mobilidade da comunidade. Disponível em: <<https://www.google.com/covid19/mobility/>>. Acesso em: 27 outubro 2020.
- IBGE. **PNAD COVID-19**. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 29 outubro 2020.
- MACINKO, James et al. Procura por atendimento médico devido a sintomas relacionados à COVID-19 e cancelamento de consultas médicas em função da epidemia entre adultos brasileiros mais velhos: iniciativa ELSI-COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, sup. 3:e00181920, 2020.
- MCKIBBIN, Warwick; FERNANDO, Roshen. The economic impact of COVID-19. In: **Economics in the Time of COVID-19**, v. 45, 2020.
- MEYER, Andréia da Silva. **Comparação de coeficientes de similaridade usados em análises de agrupamento com dados de marcadores**

moleculares dominantes. Piracicaba, 2002. Dissertação (mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2002.

MINGOTI, Sueli A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada:** uma abordagem aplicada. Editora UFMG, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Vigilância em Saúde.** Disponível em: <<http://plataforma.saude.gov.br/>>. Acesso em: 27 outubro 2020.

OMS. **Painel do OMS doença do coronavírus (COVID-19).** Disponível em: <<https://covid19.who.int/table>>. Acesso em: 10 out. 2020.

OZILI, Peterson K.; ARUN, Thankom. Spillover of COVID-19: impact on the Global Economy. **Available at SSRN 3562570**, 2020.

POCHMANN, Marcio; GUERRA, Alexandre. **Piauí:** Trajetória e Transição Econômica. CEPRO: Teresina, 2019.

SCHAEFER, Bruno Marques; RESENDE, Roberta Carnelos; EPITÁCIO, Sara de Sousa Fernandes; ALEIXO, Mariah Torres. Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Editora Schwarcz: São Paulo, 2020.

SIGG, Christian D.; BUHMANN, Joachim M. 2008. Expectation-maximization for sparse and non-negative PCA. **In:** Proceedings of the 25th international conference on Machine learning (ICML '08). Association for Computing Machinery, New York, 2008.

SODRÉ, Francis. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

SUZUKI, Ryota; SHIMODAIRA, Hidetoshi. **Pvclust.** Osaka: Osaka University, 2014.

VARELLA, Carlos Alberto Alves. **Análise de agrupamento.** UFRRJ, 2010.

CAPÍTULO 10:

COVID-19, QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O MERCADO DE TRABALHO: DIAGNÓSTICO (QUASE) SEM PROGNÓSTICO

Nossa descoberta dos meios de economizar o uso do trabalho ultrapassa o ritmo no qual podemos encontrar novos usos para o trabalho (KEYNES, 1931).

Juliano Vargas

Introdução

A 4RI está em pleno curso e suas rápidas transformações tecnológicas impactarão expressivamente a ordem econômica e social como um todo, apresentando-se para a humanidade como um dos maiores desafios do século XXI, em termos de desafios e de oportunidades. A disrupção mais visível causada por essa mudança estrutural recairá sobre o mundo do trabalho, em um ambiente de incerteza⁴³ por conta dos rebatimentos da crise econômico-financeira eclodida em 2008. Nesse contexto, o Brasil não apresenta uma estratégia definida para o enfrentamento dessa realidade. Neste ínterim, a pandemia do COVID-19 aprofundará e alargará a 4RI.

Isto posto, o capítulo em tela examina o avanço da 4RI e seus impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro, contextualizado à pandemia de Covid-19. Parte-se do princípio de que o debate da 4RI e suas várias nuances, embora seja dos mais atuais, é incipiente no Brasil. Além disso, a parca bibliografia que propõe articular as relações entre a 4RI e o mercado de trabalho brasileiro não o faz nos moldes propostos

43 Utiliza-se neste artigo a visão de incerteza proposta por Minsky (1996, p. 360), expressa da seguinte forma: *“uncertainty (or unsureness) is a deep property of decentralized systems in which a myriad of independent agents make decisions whose impacts are aggregated into outcomes that emerge over a range of tomorrows”*.



neste ensaio, com que se julga oportuno ensejar esse debate e, ao mesmo tempo, cobrir este déficit da literatura econômica. Metodologicamente, adota-se uma abordagem teórica de cunho econômico heterodoxo (mormente dentro dos pressupostos da Escola Pós-Keynesiana), alicerçado por fontes bibliográficas secundárias.

Além dessa introdução e das considerações finais, o capítulo está dividido em quatro seções. Na segunda, são apresentados os principais conceitos e implicações da 4RI. Na terceira, será discutido como a 4RI afetará o mercado de trabalho em geral e o brasileiro em particular. Na quarta, são examinados os desafios e as possibilidades que se apresentam para uma inserção profícua do mercado de trabalho brasileiro no contexto da 4RI e como o Brasil deve atuar para viabilizar tal inserção, contextualizado ao “novo normal” oriundo da pandemia do Novo Coronavírus.

A Quarta Revolução Industrial: Uma Mudança Estrutural em Pleno Curso

A expressão “quarta revolução industrial” ecoou mundialmente a partir do encontro *Hannover Fair 2011*, por conta do lançamento do programa *High-Tech Strategy 2020* de indústria 4.0 do governo alemão, que tem por objetivo principal estabelecer esse país na vanguarda da mudança de paradigma tecno-industrial em pleno curso⁴⁴. A indústria 4.0 diz respeito às *smart factories*, mediante descentralização e digitalização dos processos produtivos, com que sistemas ciberfísicos – caracterizados pela estreita união e coordenação entre recursos físicos

44 Cabe ressaltar que há uma política de Estado por detrás desse fenômeno, denotando uma estratégia deliberada para a inserção produtiva da Alemanha no contexto da 4RI. Outros governos têm delineado políticas semelhantes, tais como: Austrália (*National Industry Investment and Competitiveness Agenda*, 2014), China (*Made in China 2025 Initiative*), Coreia do Sul (*Action Plan for implementing its 3rd S&T Plan*, 2015), Estados Unidos (*Strategy for American Innovation*, 2015), Índia (*Make in India*, 2014), Japão (*5th S&T Basic Plan*, 2016), Reino Unido (*UK Productivity Plan*, 2015), etc (OECD Publishing, 2016). O governo brasileiro, por sua vez, lançou a “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019” (Encti, 2016), a qual será oportunamente discutida na seção 4.

e computacionais – executam tarefas e trocam informações de forma autônoma (*THE FEDERAL GOVERNMENT OF GERMANY*, 2011; KAGERMANN, WAHLSTER & HELBIG, 2013).

Desse espectro ampliado emerge a 4RI, que nas palavras de Schwab (2016a, p. 14-21) é caracterizada “*by a fusion of technologies that is blurring the lines between the physical, digital, and biological spheres*”. De acordo com esse autor, elementos destacados dessa realidade são os avanços tecnológicos em áreas como robótica, nanotecnologia, criptomoeda (moeda digital), inteligência artificial, *big data*, *cloud computing*, *internet* das coisas e impressão 3D. Nesse sentido, a 4RI é diferente dos paradigmas industriais anteriores, conforme observado no quadro 1.

Quadro 1 – Comparação entre os paradigmas industriais

Paradigma Industrial	Período	Mudança tecnológica	Estrutura Produtiva
1RI	Meados do século XVIII	Produção mecânica (via água e carvão)	Tear mecânico, máquinas a vapor
2RI	Entre o final do século XIX e o início do século XX	Eletricidade e petróleo	Linha de montagem
3RI	Início da década de 1970	Automação	Eletrônica, tecnologia da informação e comunicação
4RI	Atualidade	Digitalização	ciberfísica

Fonte: adaptado de GTAI (2014) e Schwab (2016a).

Apesar de não haver consenso se esses avanços podem ser considerados uma 4RI ou uma aceleração da 3RI, certo é que as mudanças tecnológicas gerarão impactos expressivos sobre a ordem econômica e social como um todo, apresentando-se para a humanidade como um dos maiores desafios do século XXI. Sobre essa questão, Schwab (2016a, p. 1) afirma que de fato essa é uma revolução que “*entails nothing less than a transformation of humankind*”



Rifkin (2015, p. 11) aponta que esse processo levará a substituição do sistema capitalista por um novo modelo socioeconômico, “*better suited to organize a society in which more and more goods and services are nearly free*”. O autor prevê que em um futuro não muito distante o conjunto de rápidas transformações tecnológicas em curso diminuirá a quase zero o custo marginal de produção, o que desencadeará um impacto sistêmico na economia e na sociedade como a conhecemos. Na sua visão, a economia capitalista atual tende progressivamente a dar espaço à economia do compartilhamento e dos bens comuns colaborativos, abrindo espaço para uma sociedade mais cooperativa.

Os efeitos da 4RI para todos os agentes socioeconômicos apresentam enorme potencial de melhorar as condições de vida em geral, proporcionais, todavia, aos riscos no que se refere à sua piora. Como escrito por Davis (2016, *não paginado*), “*every period of upheaval has winners and losers. And the technologies and systems involved in this latest revolution mean that individuals and groups could win – or lose – a lot*”. O autor afirma que o fato desta revolução estar no seu início torna impreciso seu impacto, mas assinala três grandes aspectos a se atentar: segurança, identidade e desigualdade.

Quanto à segurança, os perigos são de fragmentação, segregação e inquietação social, que podem levar de extremismos violentos à transferência de poder para atores não estatais espúrios (ver *Global Risk Report 2016 – WEF*, 2016b). No que tange à identidade, o paradoxo é que ao mesmo tempo em que a expansão da conectividade possibilita acessar diferentes visões de mundo e aumentar a interação entre pessoas e grupos, pode elevar fortemente o nível de polarização e de tensão social. Já a desigualdade, que tem crescido desde o último quartel do século XX – como demonstrado, por exemplo, por Piketty (2013) – pode se acentuar consideravelmente entre os que terão ou não capacidade de comprar, acessar e disfrutar das inovações tecnológicas (DAVIS, 2016).

As discussões sobre a 4RI até o momento estão majoritariamente circunscritas às análises sobre seus impactos e desafios nos países

avançados, mas é imperioso pensar esse tema no âmbito dos países em desenvolvimento. Nestes, é comum a não conclusão da 3RI ou até mesmo da 2RI. Entretanto, eles inevitavelmente serão apanhados pelas tendências socioeconômicas decorrentes da mudança estrutural em curso.

Segundo Schwab (2016b), as disparidades entre economias em desenvolvimento diminuíram substancialmente nos últimos decênios, mas cabe refletir se a 4RI será aproveitada para aprofundá-lo ou reverterá esse processo. O desafio do conjunto das nações em conformar um arranjo institucional que não rompa com essa dinâmica é fundamental para mitigar os riscos de instabilidade geopolítica mundial. O maior risco em um contexto de produção com custo marginal muito baixo – poupador de mão de obra – é o rápido movimento de transferência das fabricantes mundiais para as economias avançadas, já que os salários podem deixar de ser um fator de competitividade entre empresas.

Isso levará a importantes impactos para a economia global e a organização do mundo do trabalho. Imporá aos países emergentes – caso do Brasil – repensar suas estratégias e modelos de desenvolvimento. A maior ameaça socioeconômica que a 4RI poderia causar é “uma dinâmica de jogadas do tipo ‘tudo ao vencedor’ entre países, bem como dentro deles” (SCHWAB, 2016b, p. 53), gerando globalmente demanda insuficiente por trabalho ou pelas competências laborais disponíveis.

Mercado de Trabalho 4.0: A Justaposição de Mudanças Estruturais

Em consonância com o apresentado na seção anterior, para o “*The Future of Jobs Report*” (WEF, 2016a) a disrupção mais visível causada pela mudança estrutural em pleno curso recairá sobre o mundo do trabalho. À medida que a 4RI avançar, a produção tenderá a incorporar cada vez mais a ciberfísica, com que as vantagens



comparativas da oferta de trabalho humana – ao menos as dos moldes convencionais – declinarão progressivamente.

Muitas atividades laborais hoje existentes perderão relevância e/ou serão extintas. Calculou-se (antes de qualquer sinal do contexto pandêmico) que entre 2015 e 2020 se extinguiriam 7,1 milhões de empregos (especialmente os relativos às rotinas administrativas, mas também na produção) ao passo que seriam criados aproximadamente 2 milhões de novos empregos (sobretudo em áreas correlatas à matemática, arquitetura, engenharia e computação); o saldo líquido será a eliminação mais de cinco milhões de postos de trabalho. O referido relatório estima que 65% das crianças entrantes atualmente na escola primária trabalharão em atividades que ainda não existem⁴⁵. Conclui que dos países/regiões avançados e em desenvolvimento, principalmente 15 deles serão mais atingidos pela 4RI, dentre os quais figura na quinta posição o Brasil⁴⁶ (WEF, 2016a).

Já na 104ª Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2015), dedicada à discussão do futuro do trabalho, asseverou-se que a 4RI pode aprofundar uma situação paradoxal, de extraordinários avanços na capacidade produtiva mundial com exclusão socioeconômica em larga escala.

Essa mudança estrutural do paradigma produtivo ocorre simultaneamente aos rebatimentos da crise econômico-financeira eclodida em 2008, que desempregou desde então cerca de duzentos milhões de cidadãos. Considerando que, demograficamente, em torno de quarenta milhões de pessoas ingressam no mercado de trabalho anualmente, calcula-se que até 2030 a economia mundial precisará criar aproximadamente seiscentos milhões de novos postos de trabalho – em sua maioria nas economias em desenvolvimento – caso pretenda

45 Frey & Osborne (2013) desenvolveram um estudo econométrico apontando que 47% das profissões existentes em 2010 no mercado de trabalho dos Estados Unidos estavam sob risco, o que significava que suas funções poderiam ser informatizadas nos próximos dez ou vinte anos.

46 Os outros quatorze países/regiões são, em ordem alfabética: ASEAN, África do Sul, Alemanha, Austrália, China, Estados Unidos, França, GCC, Índia, Itália, Japão, México, Turquia e Reino Unido (WEF, 2016a).

equalizar essa questão de forma inclusiva. É preciso também considerar como agravante o fato de que metade da população mundial atua na economia informal – proporção que tem majorado inclusive nos países avançados – e que as maiores barreiras ao trabalho decente⁴⁷ se impõem aos cidadãos mais pobres, jovens, mulheres e idosos (ILO⁴⁸, 2015)

A OIT constata também que “*the prospect of a single job for a working life has become outdated in today’s world of work*” (ILO, 2015, p. 10), sendo o trabalho crescentemente incorporado ao processo “*on-demand*”. Destarte, a pergunta imediata a ser feita quando se fala no futuro do mundo do trabalho é de onde virão e como serão os empregos. Esta questão está diretamente relacionada à pandemia da COVID-19 e à quarta revolução industrial, pois suas respostas levam à consideração de que os instrumentos institucionais e políticos atualmente à disposição dos formuladores de políticas nacionais e internacionais não foram suficientes para gerar nem os empregos necessários, nem para fazer frente às demandas da crise sanitária (já que as nações atrasaram e titubearam em demasia em dar respostas eficientes e eficazes).

No tocante ao mercado de trabalho brasileiro, a promoção pela OIT⁴⁹ – em conjunto com o governo, empregadores e trabalhadores – dos chamados “Diálogos Nacionais Sobre o Futuro do Trabalho” (OIT, 2016a, 2016b) tem analisado os impactos da 4RI na organização

47 O conceito de trabalho decente (*decent work*) consta no documento elaborado pela OIT na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, que o define expressamente como o eixo central para onde convergem os quatro objetivos estratégicos da instituição: *i) promote and realize standards and fundamental principles and rights at work; ii) create greater opportunities for women and men to decent employment and income; iii) enhance the coverage and effectiveness of social protection for all; iv) strengthen tripartism and social dialogue* (ILO, 2002, não paginado).

48 A sigla OIT (Organização Internacional do Trabalho ou *Oficina Internacional del Trabajo*) tem o mesmo significado da sigla ILO (*International Labour Organization*), sendo apenas feita a distinção entre idiomas. Assim, manteve-se o formato original da fonte nas referências.

49 O Brasil é um dos membros fundadores da OIT (instituída em 1919), o que implica ao país manter-se alinhado com as diretrizes gerais e ratificar um grande número de convenções e recomendações dessa organização internacional. De acordo com material disponibilizado pela OIT (2017), o Brasil ratificou 78 das 189 convenções propostas pela instituição.



do trabalho e da produção no país. Corroborando em geral com as análises anteriores, estes encontros acrescentaram a preocupação de que especialmente no Brasil as projeções para o futuro coloquem em risco a centralidade do trabalho como motor do desenvolvimento e também de que há o temor de que haja um determinismo tecnológico em um momento em que grande parcela da sociedade brasileira ainda não tem acesso à tecnologia.

Também relevante é o receio de que a cadeia global de produção assole o conhecimento específico, a identidade dos trabalhadores e os laços de solidariedade dentro dessa classe. Ademais, suscitaram-se os riscos da 4RI em diminuir a capacidade de estimular modelos de desenvolvimento combinados com equidade social⁵⁰, o que pode limitar a construção de um modelo de desenvolvimento com soberania nacional, que leve em conta a inclusão dos cidadãos e o trabalho decente. Todas essas questões estão associadas ao aprofundamento da inserção brasileira no capitalismo global interdependente, sobretudo no que tange às cadeias globais de valor e o contexto de crescente financeirização da economia. Suas consequências para o mercado de trabalho não são claras, em especial para os trabalhadores brasileiros mais vulneráveis (OIT, 2016a).

Outras preocupações que permearam os “Diálogos Nacionais Sobre o Futuro do Trabalho” (OIT, 2016a, 2016b) – diretamente vinculadas ao avanço da 4RI – dizem respeito, *inter alia*, às questões relacionadas à economia informal, à renda, à produtividade do trabalho, ao investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e competitividade. A próxima seção será dedicada à análise encadeada desses aspectos específicos e das suas relações com a 4RI e com o mercado de trabalho brasileiro pós-2008, ressaltando também suas tendências.

50 A questão da equidade, que engloba a melhoria das condições de trabalho e de vida, figura no centro do debate sobre o desenvolvimento socioeconômico sustentável da CEPAL, integrando progressivamente sua agenda de integração latino-americana, inclusive no que se refere à 4RI. Ver CEPAL (2015, 2016).

4RI e Mercado de Trabalho Brasileiro no Contexto da Covid-19: Desafios e Oportunidades

Conforme dito na introdução deste ensaio, a pandemia da COVID-19 aprofundará e alargará a 4RI. Aprofundará, pois a 4RI é um processo oficialmente iniciado em 2011 (na Alemanha, como visto) decorrente da compressão das taxas de lucro derivadas da eclosão da crise econômico-financeira de 2008, em uma tentativa de as recuperar e manter via incorporação de novas tecnologias (comum historicamente quando há crise no sistema capitalista, em especial se for sistêmica). Alargará, na medida em que vai abarcar progressivamente mais esferas da vida social e econômica.

O período pandêmico e o necessário distanciamento social aprofundarão e acelerarão, dentre outros: i) a “uberização” das relações laborais, com tarefas executadas e remuneradas conforme demanda via plataformas digitais, em geral sem qualquer tipo de responsabilidade ou obrigação em relação aos “parceiros cadastrados”; ii) o *home office*, com trabalho remoto e/ou teletrabalho, também sob restrições à aplicação da legislação trabalhista.

Neste contexto, o mercado de trabalho brasileiro apresenta grandes desafios e também promissoras oportunidades no contexto da 4RI. O primeiro desafio está diretamente relacionado a uma transformação estrutural visando o *catching up* tecnológico, com que apenas as políticas econômicas convencionais serão insuficientes para fazê-lo. Se esse processo ocorrer, será necessariamente em um ambiente mais incerto – num mundo de globalização e financeirização – em que a informação, a competência para agregar valor e a integração econômica são os carros-chefes do desenvolvimento. Para tal, urge o Brasil acelerar o passo no fomento quantitativo e qualitativo do conhecimento.

Para além do *catching up* tecnológico, o engendramento de um círculo virtuoso entre a 4RI e o mercado de trabalho brasileiro no país exigirá: i) no plano interno: a consecução de uma agenda (re) estruturante do mercado de trabalho brasileiro, especialmente no tocante aos aprimoramentos institucionais na seara trabalhista e ao



aprofundamento do diálogo tripartite (Estado, mercado e sociedade civil), de caráter social e político ativo; ii) no plano externo: dentre os inúmeros aspectos nos quais o Brasil precisa avançar (comércio exterior, internacionalização de empresas, intercâmbio profissional e intelectual, investimentos diretos estrangeiros, *etc.*), considera-se como o mais importante seu progressivo envolvimento nas diversas agendas de desenvolvimento internacionais e regionais – sem, no entanto, abrir mão de sua autonomia –, tanto no campo do trabalho quanto na área socioeconômica (como as da OIT e da CEPAL, por exemplo). É justamente no espírito dessas agendas que devem ser promovidas as mudanças estruturais sugeridas no plano interno.

Diante das circunstâncias, é imperiosa a implementação de estratégias nacionais (adaptadas à realidade brasileira e às suas especificidades) que possibilitem superar os problemas conjunturais de curto prazo e estruturais de longo prazo. Mais do que o deter as rédeas de seu destino, deve-se ter claro o que fazer com elas. Daí é valer-se das possibilidades concretas que o Brasil dispõe, reconhecidas mundialmente: seu grande mercado interno, seu potencial no que diz respeito ao meio ambiente, energias renováveis, agricultura e correlatos. Essas características do Brasil necessitam ser mais bem aproveitadas, inclusive no sentido de tornarem-se propulsoras dos empregos do futuro para o mercado de trabalho brasileiro. Esse caminho tende a viabilizar o desenvolvimento socioeconômico sustentado com equidade e em associação estreita com a tecnologia.

As decisões tomadas neste início de século XXI terão papel decisivo em nosso modo de vida e de produção. Neste momento em que paira a ameaça de uma nova era de precarização do trabalho no mundo em geral e no Brasil em particular por conta da justaposição dos efeitos da pandemia de COVID-19 com a quarta revolução industrial em curso, numa espécie de diagnóstico (quase) sem prognóstico, deve-se agir para construir um novo paradigma socioeconômico centrado no ser humano como alternativa para superar este desafio histórico.

Considerações Finais

O objetivo deste ensaio foi o exame do avanço da 4RI e seus impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro, contextualizado à pandemia de Covid-19. De modo geral, percebe-se que a economia e a sociedade global encontram-se numa encruzilhada. A 4RI apresenta enorme potencial de melhorar as condições de vida em geral, proporcionais, todavia, aos riscos no que se refere a sua piora. Cabe refletir como se deseja que tal mudança estrutural seja conduzida, especialmente no tocante às relações entre as economias avançadas e em desenvolvimento. É essencial implementar ações críveis para mitigar os efeitos potencialmente danosos de ambas.

A 4RI impactará fortemente a organização do mundo do trabalho. Imporá aos países emergentes – caso do Brasil – repensar suas estratégias e modelos de desenvolvimento. A maior ameaça socioeconômica da 4RI nessa seara é gerar uma demanda insuficiente por trabalho ou pelas competências laborais disponíveis, ameaçando jogar milhões de trabalhadores no desemprego estrutural e/ou precário.

À medida que a 4RI avançar, a produção tenderá a incorporar cada vez mais a ciberfísica, com que as vantagens comparativas da oferta de trabalho humana – ao menos as dos moldes convencionais – declinarão progressivamente. Mais grave é que essa mudança estrutural do paradigma produtivo ocorre simultaneamente aos rebatimentos da crise econômico-financeira eclodida em 2008 e, conjunturalmente, em meio à pandemia do Novo Coronavírus.

Quanto ao mercado de trabalho brasileiro, as maiores preocupações são de que se coloque em risco a centralidade do trabalho como motor do desenvolvimento e de que haja um determinismo tecnológico em um momento em que grande parcela da sociedade brasileira ainda não tem acesso à tecnologia. Também relevante é o receio de que a cadeia global de produção assole o conhecimento específico, a identidade dos trabalhadores e os laços de solidariedade dentro dessa classe. Ademais, suscitaram-se os riscos da 4RI em diminuir a capacidade de estimular modelos de desenvolvimento



combinados com equidade social, o que pode limitar a construção de um modelo de desenvolvimento com soberania nacional, que leve em conta a inclusão dos cidadãos e o trabalho decente. Todas essas questões estão associadas ao aprofundamento da inserção brasileira no capitalismo global interdependente, sobretudo no que tange às cadeias globais de valor e ao contexto de crescente financeirização da economia.

Resta evidente que o mercado de trabalho brasileiro apresenta grandes desafios, mas também promissoras oportunidades no contexto da 4RI. Para além do processo de *catching up* tecnológico, engendrar um círculo virtuoso entre a 4RI e o mercado de trabalho brasileiro exigirá uma combinação do aprimoramento institucional e do diálogo tripartite no plano interno (de caráter social e político ativo) com a simultânea imersão do Brasil nas agendas de desenvolvimento internacionais e regionais no plano externo. Isso favorecerá o melhor aproveitamento das possibilidades de que o país dispõe, reconhecidas mundialmente, caminho que tende a viabilizar o desenvolvimento socioeconômico sustentável com equidade e em associação estreita da tecnologia com o mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, urge a atenção dos formuladores de política econômica no Brasil para tais questões.

Reconhece-se que para que uma mudança estrutural no mercado de trabalho brasileiro nessa direção se concretize há que se arquitetar maior sinergia com as economias avançadas e para isso acontecer não será suficiente apenas a disposição do Brasil em promover as adequações e transformações necessárias, dadas as condições atuais bastante assimétricas em termos de competitividade internacional. Para contemplar esse objetivo será preciso aperfeiçoar progressivamente a regulação e a governança global (do trabalho) e também maior *social and political power* do Brasil no conserto das nações.

Retomando a epígrafe de John Maynard Keynes enunciada no início desse artigo, a história mostrou que dentre os tantos acertos em sua análise da economia e da sociedade, num quesito da relação capital-trabalho seu diagnóstico para o século XX foi equivocado: a tecnologia, apesar dos percalços inevitáveis que suscitou, no longo

prazo criou mais empregos do que destruiu e também incrementou os níveis de vida em geral. Oxalá chegue-se futuramente à mesma conclusão alentadora sobre os desdobramentos desse debate que emerge com toda a seiva neste início de século XXI. O Novo Coronavírus e seus muitos desdobramentos surgem como uma espécie de apelo à consciência neste cenário.

Referências

- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019**. Brasília: Encti, 2016.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Agenda Digital para América Latina y el Caribe (ELAC2018). **In:** Quinta Conferencia Ministerial sobre la Sociedad de la Información de América Latina y el Caribe. Ciudad de México, 5 a 7 de agosto de 2015.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Horizontes 2030: la igualdad en el centro del desarrollo sostenible. **In:** Trigésimo sexto período de sesiones de la CEPAL. Ciudad de México, 23 a 27 de mayo de 2016.
- DAVIS, N. **What is the fourth industrial revolution?** World Economic Forum, Switzerland, 2016.
- FREY, B. F.; OSBORNE, M. A. **The future of employment:** how susceptible are jobs to computerisation? OMS Working Papers, September 18, 2013. Disponível em: <http://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2020.
- GERMANY TRADE & INVESTMENT [GTAI]. **Industrie 4.0:** Smart manufacturing for the future. Berlim: GTAI, 2014. Disponível em: <http://www.gtai.de/GTAI/Content/EN/Invest/_SharedDocs/Downloads/GTAI/Brochures/Industries/industrie4.0-smart-manufacturing-for-the-future-en.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2020.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **90th Session of the International Labour Conference**. Report VI, Decent work and the informal economy. Geneva: ILO, June 2002.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **The future of work centenary initiative**. International Labour Conference, 104th Session, Report I, Geneva: ILO, 2015.

KAGERMANN, H., WAHLSTER, W. & HELBIG, J. **Securing the future of German manufacturing industry: Recommendations for implementing the strategic initiative INDUSTRIE 4.0** (Final report of the Industrie 4.0 Working Group). ACATECH – National Academy of Science and Engineering, April, 2013. Disponível em: <http://www.acatech.de/fileadmin/user_upload/Baumstruktur_nach_Website/Acatech/root/de/Material_fuer_Sonderseiten/Industrie_4.0/Final_report__Industrie_4.0_accessible.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

KEYNES, J. M. **Economic possibilities for our grandchildren**. *Essays in persuasion*, Harcourt Brace, 1931.

MINSKY, H. P. *Uncertainty and the Institutional Structure of Capitalist Economies: Remarks Upon Receiving the Veblen-Commons Award*. **Journal of Economic Issues**, v. XXX, n. 2, p. 357-368, June 1996.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenções ratificadas pelo Brasil**. Brasília: OIT, 2017. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/convention>>. Acesso em: 26 de outubro de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Primeiro Diálogo Nacional Sobre o Futuro do Trabalho**. Brasília: OIT, 2016a.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Segundo e Terceiro Diálogos Nacionais Sobre o Futuro do Trabalho**. Brasília: OIT, 2016b.

PIKETTY, T. **Le Capital au XXIeme Siècle**. *Éditions de Seuil: Paris, France*, 2013.

RIFKIN, J. **The zero marginal cost society: the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism**. Palgrave Macmillan, New York, 2015.

SCHWAB, K. **The fourth industrial revolution**. *World Economic Forum, Switzerland*, 2016a.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. Edipro: São Paulo, 2016b.

THE FEDERAL GOVERNMENT OF GERMANY. **The new High-Tech Strategy Innovations for Germany**. *Federal Ministry of Education and Research*, 2011. Disponível em: <https://www.bmbf.de/pub/HTS_Broschuere_eng.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2017.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **The Future of Jobs: Employment, Skills and Workforce Strategy for the Fourth Industrial Revolution**. *World Economic Forum, Switzerland*, 2016a.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **The Global Risks Report 2016**. *11th Ed. World Economic Forum, Switzerland*, 2016b.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **The Global Competitiveness Report 2016/2017**. *World Economic Forum, Switzerland*, 2016c.

CAPÍTULO 11:

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA MARXISTA

Hulda Lorena Nascimento Sousa
Júlio César de Sousa Silva

Introdução

O ano de 2020 trouxe uma triste surpresa para todo o mundo. Uma nova espécie de Coronavírus – uma família de vírus respiratórios que podem não causar sintoma algum e/ou levar à morte do paciente – foi descoberta na China ainda em dezembro de 2019, apesar de somente em janeiro deste ano as primeiras vítimas começarem a desenvolver sintomas mais graves e virem a falecer. Àquela altura, ainda não se tinha ideia da dimensão que se tomaria nos próximos meses⁵¹, visto que é muito comum na China e em outras partes da Ásia de tempos em tempos ocorrerem novos surtos dos mais variados tipos de vírus, principalmente daqueles de origem em animais e que de alguma forma são transmitidos ao ser humano, aumentando, assim, a velocidade de contaminação, visto que este se infecta e transmite para outros através das gotículas das mucosas nasais e bucais infectadas.

Outro fator que fez com que no começo do contágio o Novo Coronavírus fosse subestimado se encontra na ideia de que anteriormente outros tipos de Coronavírus já tinham sido identificados e não causaram tantos danos à sociedade, é o exemplo da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), em 2003 e da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), de 2012. Porém, o Novo Coronavírus Sars-CoV-2, causador da doença batizada de COVID-19, é diferente

51 Na Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de fevereiro de 2020, a previsão de crescimento do PIB era de 2,6% e uma inflação de 3,28% a.a. (IPEA, 2020).

desses dois anteriores, na medida em que possui maior potencial de transmissão. O que no começo parecia somente mais um vírus sem grande potencial letal se mostrou a causa de problemas econômicos e sociais em todos os países do mundo e se dispõe a continuar provocando impactos os quais ainda serão sentidos por muito tempo.

Em razão do novo vírus e para garantir que o maior número possível de pessoas não o contrairia, a partir da declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março⁵², governos da grande maioria de países do globo tomaram a decisão de colocar em quarentena aqueles prestadores de serviços não essenciais à população, implicando no fechamento de empresas, perdas de postos de trabalho e consequente aumento exponencial do desemprego, pois a forma de prevenção básica de patologias virais desconhecidas, portanto sem medicamentos comprovadamente eficazes e muito menos vacinas, é a redução do nível de contato social, via distanciamento, isolamento e uso de máscaras.

A destruição dos postos de trabalho e a redução geral dos rendimentos trabalhistas resultante do fechamento de postos formais de emprego implicou na precarização geral do trabalho, principalmente entre as camadas mais baixas – Davis (2020), em um artigo de 16 de março, ainda no começo da pandemia, alertou que o vírus poderia ser mais letal em favelas da África e do sul da Ásia. Por correlação, no Brasil não poderia ocorrer de forma diferente.

Esta precarização não é algo que surgiu com a pandemia. Com o aumento do desemprego, as pessoas estão buscando principalmente os meios de trabalho mais modernos, em que o melhor exemplo são os aplicativos de entrega, os quais costumam trabalhar por mais tempo, obtendo menor renda e sem nenhum direito, como FGTS, horas extras, férias e descanso semanal remunerado. É vendida a tese de que o trabalhador, por vezes chamado de empreendedor “é o seu próprio chefe”.

Coincidentemente, o período em que o desemprego vem escalando no Brasil, a partir de 2015, é também o período em que os aplicativos de *delivery* e transportes também desembarcaram por aqui. Nestes

52 Para mais informações, recomenda-se: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>.

aplicativos, o trabalhador, chamado de “parceiro” e “empresário de si mesmo” (MORAES, OLIVEIRA e ACCORSI, 2019), cria uma conta no aplicativo e a cada entrega ou corrida paga um percentual à empresa. O parceiro, que usa seus próprios meios de trabalho – as “bags”, aquelas grandes mochilas de isopor utilizadas por eles, não são fornecidas pela empresa, ou seja, o próprio entregador tem que comprá-las – ademais, o meio de transporte utilizado para realizar a atividade, que muitas vezes o entregador não o possui tornando-se necessário mais um gasto adicional com o aluguel do veículo estando muito sujeito a se envolver em acidentes de trânsito e precisar de um hospital, cirurgia ou de um tratamento mais longo, pelo qual a empresa não se responsabiliza. Além disso, se ficar impossibilitado de trabalhar permanentemente ou no seu tempo de recuperação, não possui licença remunerada, já que a empresa não possui qualquer vínculo trabalhista com o entregador.

Segundo Antunes (2020), este cenário de recessão, caminhando para uma profunda depressão, será mais sentido pela classe trabalhadora que vive da precarização, do subemprego e do desemprego, nos quais a miserabilidade tende a aumentar devido a essas pessoas não terem cobertura trabalhista nem previdenciária.

A precarização do trabalho gera um fenômeno conhecido como uberização, termo derivado do nome do aplicativo Uber - mas que também pode ser aplicado às outras plataformas de serviços digitais que utilizem o mesmo *modus operandi* - enquanto torna cada vez mais bilionárias e valiosas as empresas pelas quais os entregadores são diariamente explorados, cada dia mais contribui para o aumento da desigualdade social e para a diminuição da renda das famílias dos entregadores.

A temática da precarização do trabalho não é recente e o fenômeno da uberização pode ser estudado a partir de uma visão teórica marxista. Apesar de Marx não utilizar o termo precarização, ainda assim ele consegue adentrar ao assunto. Isso se dá porque Marx traz à tona toda uma análise sobre a exploração da força de trabalho, que é proveniente e se torna desumana pela falta de leis que assegurem os direitos dos trabalhadores. Marx (1996) ao dizer que o capital é trabalho morto, que apenas se reanima como vampiro, chupando trabalho vivo (do

trabalhador), e que vive tanto mais quanto mais trabalho chupa, ele está mostrando que ante a lei do intercâmbio de mercadorias, quem ganha a luta entre direitos e direitos (direito do trabalhador sobre sua força de trabalho e do capitalista ao comprar essa força de trabalho) é o capital e que somente com a luta por melhorias é que o trabalhador poderia ter condições melhores de trabalho. Com isso, entende-se que a análise de Marx mostra o problema estrutural da precarização.

Este trabalho está dividido em introdução, desenvolvimento e considerações finais. Na introdução, estão descritos alguns conceitos e precedentes da crise que se instalou mundialmente servindo como um pontapé inicial para a discussão que se desenvolverá no restante do trabalho. O desenvolvimento está dividido em três tópicos: primeiramente será explicada a relação da teoria marxista com as consequências que a Covid-19 trouxe. Segundo, será explicada a diferença entre precariedade, precarização e uberização do trabalho. Finalmente, no terceiro serão detalhados os dados acerca do mercado de trabalho dos entregadores de aplicativos durante a pandemia. Nas considerações finais, serão descritas as conclusões dos autores a respeito do tema trabalhado, quais os impactos, de fato, a pandemia trouxe e como isso pode ser mitigado no curto e médio prazo.

Da Teoria Marxista do Século XIX à Uberização do Século XXI

A determinação de Marx em compreender os fatores basilares da composição do valor, deu-lhe capacidade para desenvolver toda uma teoria voltada à forma como o trabalhador é afetado devido às articulações burguesas em prol do lucro e em sua busca por seguridade na forma de leis trabalhistas.

O estudo do valor trabalho permite entender que o operário, ao se colocar como mercadoria ante o empregador, não está vendendo diretamente o seu trabalho, mas sim a sua força de trabalho. Ou seja, o empregador por um determinado período de tempo tem poder sobre a força de trabalho do empregado. É fato que nessa situação de compra



e venda, existe uma determinação de tempo limite que o empregador pode ter a força de trabalho do indivíduo ao seu dispor (MARX, 1996).

Além do esclarecimento desse ponto, é preciso ir ainda mais a fundo. Tendo o capitalista ao seu dispor a força de trabalho, e feito um acordo de pagamento baseado nas horas que serão trabalhadas, o empregado em sua jornada de trabalho não disporá de sua força somente para produzir o equivalente ao seu salário, mas produzirá além. Isso se deve ao fato de que, segundo Marx (1996), o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessário para sua reprodução, mas o uso dessa força só é limitado pela energia vital e força física do operário. Com isso, o que Marx quis dizer é que se o capitalista adquire a força de trabalho por 12h diárias, ainda que o trabalhador produza o equivalente ao seu salário em 6h, ele ainda continuará produzindo pelas próximas 6h que lhe restam, não gerando acréscimo em seu salário, visto que seu acordo não foi feito baseado em quantidade de mercadorias produzidas, mas em forma de força de trabalho que disporá por 12h. Dada essa compreensão, a mais-valia dar-se-á pela captação de um trabalho não pago ao assalariado.

Karl Marx ao tratar sobre a lei do intercâmbio, mostra que ante ao confronto, trabalhador e empregador, a luta já é ganha por parte do capital.

[...] a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada grandeza normal. Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide a força. (MARX, 1996 p. 349)

Nessa luta entre direitos, apesar de ambos (trabalhador e empregador) serem iguais ante a lei de intercâmbio, existem outros fatores que são importantes na imposição de um direito sobre outro. Apesar do trabalhador estar seguro de que a força de trabalho lhe pertence e que a pode barganhar, o empregador por sua vez dispõe ao seu favor daquilo que Marx chama de exército industrial de reserva. Esse exército industrial de reserva nada mais é que um regulador do

nível geral dos salários que impede que estes cresçam além daquilo que os capitalistas estejam dispostos a pagar, ou seja, ainda que o trabalhador se imponha para um aumento de salário, fica ao cargo do empregador decidir se aumenta ou se faz uso de seu exército industrial de reserva (MARX, 1996). Com isso, percebe-se então o quão importante se faz a existência de leis que assegurem os direitos trabalhistas.

A ausência destas leis agrava a exploração desumana. A situação que vigora atualmente vai ao encontro da mesma situação que Marx apresenta, uma apropriação da força de trabalho pelo capital não dispondo o trabalhador um salário condizente com o lhe seria equivalente a força despendida. Com a criação de novas formas de produção o que se vê são novas formas de trabalho, porém, em condições cada vez mais precárias. Os anos de luta em prol de leis que assegurassem o bem-estar do trabalhador estão ruindo, enquanto as leis de flexibilização tornam-se cada dia mais comuns (ANTUNES, 2011).

As metamorfoses no mundo do trabalho, tratadas por Antunes (2002), mostram os dois lados do capitalismo contemporâneo. Por um lado, temos a diminuição da classe operaria industrial tradicional e por outro uma expressiva expansão do trabalho assalariado no setor de serviços e subproletarização intensificada como a terceirização, trabalho temporário e outros tipos de trabalho.

Em momentos de crise, o desemprego é algo praticamente inevitável, e com isso o capital se vê diante da necessidade de criar novas formas de dar continuidade na extração de mais força de trabalho (SOUZA, 2020). É a partir daí, que a política econômica e a implementação de (contra)reformas vêm para favorecer o capital e crescer a precarização da força de trabalho.

Alain Bihr (1991, *apud* ANTUNES, 2002) diz que as diversas categorias de trabalhadores (trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados à economia informal e outras), têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais. E que a tendência é a diminuição do número de trabalhadores



permanentes e aumento contínuo da força de trabalho flexível que entra facilmente e tem custos reduzidos quanto à demissão.

A exemplo dessas colocações, durante a crise política de 2016 marcada pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff (2011-2016), a contrarreforma tornou-se prioridade (KREIN, 2018). Em 2017, a Lei 13.429/2017 foi aprovada, alterando consideravelmente a legislação trabalhista. O texto aprovado pela Câmara, denominado PLC 38/2017, resultou em uma flexibilização de direitos ligados às condições de trabalho como horas trabalhadas, redução das garantias relacionadas ao salário, férias, proteção às mulheres e medidas que facilitam a demissão (DIEESE, 2017).

A princípio a nova Lei é apresentada como tentativa de tirar milhares de cidadãos do trabalho informal, submetendo as formas de trabalho a meios legais. Mas a realidade é que por trás de palavras bonitas e bem colocadas o que ocorre é a regulamentação de condições de exploração subumanas, em que o trabalhador se submete a horas de desempenho de sua força de trabalho ante a um baixo salário e com leis que impossibilitem a garantia de direitos.

Nos quadros abaixo, são apresentadas as principais mudanças da reforma quanto a desconstrução dos direitos e fragilização das instituições públicas e sindicais, respectivamente.

Quadro 1 - Principais elementos da reforma trabalhista

EIXOS DA REFORMA	PRINCIPAIS MUDANÇAS
Flexibilidade nas Modalidades de Contratação	1. Liberalização da terceirização
	2. Novas modalidades de contratação: - ampliação do contrato temporário - ampliação do contrato parcial - contrato intermitente - teletrabalho
	3. Estímulo à contratação como autônomo e Pessoa Jurídica
	4. Facilidade para demitir
	5. Redução dos gastos com a demissão

“Despadronização” da Jornada	1. Flexibilidade da jornada:
	- Banco de horas
	- Compensação individual
	2. Extensão para todos os setores jornada 12 X 36
	3. Pausa amamentação será negociada
	4. Redução horário de almoço
	5. Não pagamento das horas in itinere
	6. Pagamento do horário produtivo
	7. Não pagamento de horas extras no home office
Remuneração Variável	1. Remuneração variável
	2. Redução de salários por meio de negociação coletiva
	3. Pagamento como não salário
	4. Descaracterização do salário
	5. Parcelamento dos pagamentos
Outros Aspectos das Condições de Trabalho	1. Permissão de mulheres grávidas ou lactantes trabalharem em ambiente insalubres
	2. Limpeza uniforme
	3. Fragilização da fiscalização

Fonte: Krein (2018, p. 91)

Quadro 2 - Fragilização das Instituições Públicas e dos Sindicatos

Fragilização do Sindicalismo	1. Prevalência do negociado sobre o legislado
	2. Negociação individual se sobrepõe à lei e aos Contratos coletivos (com renda superior a U\$ 3.000,00)
	3. Regulamentação da representação sindical do local de trabalho
	4. Fim das contribuições sindicais obrigatórias e resultantes da negociação coletiva
	5. Descentralização dos espaços de definição das regras
	6. Homologação deixa de ser assistida pelo sindicato

Esvaziamento da Justiça do Trabalho	1. Mecanismo de solução privada de conflitos
	2. Negociação direta da demissão
	3. Custos das perícias judiciais ao que prepõe a ação
	4. Limites ao TST em formular jurisprudências
Redução da Fiscalização	1. Estabelecimento de limites à fiscalização

Fonte: Krein (2018, p. 94)

Percebe-se, então, uma (des)regulamentação dos direitos trabalhistas diminuindo o poder do sindicato, dando espaço para máxima exploração do trabalhador e afetando a fiscalização contra fraude, visto que acordos entre as partes (empregador e empregado) estão previstos.

Com a crise da Covid-19, o que se vê é a queda histórica do número de ocupados e elevação da taxa de desemprego. Segundo dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2020), o Brasil, no 1º trimestre de 2017, tinha 88,6 milhões de ocupados e no 2º semestre de 2020, 83,3 milhões, uma queda de -10,7%. Visto que a crise de 2016 pressionou a contrarreforma até que ela ocorresse de forma rápida em 2017, o que se esperar no pós-crise da Covid-19? Visto que Marx diz que a luta do capitalista é a busca por mais valia e este é como “vampiro” que se alimenta dessa exploração (MARX, 1996), o Brasil está indo rumo a novas formas de “sugar” o trabalhador.

Precariedade, Precarização e Uberização

Partindo da análise etimológica das palavras, precariedade e precarização, ambas têm o conceito derivado do adjetivo precário, que significa “em péssimas condições, que não é suficiente, frágil e ausência total ou parcial de estabilidade” (Dicionário *online* de Português). Precariedade, por sua vez, é um substantivo que qualifica uma situação precária, ou “Característica do que é escasso, incerto, frágil”, segundo o Dicionário *online* de Português. Já precarização vem do verbo precarizar, que com a adição do sufixo -ção se torna um substantivo feminino. (SOUZA, 2020)

O termo uberização é novo, assim como a empresa que lhe serviu de origem: a Uber. Embora o termo não seja utilizado somente para tal plataforma, leva esta alcunha pelo fato de a empresa ser uma das primeiras⁵³ a trabalhar desta maneira. Segundo Antunes (2018), a uberização cria uma nova modalidade laborativa que gera uma “escravidão digital”.

Precariedade e precarização são para Alves (2007, p. 114), respectivamente a condição e o processo “que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho.” Forças políticas estas que são representadas pelos partidos políticos e sindicatos. Pereira (1998) afirma que estes exemplos de forças políticas dão uma voz crescente aos trabalhadores, mas que é um processo caótico porque os sindicatos maiores costumam conseguir melhores resultados para a categoria que representam, em detrimento dos menores.

De acordo com Alves (2013), o processo de precarização do trabalho é decorrente das constantes crises do sistema capitalista, quando se busca flexibilizar as relações trabalhistas, sociais e sindicais para construir novas condições para a exploração da força de trabalho e melhorar a estratégia de acumulação do capital. Kalleberg e Vallas (2018) também acreditam que a dessindicalização causa prejuízo a organização da classe trabalhadora.

Exemplificando o que disse Alves (2013) e Kalleberg e Vallas (2018), no Brasil em 2017 foi aprovada a Reforma Trabalhista (lei 13.467/17)⁵⁴ que trata da “modernização” das relações trabalhistas, nas palavras do então presidente da república e de parlamentares favoráveis, que é um eufemismo para uma maior flexibilidade da relação empregado-empregador, deixando um acordo – de horas de trabalho, por exemplo – entre essas partes prevalecer sobre o que diz a legislação, além de enfraquecimento de sindicatos, deixando os futuros embates judiciais mais propensos a serem vencidos pelo empregador (BRASIL, 2017).

Para Souza (2020), a precariedade do trabalho se inicia no momento em que as forças produtivas dos trabalhadores das gerações passadas

53 A empresa nasceu em 2009, nos EUA e chegou ao Brasil em 2014. (UBER, 2020).

54 A lei pode ser acessada no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm.



são privadas em favor de uma só classe: a dos proprietários capitalistas. E Alves (2007, p. 113) classifica como “uma condição socioestrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social.” Portanto, a precariedade do trabalho é algo inerente ao sistema capitalista.

Um dos frutos da precariedade, precarização e da uberização é o precariado, que segundo Alves (2013a), corresponde a uma parte da camada social proletariada composta de jovens e adultos bem escolarizados, geralmente com ensino superior, que estão inseridos em relações trabalhistas e sociais precárias. Isto é: o precariado não forma uma nova classe social, mas sim está inserida na classe já existente do proletariado. Nesse sentido, Alves (2013a) discorda de Standing (2011) quando este afirma que o precariado forma uma nova classe social – *dangerous class* – perigosa.

O precariado cresceu por causa de políticas e mudanças institucionais implantadas na era da globalização (1975-2008) em que empresas de países recentemente industrializados e com elevada oferta de mão de obra de baixo custo precisavam de práticas trabalhistas flexíveis, como é o caso da China. Para além disso, ainda há a terceirização da mão-de-obra surgindo como uma tendência (STANDING, 2011).

Utilizando mais uma vez um exemplo brasileiro, também em 2017, na gestão de Michel Temer, foi sancionada a lei de terceirização, que também trata de trabalho temporário (lei 13.429/2017)⁵⁵ (BRASIL, 2017a). Desde então, uma empresa pode contratar os serviços de outra empresa que seja especializada em agenciamento de pessoal para a prestação de serviços tanto relacionados a atividade-meio (o que já era permitido) quanto para a atividade-fim. Tratando de trabalho temporário o artigo 10 da referida lei deixa claro que entre o “empregado” (neste caso é mais adequado o termo *freelancer* ou em bom português o famoso “bico”) e a empresa não há qualquer vínculo empregatício, a principal faceta do trabalho precarizado.

55 A lei pode ser acessada no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm.

A precarização não é estática, ela pode ampliar-se ou reduzir-se. Esse movimento depende da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018).

O Retrato do Mercado de Trabalho dos Entregadores Durante a Pandemia

Desde 2017, a partir da lei 13.467/17 (BRASIL, 2017) a Remir Trabalho (Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista) vem demonstrando o aumento da precarização do trabalho no Brasil. E em tempos de pandemia não tem sido diferente. Os entregadores de aplicativos como Ifood (brasileira), Uber Eats (estadunidense), Rappi (colombiana) e Loggi (brasileira), bem como outras empresas similares de menor expressão no mercado nacional, têm trabalhado por mais tempo e sendo menos remunerados, e é possível que as empresas estejam diminuindo o valor da remuneração do trabalhador e aumentando seus lucros às custas deles (ABÍLIO *et al*, 2020).

Segundo o CFO⁵⁶ do Ifood, Diego Barreto (2020), em março houve 175 mil solicitações de inscrição para entregador no aplicativo ante 85 mil registradas em fevereiro. A pandemia impulsionou não somente o *delivery* de alimentos (já que decretos municipais e estaduais impediam o funcionamento de restaurantes, bares e lanchonetes como no “velho normal”, visto que geralmente são locais fechados e sem distanciamento) mas também o de farmácias e supermercados⁵⁷ (embora sem restrições de funcionamento, as pessoas estavam mais receosas de sair de casa no começo da pandemia), dois dos serviços mais essenciais num contexto de pandemia.

Na pesquisa⁵⁸ de Abílio *et al* (2020), foram abordados os temas jornada de trabalho e a remuneração recebida. Em se tratando da jornada de trabalho, 19,8% dos entrevistados relataram trabalhar

56 O diretor financeiro de uma empresa, abreviatura do inglês *Chief Financial Officer*.

57 Um aumento de 400% nos pedidos de produtos de limpeza, aí incluído o álcool em gel (BARRETO, 2020).

58 Pesquisa realizada entre 13 e 20 de abril de 2020 em 26 cidades do Brasil, mas concentrada em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Curitiba (ABÍLIO *et al*, 2020).



entre 09 e 10 horas por dia; o mesmo percentual para 11 a 12 horas diárias; 10,7% entre 13 e 14 e 6,0% mais de 15 horas. Nota-se que 56,3% dos entrevistados estão trabalhando acima do que trabalhariam caso fossem vinculados à CLT. Outro dado é o de dias trabalhados. 52% dos entrevistados informou trabalhar 7 dias por semana e 25,4% trabalham durante 6 dias, isto é, pode-se considerar que 77,4% trabalham ininterruptamente (ABILIO *et al*, 2020).

Relacionado à remuneração, 60,3% perceberam uma diminuição da sua receita em comparação ao período pré-pandemia. Os trabalhadores que ganhavam até R\$ 520,00 semanais (cerca de dois salários mínimos mensais) aumentaram, mas olhando para os que ganhavam mais que este valor, como os que ganhavam R\$ 1.040,00 semanais (cerca de quatro salários mínimos mensais), a redução foi de cerca de 70% (ABILIO *et al*, 2020).

A remuneração dos entregadores pode ser aumentada caso o consumidor opte no ato da entrega a oferecer uma gorjeta ao entregador. Tanto o Ifood como o Rappi observaram aumento na doação de gorjetas aos entregadores no início da pandemia. Dar gorjeta ao trabalhador não é algo ruim, pelo contrário. O problema está na transferência de responsabilidade da empresa para os consumidores, no que cerne à garantia de condições dignas, ou menos precárias de trabalho aos entregadores, a partir da defesa acrítica do uso de gorjetas como instrumento de incremento da renda.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) a pedido do Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT-SP) havia determinado que o Ifood realizasse o pagamento de um salário mínimo para os entregadores que integrassem o grupo de risco para a Covid-19 ou que estivessem com suspeita de infecção, porém a empresa recorreu e alguns dias depois o desembargador Sergio Jose Bueno Junqueira Machado revogou a decisão com o argumento que o Ifood não é um empregador comum, de acordo com a CLT (SÃO PAULO (Estado), 2020).

Frente às condições de trabalho já conhecidas e explanadas neste trabalho, um grupo de entregadores dos mais variados aplicativos

realizaram duas paralisações – chamadas de “breque dos apps”⁵⁹ realizadas nos dias 01º e 25 de julho – nas suas atividades reivindicando melhores condições de trabalho como aumento do valor pago a eles por corridas (alegam que com a entrada de novos entregadores o valor diminuiu), fim de bloqueios injustificados e seguros contra acidentes de trânsito. Segundo Galvão (2020), os entregadores estão descobrindo a falácia do discurso do empreendedorismo e mostrando que trabalhos supostamente autônomos e flexíveis não passam de uma ilusão. Souza (2020) chama este discurso de “canto da sereia”.

Considerações Finais

O conhecimento prévio dos efeitos do capital sobre a força do trabalho, baseados nas concepções de Marx possibilitou uma análise mais aprofundada quando se trata da precarização e os efeitos da Covid-19 nas relações de trabalho. Compreender termos como mais-valia e o trabalhador como mercadoria são de grande importância ao se tratar da flexibilização das leis trabalhistas, pois o que Marx evidenciou na sociedade no período em que escreveu sua teoria ainda vigora atualmente, e isso é notório quando vimos, em 2017, o engajamento do capital na reforma das leis trabalhistas. A partir disso, entendemos melhor as condições e possíveis consequências da crise sanitária.

No momento de crise mundial, o que se espera é a ação do capital em busca de novas formas de extrair mais valia, e para isso fazem uso de novas reformas trabalhistas visando minimizar a intervenção e burocracia do Estado e sindicatos. Com isso, entende-se que a curto prazo já é possível ver os efeitos negativos da crise no emprego, aprofundados cada vez mais pela precariedade e precarização do trabalho. Por isso, como disse Antunes (2018), é necessário mobilização e resistência da classe trabalhadora como um todo e não somente dos entregadores de aplicativos.

59 Mais informações acerca das manifestações podem ser buscadas no portal G1 no site <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/25/entregadores-de-aplicativos-fazem-manifestacao-em-sao-paulo.ghtml> ou no portal UOL no site <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/25/breque-dos-apps-no-sabado-e-menor-mas-protestos-ocorrem-nas-capitais.htm>.



A precariedade é agravada em cada uma das constantes crises do capitalismo e a crise da Covid-19 é uma dessas, mesmo tendo surgido como uma crise sanitária e não financeira como a de 2008. Segundo Fontes (2020), mesmo antes da pandemia já estávamos em crise, logo, não é possível afirmar que o foi o vírus a única causa do decréscimo dos países e do deterioramento das condições sociais principalmente dos mais pobres.

Referências

ABÍLIO, Ludmila. C.; ALMEIDA, Paula. F.; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana. C. M.; FONSECA, Vanessa. P.; KALIL, Renan. B.; MACHADO, Sidnei. **Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19**. São Paulo: REMIR, 2020. 11 p.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de Sociologia do Trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. O que é o precariado? Blog da Boitempo. Julho de 2013a. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>. Acesso em 18 set 2020

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 107, p. 405-419, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000319962&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 set. 2020

_____. **ADEUS AO TRABALHO? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BARRETO, Diego. Entrevista concedida ao Portal Terra. Gabriella Melo. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/numero-de-entregadores-de-aplicativo-cresce-apos-covid-19,a260720f923439424d686333ed8d32ee9arc7ofd.html> Acesso em: 19 set 2020.

BRASIL. **LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em 17 set 2020

_____. **LEI Nº 13.429, DE 31 DE MARÇO DE 2017a.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em 18 set 2020

DAVIS, Mike. **O coronavírus e a luta de classes: o monstro bate à nossa porta.** Blog da Boitempo. Março/2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/16/mike-davis-o-coronavirus-e-a-luta-de-classes-o-monstro-bate-a-nossa-porta/>. Acesso em 18 set 2020

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. Nota Técnica, [s. l.], n. 178, 1 maio 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

FONTES, Virgínia. Entrevista concedida ao ANDES. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1883/coronavirus-e-a-crise-do-capital-entrevista-com-virginia-fontes>. Acesso em 23 out 2020

GALVÃO, Andréia. **A greve, o breque, o trampo: a luta dos entregadores é a luta dos trabalhadores.** REMIR Trabalho. Julho de 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/blog/188-a-greve-o-breque-o-trampo-a-luta-do-entregadores-e-a-luta-dos-trabalhadores#_ftn1. Acesso em 20 set 2020

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. O impacto da Covid-19 no emprego. Análise IEDI, [s. l.], 6 ago. 2020. Disponível em: https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20200806_industria.html. Acesso em: 19 set. 2020.

IPEA - INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA APLICADA. **Carta de Conjuntura.** n. 46. Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/02/Boletim-expectativas-Fevereiro-IV.pdf>. Acesso em 17 set 2020.

KALLEBERG, A. L., & VALLAS, S. P. (Eds.). **Precarious Work. Book Series: Research in the Sociology of Work.** Bingley, England: Emerald Publishing, 2018.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo soc.** São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100077&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 19 set. 2020.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

MORAES, R. B. de S.; OLIVEIRA, M. A. G. de; ACCORSI, A. UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: A PERCEPÇÃO DOS MOTORISTAS DE TRANSPORTE PARTICULAR POR APLICATIVO. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais** – v. 6, n. 3, p. 647- 681, dez/2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

“Precário”. Dicio – **Dicionário Online de Português**. Disponível em: www.dicio.com.br/precario/. Acesso em 16 set 2020.

“Precariedade”. Dicio – **Dicionário Online de Português**. Disponível em: www.dicio.com.br/precariedade/. Acesso em 16 set 2020.

SÃO PAULO (Estado). TRT-2. Desembargador do Trabalho SERGIO JOSE BUENO JUNQUEIRA MACHADO. Mandado de Segurança Processo 10009545220205020000. São Paulo, 13/04/2020. Disponível em: <https://pje.trt2.jus.br/consultaprocessual/detalhe-processo/10009545220205020000>. Acesso em 19 set 2020.

SOUZA, Iael de. **Precariedade, precarização e precariado no sistema capital do século XXI – “você não estava aqui”**. Teresina, 2020.

STANDING, Guy. **The precariat: The New Dangerous Class**. 1. ed. New York: BLOOMSBURY ACADEMIC, 2011. Disponível em: [https://www.hse.ru/data/2013/01/28/1304836059/Standing.%20The_Precariat__The_New_Dangerous_Class__-Bloomsbury_USA\(2011\).pdf](https://www.hse.ru/data/2013/01/28/1304836059/Standing.%20The_Precariat__The_New_Dangerous_Class__-Bloomsbury_USA(2011).pdf). Acesso em: 18 set 2020

UBER. História. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/historia/>. Acesso em: 16 set 2020.

CAPÍTULO 12:

A PANDEMIA DE COVID-19, CONSEQUÊNCIAS NO RISCO DE SUICÍDIO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Jorge Fernando de Carvalho Leite Barros⁶⁰

Introdução

O mundo vive uma das suas piores crises sanitárias, diante da doença de COVID-19, que foi identificada pela primeira vez em Wuhan na China, em dezembro de 2019. Esta doença demonstrou um alto grau de transmissibilidade e elevado índice de mortalidade, por isso foi declarada pandemia em 4 meses, contaminado mais de 2 milhões de pessoas e causando quase 150.000 mortes em 185 países. Até a data da redação deste artigo, 26.10.2020, foram confirmados 43.187.134 de casos e 1.155.653 mortes da doença. No Brasil, na mesma data, foram confirmados 5.394.128 casos e 157.163 mortes, segundo o boletim diário da OMS (WHO, 2020).

Enquanto pesquisadores ainda tentam entender o comportamento do vírus nas diferentes populações, assim como buscam uma vacina e tratamentos eficazes para a doença, já é fato que a COVID-19 criou forte estresse na população do ponto de vista sanitário, econômico, político, social e consequentemente o impacto psicológico, esse tem saltado aos olhos, pois o convívio com vírus tem despertado medo, angústia, sofrimento, dor, sentimentos compartilhados coletivamente nas percas, no enfrentamento da doença, no isolamento social, e de maneira cruel a morte é apresentada às famílias, aos idosos, a equipes linha de frente. Em números, será possível descrever a tragédia da pandemia Covid-19, contudo o mesmo não se pode dizer sobre o abalo psicossocial no cotidiano de todos (SHEFFLER; JOINER; SACHS-ERICSSON, 2020).

Nesse contexto, a preocupação com a saúde mental da população aumenta no decorrer de uma difícil crise no âmbito social. Desse

60 Bacharel em psicologia pela Faculdade Santo Agostinho (FSA). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

modo, pode se afirmar que juntamente com a pandemia de COVID-19, surge um estado de pânico social em nível global e juntamente com o isolamento desencadeiam os sentimentos (de angústia, insegurança e medo), que podem se estender até mesmo, após o controle do vírus. Esse cenário favorece o aumento de transtornos psicológicos na população. Outros prováveis efeitos adversos do bloqueio durante a pandemia, por exemplo, a violência doméstica e o consumo de álcool podem aumentar, sem falar das restrições econômicas que já tem gerado efeitos nas vidas das pessoas (PEREIRA *et al.*, 2020).

Todas essas questões afetam a saúde mental da população em geral e podem ser ainda mais intensificadas naqueles com altos níveis de exposição aos efeitos causados pela COVID-19, como profissionais de saúde linhas de frente, pessoas que desenvolvem a doença, idosos e quem já apresenta algum transtorno psiquiátrico. Desse modo, as consequências da pandemia da doença COVID-19 para a saúde mental podem ser profundas. Nesse sentido, já há uma preocupação desses impactos nas taxas de suicídio em todo o mundo. Colaborando com essa perspectiva, estudos em sua grande maioria ainda advindos de publicações internacionais sugerem que as taxas de suicídio irão aumentar, embora que isso já venha acontecendo por todo o globo terrestre (VALDÉS-FLORIDO, 2020).

Além disso, à medida que a pandemia avança, provavelmente a preocupação com aumento do risco de suicídio na população também crescerá, já que muitos efeitos dessa crise também serão sentidos a longo prazo na população em geral, na economia e nos grupos vulneráveis. E com base em outras experiências, algumas pesquisas apontam evidências de que as mortes por suicídio aumentaram nos EUA durante a pandemia de influenza de 1918-1919, e entre os idosos em Hong Kong durante a epidemia de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), em 2003 (SHER, 2020).

No entanto, o contexto atual é diferente e está em evolução, para Pereira *et al.* (2020), se faz necessário acompanhar as consequências da pandemia no risco de suicídio, e em outra vertente é preciso uma resposta interdisciplinar abrangente que reconheça os desafios da

prevenção do suicídio com base em uma visão multidisciplinar e capaz de aplicar o conhecimento sobre abordagens eficazes de prevenção do suicídio no novo cenário que se apresenta.

Propõe-se nesse capítulo, analisar a associação ecológica entre a taxa média de incidência de suicídio no período (1996-2016) e os indicadores socioeconômicos e de cobertura dos serviços de saúde dos municípios piauienses. Tendo como objetivos discutir sobre as implicações e consequências para o risco de suicídio na população, frente aos efeitos da Covid-19, a partir dos resultados apresentados nas correlações, assim como, prenunciar estratégias que possam ajudar a minimizar essas questões.

Método

Trata-se de estudo ecológico e descritivo de múltiplos grupos, cujas unidades de análise foram os 224 municípios do Piauí. O estudo teve como base de dados os registros oficiais de casos de óbitos por suicídio no estado, a partir da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - 10ª Revisão (X60-84), ocorridas no período de 1º de janeiro de 1996 a 31 de dezembro de 2016.

Os óbitos foram obtidos de forma secundária, coletados no TABNET do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Os dados de população por município usados, foram obtidos das informações do Censo 2010 e das projeções intercensitárias, no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dessa forma, foram calculadas as Taxas Médias Específica – TME pelo método direto, considerando o número de casos de suicídio e a população padrão de cada município piauiense, expressas por 100 mil habitantes por ano. A TME foi considerada a variável dependente.

Já para a definição das variáveis independentes, foram considerados os aspectos social, econômicos e de oferta da rede de saúde dos municípios, os indicadores socioeconômicos usados foram: Taxa de desocupação - 18 anos ou mais; IDHM 2010; Razão de dependência 2010; Taxa de envelhecimento 2010; População de 12 a 14 anos 2010;

Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais 2010; % de pobres 2010. Os dados foram retirados do Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil, disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>.

Já os indicadores de oferta da rede de serviços foram: Teto Agente comunitário de Saúde (ACS); ACS Credenciados; População coberta ACS; Teto Estratégia Saúde da Família (ESF); ESF credenciadas; População coberta ESF; Total NASF; Total CAPS; Número de Psiquiatras; Número de Psicólogos; Número de médicos (Dezembro/2015); (Número de médicos por mil habitantes (Dezembro/2015). Para efeito de análise, agrupou-se os municípios dividindo-os por regional de saúde. Os dados municipais foram coletados a partir das informações disponibilizadas pelo Departamento Atenção Básica (DAB) e Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Para analisar a relação entre as médias das TME por suicídio dos municípios e o conjunto de variáveis listadas, foi escolhida a correlação de Spearman. Este modelo estatístico mede a intensidade com que duas variáveis relacionam-se, ou seja, o grau pelo qual essas tendem a mudar juntas, sendo um teste não paramétrico, requisitado quando os dados são fortemente não normais e resistentes a transformações (Sousa, 2019). As análises foram realizadas com auxílio da ferramenta Statistical Package for the Social Sciences- SPSS versão 22.0.

Por utilizar fonte de dados em domínio público, sem identificação de sujeitos, o presente estudo está em conformidade com a Resolução 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e Discussão

A) Suicídio no Piauí e os Indicadores Socioeconômicos:

Um Olhar sobre as Consequências da Pandemia Covid-19.

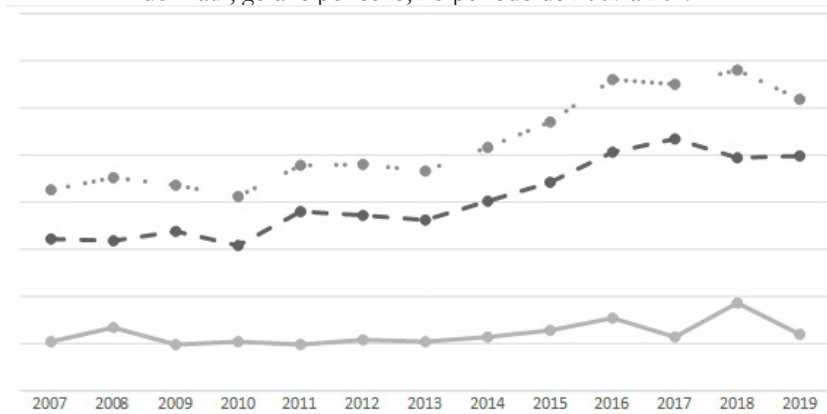
A Organização Mundial da Saúde (OMS) apontou, em 2016, o suicídio entre as vinte maiores causas de óbitos em todo mundo, sendo a segunda referente à população adulta jovem. Em termos globais, foram mais mortes por suicídio do que por casos envolvendo

violência interpessoal (WHO, 2019). O Brasil tem acompanhando essa tendência, sendo que a taxa de mortalidade por suicídio na população geral cresceu 7% entre 2011 a 2016; e no último ano analisado, o índice de mortalidade foi de 6,1/100 mil hab. Já entre os jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, registrou-se no período entre 2011 e 2017 um aumento de 10% nas taxas de suicídio. Essa elevação foi observada em 19 Unidades da Federação, sem predomínio por região. Porém, é sempre preciso alertar que os números podem ser mais expressivos diante do quadro de subnotificação devido ao estigmatização social que acompanha este tipo de morte (BRASIL, 2019).

Reforçando essa tendência crescente no País, em 2016, o Piauí figurava em primeiro lugar, entre os estados brasileiros com maior taxa de mortalidade padronizada por suicídio entre homens (16/100 mil habitantes), e segundo entre mulheres (4,6/100 mil habitantes). Além disso, no que diz respeito aos casos de suicídio na população geral, o estado Piauiense apresentou uma taxa que é quase o dobro da média brasileira, com 10 mortes a cada 100 mil habitantes, que coloca o estado entre os seis, com maior número de óbitos na realidade nacional (BRASIL, 2017).

Para exemplificar melhor essa situação, na figura 1, é apresentado a descrição dos óbitos por suicídio no estado do Piauí de 2007 a 2019, na população e por sexo.

Figura 1. Mortalidade por suicídio na população do estado do Piauí, geral e por sexo, no período de 2007 a 2019.



Nesse período no Piauí, constatou-se aumento total de 45% com 96 novos óbitos e taxa média alcançando o índice de 8,1/100 mil habitantes. Estratificando a curva por intervalos menores, percebemos que no período de 2007-2010 houve uma diminuição de 2,8% no número de casos, finalizando o período com um total de 206 suicídios e taxa média do período de 6,8/100 mil habitantes. No período de 2011-2014, houve um crescimento de 19 casos, que representou um aumento total de 7,9% e uma taxa média de 7,6/100 mil hab. No período de 2015-2019, o aumento percentual foi de 8,9%, que representou 24 casos a mais se comparado ao início do período, e uma taxa de suicídio de 10/100 mil habitantes.

Tomando os dados no tocante ao sexo, o risco de suicídio aumentou ao longo do período investigado em ambos os sexos, com a taxa saltando de 9,6 em 2007 para 15,7 em relação ao sexo masculino e de 3,2 para 5,6 no sexo feminino. Nos 13 anos observados, o aumento da mortalidade por suicídio anualmente foi de 3,9% no geral, ficando o sexo masculino com o índice de 3,6% e o feminino de 5%.

Diante desses resultados, e tomando o suicídio, enquanto fenômeno complexo e multifacetado, fruto da interação de fatores de ordem ético-ontológico, antropológico, psicológico, biológico, social, econômico, cultural e ambiental (COSTA *et al.*, 2015; LOREIRO *et al.*, 2015), é crucial que as consequências da pandemia sejam relacionadas ao suicídio, tendo em vista que essas podem variar dependendo das medidas de controle de saúde pública adotadas, estruturas socioculturais e demográficas, disponibilidade de alternativas digitais para consultas e suportes existentes. Logo, os efeitos podem ser piores em locais com poucos recursos (PEREIRA *et al.*, 2020).

Dentre os efeitos adversos da pandemia o autoisolamento e distanciamento físico, já são tidos como fatores, atrelados ao comportamento suicida principalmente em idosos de ambos os sexos, esse fato demonstra que a pandemia pode aumentar o risco de suicídio nesse grupo. Além disso, nesse cenário de restrição social, pessoas com transtornos psiquiátricos podem ter piora dos sintomas e outras

podem desenvolver novos problemas de saúde mental, especialmente depressão, ansiedade e estresse pós-traumático (todos associados a um risco aumentado de suicídio) (SHER, 2020).

Conforme Reger, Stanley, e Joiner (2020), a pandemia também pode reduzir o acesso ao tratamento psiquiátrico e exacerbar uma dificuldade já existente para as pessoas com doença mental que necessitam superar o estigma e discriminação na busca por cuidado, assim um outro efeito da Covid-19 é criar barreiras para que os pacientes recebam cuidados médicos oportunos e o tratamento dessas doenças pode ser menos eficaz. Nos casos de indivíduos que apresentam o risco pra o suicídio, a priorização de casos suspeitos de COVID-19 e medidas de controle de infecção provavelmente resultem em atendimento e acompanhamento abaixo do ideal, o que potencialmente pode influenciar as taxas de suicídio.

Ademais, outras consequências que estão associadas ao comportamento suicida, como a violência domiciliar e interpessoal, o consumo de álcool e outras substâncias, juntamente com o aprisionamento, solidão, indivíduos enlutados, tendem a aumentar durante a pandemia. Finalmente, é amplamente esperado que a pandemia COVID-19 resulte em uma das maiores recessões do mundo nos últimos tempos (SHEFFLER; JOINER; SACHS-ERICSSON, 2020).

Este, é um outro fator bem debatido que tem influência no aumento das taxas de suicídio na população. Entre vários exemplos, a grande recessão na Europa e na América do Norte foi estimada como tendo resultado em 10.000 “suicídios econômicos” adicionais entre 2008 e 2010 (REEVES; MCKEE; STUCKLER, 2014), Embora seja discutido que as dificuldades econômicas e o desemprego possam afetar predominantemente os jovens, a falta de um suporte financeiro também afeta os idosos. Assim, é provável que as taxas de suicídio em populações mais jovens e mais velhas aumentem, como foi observado na EUA durante a pandemia de Influenza e na população idosa em Hong Kong em 2003 devido a SARS. Em relação ao aumento de suicídio de idosos na cidade Chinesa, as evidências apontam que a

insegurança financeira nesse grupo pode ser ainda maior em períodos de pandemia (SCHUCK, 2020).

Diante disso, é fato que as condições econômicas podem levar ao aumento do risco de suicídio nas populações, assim como, podem ter efeito ainda mais intenso em grupos já vulneráveis, incluindo jovens, idosos. Na Tabela 1, são apresentados os resultados das correlações das taxas de suicídio no Piauí (1996 a 2016) e os indicadores socioeconômicos.

Tabela 1- Coeficiente de correlação de Spearman entre indicadores socioeconômicos e a taxa média de mortalidade por suicídio dos municípios do estado do Piauí no período de 1996 a 2016.

Indicadores de Saúde	Coeficiente de correlação de Spearman	Taxa média de mortalidade por suicídio
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	Coeficiente de correlação (ρ_s)	0,034
	P-valor	0,617
	N	224
IDHM 2010	Coeficiente de correlação (ρ_s)	0,193
	P-valor	0,004**
	N	224
Razão de dependência 2010	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,260
	P-valor	0,000**
	N	224
Taxa de envelhecimento 2010	Coeficiente de correlação (ρ_s)	0,155
	P-valor	0,020**
	N	224
População de 12 a 14 anos 2010	Coeficiente de correlação (ρ_s)	0,051
	P-valor	0,451
	N	224
Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais 2010	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,127
	P-valor	0,057
	N	224
% de pobres 2010	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,197
	P-valor	0,003**
	N	224

*Correlação de Spearman (5% de significância).

Fonte: Autor.

Os indicadores, (IDHM) e taxa de envelhecimento apresentaram correlação positiva com significância estatística fraca. Para o IDHM ($\rho_s = 0,193$, $p = 0,004$). A taxa de envelhecimento apresentou ($\rho_s = 0,155$, $p = 0,020$). Os achados indicam que, quanto maior a renda do município, e mais velha sua população, maior o risco para suicídio.

Nota-se também, que, mesmo não significativas, as correlações foram positivas para os indicadores que tratam da Taxa de desocupação - 18 anos ou mais ($\rho_s = 0,034$, $p = 0,617$), e População de 12 a 14 anos 2010 ($\rho_s = 0,051$, $p = 0,451$), assim sugerem que, quanto maior a quantidade de pessoas desocupadas e de jovens, maior o risco para o suicídio.

Sobre os indicadores que apresentaram correlação com significância negativa, os resultados da porcentagem de pobreza ($\rho_s = -0,197$, $p = 0,003$) e a razão de dependência ($\rho_s = -0,260$, $p = 0,000$), sugerem que em locais com maior porcentagem de pobres, menores foram as taxas de suicídios nos municípios, assim como em regiões com maior quantidade de população inativa, considerando as pessoas com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos, as taxas de suicídio foram menores. Ressalta-se que, o grau de relação encontrado entre as variáveis foi bem fraco, considerando valores $\rho_s > 0,020$. Em relação a taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais 2010 ($\rho_s = -0,127$, $p = 0,057$), têm-se que quanto maior o índice de analfabetismo nos municípios, menores foram as taxas médias de suicídio.

Os resultados aqui apresentados não nos delimitam uma realidade objetiva e/ou direta que permita estabelecer relações causais sobre a ocorrência das mortes por suicídios nos municípios do Piauí, com aspectos econômicos. Para além das correlações encontradas, notoriamente, o que se apresenta, é um fenômeno que não limita-se à exploração econômica, mas refere-se, fundamentalmente, ao fato dos valores sociais que são processados nesse tipo de contexto, que, sabidamente, afirmam uma sociedade de natureza desumana que fere a todos, e por consequência, é capaz de gerar muitas mortes violentas, entre as quais, o autoextermínio.

No estado Piauiense, juntamente com a expansão desse modelo de vida capitalista tem sido observado a ineficiência do estado na

garantia dos direitos a população e como resultado o sucateamento e privatizações das políticas públicas (BEZERRA *et al.*, 2015). Alguns estudos já tratam sobre os efeitos dessa situação no estado que não é diferente do restante do País, o desemprego estrutural permanece como um grande desafio que emerge, especialmente, em um território que apresenta recente transição no modo de produção agrária para o industrial, e, na verdade, isto também é o resultado de uma rearticulação de todo o estado brasileiro à sua própria incapacidade de geração de empregos e combate às questões sociais (MORAES; TEXEIRA, 2015). Como mostram Bezerra *et al.* (2015), no Piauí o número das pessoas com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em idade ativa (PIA), totaliza 2,3 milhões de pessoas, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos, equivalente a 790 mil pessoas, que é denominado de população em idade inativa (PINA).

Nesse sentido, esses achados reforçam a preocupação com a perda do emprego e os estressores financeiros durante a pandemia e também ao longo prazo, já que os condicionantes econômicos são fatores de risco bem conhecidos para o suicídio. Esse cenário presente no estado do Piauí não difere da realidade do restante do País, sendo imprescindível, tomá-lo como parâmetro para avaliar a situação das populações mais vulneráveis, pois ao mesmo tempo que todo o mundo vivência um enorme crise sanitária, é preciso também lidar com outras consequências, uma delas é o abalo econômico deixado, e no caso do Brasil, e dos municípios piauienses essa dificuldade na maioria dos locais já é uma realidade que deve se intensificar ainda mais com a pandemia.

Em relação, a questão do suicídio, a partir do viés econômico, diferente do que é pensado, nem sempre o enriquecimento de uma nação vai fazer com que esta tenha menos índices de suicídio, já que nem sempre a distribuição dessa riqueza é feita da maneira correta. Diante disso, estratégias econômicas que visem a melhoria da qualidade de vida da coletividade, por exemplo: melhores empregos, condições de trabalho e educação, estabilidade financeira e garantia dos direitos pra os trabalhadores, assim como a criação de novas

oportunidades para aqueles que estão fora ou querem ingressar no mercado de trabalho, são saídas que a longo prazo podem apresentar resultados positivos (WINZER, 2016).

B) Suicídio no Piauí e Oferta de Serviços de Saúde: Estratégias de Enfrentamento

A prevenção do suicídio, portanto, precisa de consideração ainda mais urgente em tempos de pandemia (GUNNELL et al., 2020). Sendo assim, as respostas devem ir além das políticas e práticas gerais de saúde mental, pois não podemos esquecer que a problemática do suicídio como é revelado extrapola os limites de qualquer sistema de saúde, e, nele, de saúde mental, pois essa não é problemática que pode ser reduzida à saúde e, portanto, não será resolvido por ela, apesar da potência que tem para assistir às pessoas em situação de sofrimento (BRASIL, 2019).

Diante dessa complexidade e da conjuntura apresentada, o suicídio configura-se para além de um problema de saúde pública, e expõem também as deficiências enquanto sociedade, em dado espaço de tempo. Nesse sentido, as medidas no intuito de minimizar os casos de suicídio devem ser pensadas a longo prazo, como melhorar a qualidade de vida das populações, melhores empregos e melhores condições de trabalho, rendas mais distributivas, investimento no gasto social, aperfeiçoamentos dos dados oficiais, fortalecer e reforçar a solidariedade entre membros da comunidade, reduzir violência intrafamiliar, regenerar espaços públicos, dar suporte às respostas comunitárias contra violência urbana, ensinar em escolas táticas de resolução de conflitos e componentes emocionais, banir armas de fogo e punição corporal, além da expansão e organização da oferta de serviços de especializados (GERTNER; ROTTER; SHAFER, 2019).

Em relação a ofertar da rede de saúde, não há dúvidas que em locais que dispõem de uma organização de uma rede de saúde sólida e com um bom fluxo definido, além da maior disposição de equipes e serviços, são locais mais preparados para oferecer métodos de trabalho mais flexíveis, nesse tipo de crise sanitária (VALDÉS-FLORIDO,

2020). Na tabela 2, são expostos resultados a respeito das correlações sobre a oferta de saúde no Piauí e as taxas de suicídio de 1996 a 2016, que ajudam a embasar essa dinâmica.

Tabela 2 - Coeficiente de correlação de Spearman entre indicadores de saúde e a taxa média de mortalidade por suicídio das Comissões Intergestores\Regionais do estado do Piauí no período de 1996 a 2016.

Indicadores de Saúde	Coeficiente de correlação de Spearman	Taxa média de mortalidade por suicídio
TETO_ACS	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,715
	P-valor	0,013**
	N	11
ACS_CREDENCIADOS_MS	Coeficiente de correlação (ρ_s)	-0,709
	P-valor	0,014**
	N	11
POPULAÇÃO_COBERTA_ACS	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,700
	P-valor	0,016**
	N	11
	N	11
TETO_ESF	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,636
	P-valor	0,035**
	N	11
ESF_CREENCIADAS_MS	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,636
	P-valor	0,035**
	N	11
POPULAÇÃO_COBERTA_ESF	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,727
	P-valor	0,011**
	N	11
	N	11
Total Nasf	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,500
	P-valor	0,117
	N	11
Total CAPS	Coeficiente de correlação (ρ_s)	-
	P-valor	-
	N	11

Número de Psiquiatras	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,615
	P-valor	0,044**
	N	11
Número de Psicólogos	Coeficiente de correlação (ρ_s)	-0,210
	P-valor	0,536
	N	11
Número de médicos (Dezembro/2015)	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,492
	P-valor	0,124
	N	11
Número de médicos por mil habitantes (Dezembro/2015)	Coeficiente de correlação (ρ_s)	- 0,455
	P-valor	0,160
	N	11

*Correlação de Spearman (5% de significância).

Fonte: Autor.

Os seguintes indicadores de saúde apresentaram correlação significativa; teto de agentes comunitários de saúde no município ($\rho_s = -0,715$, $p = 0,013$), número desses profissionais credenciados ($\rho_s = -0,709$, $p = 0,014$) e o total da população que conta com a presença do ACS em seu território ($\rho_s = -0,700$, $p = 0,016$), todos indicaram uma relação negativa, sugerindo que, quanto maior a quantidade de ACS nos municípios, menores os índices de suicídios naqueles locais. Os valores encontrados indicam correlações moderadas a considerar $\rho_s < 0,070$.

Os indicadores analisados sobre a presença da Estratégia Saúde da Família (ESF) também apresentaram uma correlação significativa e negativa, os valores foram: teto ESF ($\rho_s = -0,536$, $p = 0,035$), total de ESF credenciadas ($\rho_s = -0,636$, $p = 0,035$), total da população coberta pela ESF ($\rho_s = -0,727$, $p = 0,035$). Nesse tocante, onde as equipes de saúde estão em maior número, as taxas médias de suicídios também foram menores, as correlações tiveram intensidade de moderada a forte.

O indicador sobre a quantidade de médicos psiquiatras apresentou uma correlação significativa e negativa ($\rho_s = -0,615$, $p = 0,044$), indicando que em municípios com a presença de médico psiquiatra, a tendência é que estes tenham taxas de suicídios menos elevadas. O valor ρ_s para essa variável foi moderado.

Nos outros indicadores de saúde analisados, não foi encontrado associação significativa, contudo, em alguns desses, as correlações também foram negativas. Nesse sentido, o indicador do Total NASF ($\rho_s = -0,500$, $p = 0,117$) sugere que a maior presença desse serviço é associada a uma menor ocorrência de suicídio no Piauí. Assim como os indicadores sobre o número de Psicólogos ($\rho_s = -0,210$, $p = 0,536$), número de médicos (Dezembro/2015) ($\rho_s = -0,492$, $p = 0,124$), número de médicos por mil habitantes (Dezembro/2015) ($\rho_s = -0,455$, $p = 0,160$) e déficit ACS ($\rho_s = -0,211$, $p = 0,533$) indicam que quanto mais presentes esses profissionais nas localidades piauienses, menores os índices de suicídio.

Em relação aos resultados apresentados, as correlações entre as taxas de suicídio e a oferta da rede de saúde foram bem mais diretas e significativas, reforçando a importância da presença dos dispositivos de saúde e de suas equipes de profissionais nos municípios, pois de fato demonstraram que quanto maior o acesso aos serviços de atenção primária à saúde (ESF, ACS, NASF) e serviços especializados (médicos psiquiatras, psicólogos) menores foram as taxas de suicídios nas cidades Piauienses.

Sobre esses dados e a prevenção ao suicídio, os achados apontam para a importantíssima atuação da atenção primária, Ferreira *et al.*, (2018) compreende que por ser a porta de entrada para os indivíduos em sofrimento, é a partir dela que são feitos o diagnóstico, o monitoramento e a prevenção de casos que envolvam o comportamento suicida, além de ser responsabilidade desta a adequação dos pontos de atenção da rede à necessidade de cada pessoa em sofrimento (FERREIRA *et al.*, 2018). No estado do Piauí, vista a profundas raízes de iniquidades sociais e de saúde, o território piauiense foi celeiro para implantação desse tipo de estratégia, sendo um fator positivo para melhorar o cuidado e atenção da sua população (BARRETO; NERY, 2016).

Nesse sentido, os achados aqui apresentados também sinalizam o impacto da presença de profissionais especializados, como componente chave na redução de indicadores da mortalidade por suicídio. Conforme Ferreira *et al.* (2018), a ampliação do acesso à saúde para a população,

em particular na atenção primária e de serviços especializados, implica o reconhecimento da necessidade de superar as disparidades em saúde, e também as desigualdades sociais, já que as políticas públicas no País não têm produzido equidade horizontal, segundo a qual populações com necessidades semelhantes podem e devem ter os mesmos direitos no acesso aos serviços, empregos, educação e saúde.

No entanto, diante do contexto de pandemia e distanciamento social provocado, se faz necessário a adoção de medidas mais urgentes como o uso de recursos digitais, e para isso é preciso que os gestores de saúde ofereçam capacitações para as equipes sobre ferramentas e aplicativos que possam auxiliar nesse momento. Além disso, esse tipo de tecnologia pode ser utilizado por aqueles que nunca trabalharam com pessoas suicidas, aumentando o escopo das funções ativas em serviços de saúde mental e linhas de apoio. Estudos já têm demonstrado que as intervenções e aplicativos *online* baseados em evidências podem e devem ser disponibilizados para apoiar pessoas em sofrimento (GUNNELL et al.,2020).

Em relação especificamente ao atendimento a pessoas que apresentam comportamento suicida via telefone e chat, já existe o centro de valorização da vida- CVV, que disponibiliza o atendimento gratuito através da ligação por telefone. Esse meio tem sido uma estratégia bastante válida principalmente para as pessoas em crises suicidas que muitas vezes requerem atenção especial e podem contar com esses serviços 24 horas por dia (CESCON; CAPOZZOLO; LIMA, 2018). Outro ponto importante desse tipo de estratégia se dá em virtude de muitas pessoas principalmente nesse momento não procurarem ajuda, temendo que os serviços estejam sobrecarregados e que comparecer às consultas presenciais possa colocá-los em risco (PEREIRA *et al.*, 2020).

No entanto, para Pereira *et al.* (2020) a tendência é que devido a pandemia muitas pessoas busquem ajuda por meios remotos, ocorrendo da capacidade desses serviços ficarem sobrecarregadas devido a picos de ligações e redução de voluntários. Para os autores, uma solução para

isso pode ser aumentar o escopo dos serviços da rede de saúde que devem desenvolver avaliações remotas claras e vias de atendimento para pessoas que apresentem comportamento suicida, além de treinamento de pessoal para apoiar novas formas de trabalhar.

Conforme, Schuck *et al.* (2020) isso já vem acontecendo e em alguns serviços esse tipo de atendimento remoto tem se tornado uma alternativa válida para esse momento. No campo da saúde mental, por exemplo, se tem realizado avaliações psiquiátricas e entrega de intervenções remotamente (por exemplo, por telefone ou digitalmente); essas novas práticas de trabalho devem ser implementadas de forma mais ampla, mas levando-se em consideração que nem todos os pacientes se sentirão confortáveis com tais interações e podem apresentar implicações para a privacidade. No entanto, não há dúvidas que a oferta gratuita desses recursos *online* quando baseados em evidências e intervenções pode beneficiar a saúde mental da população.

Em outro plano, também espera-se que as respostas de saúde pública possam garantir que aqueles que enfrentam dificuldades relacionadas à Covid-19 sejam apoiados, a partir de mensagens e informações de fontes seguras, baseadas na ciência. Fornecer apoio comunitário para aqueles que vivem sozinhos e encorajar famílias e amigos a fortalecerem ainda mais os vínculos, além da ajuda facilmente acessível para indivíduos enlutados (SHER, 2020).

No que diz respeito a estratégias econômicas que busquem suavizar os efeitos da crise da Covid-19, os governos devem fornecer redes de segurança financeira (por exemplo, alimentação, moradia e auxílio-desemprego). Desse modo, devem levar em consideração não apenas as situações atuais dos indivíduos, mas também seus futuros. Assim, é necessário pensar alternativas que se adaptem a este momento, por exemplo, muitos jovens tiveram seus estudos interrompidos e estão preocupados com suas perspectivas, assim as instituições educacionais devem buscar formas para que esses alunos não sejam prejudicados, também é preciso fortalecer o mercado de trabalho e para isso o aparato governamental é fundamental. Cabe o alerta, pois as condições que levam uma pessoa a dar fim à vida são diversas, e consubstanciado

em aspectos sociais amplos que remetem à própria configuração de sociedade e das condições de vida da população (PEREIRA *et al.*, 2020).

Já sobre a oferta de saúde, segundo Cescon, Capozzolo e Lima (2018), não há dúvidas que os serviços e profissionais que nela atuam são aspectos que influenciam para minimizar a ocorrência desse tipo de mortalidade em uma sociedade, mas o que tem sido observado é uma concentração de responsabilidade e expectativas em cima desses dispositivos e equipes, que diante de um evento tão complexo e multifatorial como o suicídio, eventualmente, essas exigências não estão sendo correspondidas. Dessa maneira, tutelar essa realidade epidêmica do suicídio à ineficiência dos serviços é cair no comodismo tradicional que tem visto predominar nas investigações que tentam encontrar as razões de tantos suicídios. Ademais, esse tipo de pensamento reforça uma noção de saúde e doença fragmentada, seja por centralizar a responsabilidade na rede de saúde, ou por acabar ofuscando os inúmeros processos multifatoriais, econômicos e sócio-políticos que envolvem esse fenômeno.

Sobre esse manejo a partir da rede de saúde, no intuito de fortalecerem as ações de prevenção desse agravo, ainda mais em um momento de tantas incertezas, é necessário, superar as limitações existentes e investir em medidas integradas, que incluem abordagens capazes de responder aos graus de complexidade que o fenômeno do suicídio suscita. O apoio de uma equipe de profissionais com recursos para atender situações de crise é essencial para manter os pacientes vivos, além de um fluxograma que permita um melhor direcionamento desses usuários, o que requer o investimento em uma rede multisetorial que consiga dialogar entre si e também seja flexível principalmente neste contexto de pandemia (LEMO; ALMEIDA-FILHO; FIRMO, 2020).

Considerações Finais

Tomando como base alguns aspectos aqui discutidos sobre as consequências associadas a pandemia da Covid-19 e o risco de suicídio, é possível prever que as taxas de suicídios irão aumentar

ainda mais nos próximos anos em todo mundo. Contudo, uma alternativa que se mostra válida para minimizar esses efeitos é propor medidas que comprovadamente já se mostraram eficazes na redução dos casos de suicídio na população.

A respeito das consequências associadas a pandemia, os impactos devem ser pensados a curto e a longo prazo, sendo que diferentes dimensões do cotidiano da vida das pessoas devem ser afetadas e muitos desses efeitos repercutem no bem estar e saúde da população. Alguns grupos são considerados mais vulneráveis devido ao grau de exposição maior a esses efeitos, como pessoas que já possuem transtorno psiquiátrico, profissionais linha de frente, idosos e pessoas que tiveram a Covid-19.

Com relação às estratégias de prevenção, o atual cenário impõe a necessidade de medidas mais urgentes que passam pelo investimento e aprimoramento de novas tecnologias que possam ajudar a superar as barreiras do distanciamento social. Os meios remotos já têm se mostrado uma alternativa válida no atendimento de pessoas que apresentam o comportamento suicida. De todo modo, a maior procura por esse tipo de atendimento tem exigido não só que esse tipo de estratégia seja aprimorado mas também que a rede de saúde seja preparada para que também possa incorporar essas tecnologias como forma de aumentar o escopo de ofertas a população.

Por fim, mesmo tecendo uma produção pautada na crítica social na questão do suicídio, Marx não se eximiu em sugerir possibilidades que pudessem suavizar a problemática em torno do suicídio, para ele, medidas que visem o bem estar da coletividade, como melhores empregos e melhores condições de vida, podem provocar coesão seja em qual for o contexto, assim como aponta o importante papel das instituições sociais, que podem minimizar os males causados pela sociedade. Somente assim, e a partir delas podem, cumprir-se o que proclama as constituições, que é o direito de todo cidadão à educação, ao trabalho e, sobretudo, a um mínimo de meios de subsistência.

Referências

- BARRETO, Jorge Otavio Maia; NERY, Inez Sampaio. A política nacional de atenção básica no Piauí: uma análise com foco na equidade. *Revista de Políticas Públicas*, 2016, 20.1: 19-32.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. *Boletim Epidemiológico*, 2017, 48. 3: 2-14.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovocada e óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, 2011 a 2018. *Boletim Epidemiológico*, 2019, 50.24: 3-14.
- BEZERRA, Francisco José Araújo, [et al.], organizadores Perfil socioeconômico do Piauí. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015. 178 p.
- CESCON, Luciana França; CAPOZZOLO, Angela Aparecida; LIMA, Laura Camara. Aproximações e distanciamentos ao suicídio: analisadores de um serviço de atenção psicossocial. *Saúde e Sociedade*, 2018, 27: 185-200.
- COSTA, Cláudia, et al. 1.3 Suicídio em contextos de privação social e material nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. *TERRITÓRIO E SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE CRISE*, 2015, 36.
- FERREIRA, Micheli Leal, et al. Comportamento suicida e atenção primária à saúde. *Enferm. foco (Brasília)*, 2018, 50-54.
- GERTNER, Alex K.; ROTTER, Jason S.; SHAFER, Paul R. Association between state minimum wages and suicide rates in the US. *American journal of preventive medicine*, 2019, 56.5: 648-654.
- GUNNELL, David, et al. Suicide risk and prevention during the COVID-19 pandemic. *The Lancet Psychiatry*, 2020, 7.6: 468-471.
- LEMOES, Pedro; ALMEIDA-FILHO, Naomar; FIRMO, Josélia. COVID-19, desastre do sistema de saúde no presente e tragédia da economia em um futuro bem próximo. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 2020, 2.4: 39-50.
- LOUREIRO, Adriana, et al. 1.1 Condicionantes da saúde mental e os instrumentos de avaliação de impactos. *Território e Saúde Mental em Tempos de Crise*, 2015, 11.
- PEREIRA, Mara Dantas, et al. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 2020, 9.7: e652974548-e652974548.
- REEVES, Aaron; MCKEE, Martin; STUCKLER, David. Suicídios econômicos na Grande Recessão na Europa e na América do Norte. *British Journal of Psychiatry*, 2014, 205.3: 246-247.

REGER, Mark; STANLEY, Ian; JOINER, Thomas. Mortalidade por suicídio e doença coronavírus 2019 - uma tempestade perfeita? *JAMA Psychiatry*, 2020, 1060: S-116.

SHEFFLER, Julia L.; JOINER, Thomas E.; SACHS-ERICSSON, Natalie J. The interpersonal and psychological impacts of COVID-19 on risk for late-life suicide. *The Gerontologist*, 2020.

SHER, Leo. The impact of the COVID-19 pandemic on suicide rates. *QJM: An International Journal of Medicine*, 2020, 113.10: 707-712.

SCHUCK, Fernanda Wartchow, et al. A influência da pandemia de COVID-19 no risco de suicídio. *Brazilian Journal of Health Review*, 2020, 3.5: 13778-13789.

MORAES, Naiara; TEXEIRA, Solange Maria. TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: a política social capitalista e o fetiche do microempreendedorismo individual no Estado do Piauí. *Revista de Políticas Públicas*, 2015, 19.2: 625-632.

SOUSA, Áurea. Coeficiente de correlação de Pearson e coeficiente de correlação de Spearman: o que medem e em que situações devem ser utilizados?. *Correio dos Açores*, 2019, 19-19.

VALDÉS-FLORIDO, María José, et al. Reactive psychoses in the context of the COVID-19 pandemic: clinical perspectives from a case series. *Revista de psiquiatria y salud mental*, 2020.

WHO, World Health Organization. Suicide in the world Global Health: Estimates Suicide. 2019, Geneva. Disponível em: World Health Organization: *WHO report*. Acessado em 26 de outubro de 2020.

WHO, World Health Organization. (COVID-19) situation reports - 115. 2020, Geneva. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200514-covid19-sitrep-115.pdf?sfvrsn=3fce8d3c_6. Acessado em 26 de outubro de 2020.

WINZER, Lylla. Relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e taxas de mortes violentas nas Unidades Federativas Brasileiras. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum*, 2016, 211-217.



SOBRE OS AUTORES

Andressa Petry Müller: Graduada do curso de Administração (UFSM). Mestranda em Administração Pública (UFSM) e bolsista DTI3 FAPERGS. E-mail: andressa_miler@hotmail.com.

Bruno Mello Souza: Graduado em Ciências Sociais (UFRGS). Mestre em Ciência Política (UFRGS). Doutor em Ciência Política (UFRGS). Pós-Doutor em Ciência Política (UFPI). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Instituições, Cultura e Sociabilidades (NICS/UESPI). Professor do Departamento de Ciências Sociais (UESPI). E-mail: brunosouza@cchl.uespi.br.

Daniel Arruda Coronel: Graduado em Ciências Econômicas (UFSM) e em Administração (UNISINOS). Especialista em Estatística e Modelagem Estatística (UFSM). Mestre em Agronegócios (UFRGS). Doutor em Economia Aplicada (UFV). Professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais, com atuação como Docente Permanente nos Programas de Pós-Graduação (Stricto sensu) em Gestão de Organizações Públicas, de Agronegócios e de Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, é bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), diretor da Editora UFSM e presidente do seu conselho editorial (desde 2013). E-mail: daniel.coronel@uol.com.br.

Évilly Carine Dias Bezerra: Graduada em Ciências Econômicas (UFPI). Especialista em Gerenciamento de Projetos (UCAM). Mestranda em Economia e Desenvolvimento (UFSM). E-mail: evillycarine@hotmail.com.

Fernanda Cigainski Lisbinski: Graduada em Direito (URI). Graduada em Administração (UFSC). Tecnóloga em Gestão de Recursos



Humanos (UNOPAR). Mestranda em Economia e Desenvolvimento (UFSM). E-mail: fernandacl32@hotmail.com.

Gabriele Ferreira da Silva Monte: Graduanda em Ciências Econômicas (UFPI). E-mail: gabymonte7x@gmail.com.

Guilherme Nunes Pires: Graduado em Ciências Econômicas (UFSM). Mestre em Economia e Desenvolvimento (UFSM). Doutorando em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). E-mail: gnpires@hotmail.com.

Hulda Lorena Nascimento Sousa: Graduanda em Ciências Econômicas (UFPI). E-mail: hulda.lo2@hotmail.com.

João Victor Souza da Silva (Organizador): Graduado em Ciências Econômicas (UFPI). Mestre em Economia e Desenvolvimento (UFSM). Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas (UFPI). E-mail: victor.economia@ufpi.edu.br.

Jorge Fernando de Carvalho Leite Barros: Graduado em Psicologia (FSA). Mestre em Psicologia (UFDF). E-mail: jorgecarvalhop2@hotmail.com.

Juliano Vargas: Graduado em Bacharelado e Licenciatura em Educação Física (2007). Graduado em Ciências Econômicas (UFRGS). Graduado em Ciências Sociais (UFES). MBA em Gestão Estratégica em Comércio Exterior (UCAM). Mestre em Economia (UFES). Doutor em Economia (UnB). Professor Adjunto A do Departamento de Ciências Econômicas (UFPI). E-mail: braziljuliano@gmail.com.

Júlia Barros Coelho: Graduanda em Ciências Econômicas (UFPI). E-mail: juliabarrosl31@gmail.com.

Júlio César de Sousa Silva: Graduando em Ciências Econômicas (UFPI). E-mail: julliocsouza@gmail.com.

Nelson Guilherme Machado Pinto: Graduado em Administração (UFSM). Mestre em Administração (UFSM). Doutor em Administração (UFSM). Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) lotado no Departamento de Administração no Campus Palmeira das Missões, Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP/UFSM). E-mail: nelguimachado@hotmail.com.

Priscilla Ribeiro dos Santos: Graduada em Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais (UFRGS). Mestra em Ciência Política (UFRGS). Doutora em Ciência Política (UFRGS). Pós-Doutora em Sociologia (UFRGS). E-mail: priscilla.santos@ufrgs.br.

Priscila Soares dos Santos: Graduada em Ciências Econômicas (UFF), com período sanduíche na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, em Portugal. Mestranda em Economia e Desenvolvimento (UFSM). E-mail: pri.soares@gmail.com.

Ronaldo Torres: Graduado em Ciências Econômicas (UFSM). Mestrando em Economia Aplicada (UFPel). E-mail: torresronaldo@yahoo.com.br.

*A Todos que contribuíram diretamente e
indiretamente para a esta obra,
muito obrigado!*

